

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL DE MESTRADO

SABRINA TREJES MARENGO

**ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS
GAÚCHOS EMANCIPADOS**

São Leopoldo

2012

SABRINA TREJES MARENGO

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS
GAÚCHOS EMANCIPADOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcos Antonio de Souza

São Leopoldo

2012

M324a Marengo, Sabrina Trejes.

Análise de desempenho econômico de municípios
gaúchos emancipados / Sabrina Trejes Marengo. – 2012.

156 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis, 2012.

"Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Souza."

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

SABRINA TREJES MARENGO

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS GAÚCHOS
EMANCIPADOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos.

Aprovado em 29 de Março de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Miranda – UFPE

Prof. Dr. Ernani Ott - UNISINOS

Prof. Dr. Tiago Alves - UNISINOS

Prof. Dr. Marcos Antonio de Souza.

Visto e permitida à impressão

São Leopoldo ____/____/____

Prof^ª Dr^a Clea Beatriz Macagnam

Coordenadora Executiva do PPG em Ciências Contábeis

Dedico ao meu esposo, Luiz Henrique, às minhas filhas Pietra e Luna, pelo carinho, compreensão e incentivo nos momentos mais difíceis desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, para que este desafio pudesse ser vencido, em especial:

Ao meu esposo, Luiz Henrique, pela compreensão e apoio irrestrito para o desenvolvimento deste trabalho;

Às minhas filhas Pietra e Luna, pela compreensão e apoio nas vezes em que precisei ausentar-me para estudar;

A minha mãe Janette, por sempre acreditar na minha capacidade.

A minha irmã de coração Renata Marengo, pelo apoio incondicional.

A minha sogra Cléa e meu sogro Ney, pelo carinho e ajuda nessa jornada.

Ao professor Dr. Marcos Antonio de Souza, que aceitou, acreditou e orientou-me durante todo o trabalho com suas sábias palavras;

À coordenação, a toda equipe do Programa de Pós-Graduação de Ciências Contábeis da Unisinos, em especial a secretária Luciana Grimaldi Aquino;

Aos professores do programa com os quais tive a honra de dividir momentos inesquecíveis, em especial aos professores Ernani Ott, Tiago Alves, Carlos Diehl, Romeu Forneck e Cléa Macagnam.

Aos colegas da turma de 2010, aqueles que dividiram momentos de angústia, alegria e apreensão, pelo convívio e amizade ao longo do mestrado, em especial, Sinara Jaroseski, Ana Heinen, Carla Schnorr, Fernanda Baldasso, e Maurício Cardoso.

Enfim, a todas as pessoas e amigos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o desempenho econômico dos municípios gaúchos emancipados e dos respectivos municípios de origem. A amostra foi delimitada em função do último movimento emancipatório ocorrido no estado do Rio Grande do Sul. O campo de estudo é constituído por 66 municípios, compreendendo 25 municípios emancipados em 1996 (instalados em 2001) e os 41 respectivos municípios de origem. O desempenho dos municípios de origem é analisado com base no ano anterior à data de emancipação, ou seja, na pré-emancipação o período corresponde a 2000 e, na pós-emancipação, 2009 e 2010. Foram utilizadas variáveis que podem ser aplicadas por qualquer município independente do porte da sua população, localização ou área geográfica. Os indicadores e variáveis selecionados foram coletados junto às bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE-RS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A análise revelou que os municípios emancipados apresentaram desempenhos inferiores aos seus municípios de origem em todos os indicadores pesquisados. Com relação ao desempenho de arrecadação 92% dos municípios emancipados possuem receita própria negativa, o que reflete em uma dependência quase que total dos recursos transferidos pelo Estado e pela União. A análise do perfil dos gastos dos municípios emancipados revelou que a soma dos percentuais desembolsados com educação, saúde, cultura, saneamento, habitação, urbanização e com a função legislativa é inferior a soma dos percentuais desembolsados pelos municípios de origem. Com relação aos indicadores financeiros e socioeconômicos os municípios emancipados apresentaram em sua maioria, desempenhos inferiores em todos os indicadores, sendo que com relação ao IDESE nenhum dos municípios emancipados apresentou desempenho superior ao seu município de origem. O teste de diferença de média indica que não há diferenças significativas entre a média das variáveis dos municípios emancipados e municípios de origem.

Palavras-chave: Gestão Pública. Emancipação de Municípios. Desempenho econômico.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the socio-economic performance of cities in the state emancipated and their municipalities of origin. The sample was defined for the last emancipatory movement occurred in the state of Rio Grande do Sul. The field consists of 66 municipalities comprising 25 towns emancipated in 1996 (installed in 2001) and its 41 municipalities of origin. The performance of the municipalities of origin is analyzed based on the years preceding the date of emancipation or in pre-emancipation period corresponds to 2000, and in post-emancipation, in 2009 and 2010. Used variables that can be applied any municipality regardless of the size of its population, location or geographic area. The indicators and selected variables were collected from the databases of the Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE-RS) and the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). The analysis revealed that the municipalities had emancipated performances inferior to theirs cities of origin in all indicators. Regarding the performance of revenue 92% of municipalities have their own income emancipated negative, which reflects in an almost total dependence of the funds transferred by the State and Union profile analysis of spending by municipalities emancipated revealed that the sum of the percentage paid on education, health, culture, sanitation, housing, urbanization and the legislative function is less than the sum of the percentage paid by the municipalities of origin. With respect to the financial and socioeconomic municipalities had emancipated mostly lower performance on all indicators, and with respect to any of the municipalities IDESE emancipated superior performance to its city of origin. The test of mean difference indicates no significant differences between the mean of the variables of emancipated municipalities and counties of origin.

Keywords: Public Management. Emancipation of Municipalities. Socioeconomic performance.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Acontecimentos que configuraram a atual administração no Brasil (1500-1995)	26
FIGURA 2: Estrutura da governança governamental.....	29
FIGURA 3: Classificação da receita orçamentária.....	37
FIGURA 4: Classificação das despesas correntes.....	39
FIGURA 5: Classificação das despesas de capital	39
FIGURA 6: O processo de criação de municípios no Brasil.....	45

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Principais características da Nova Gestão.....	27
QUADRO 2: Instrumentos de gestão municipal	35
QUADRO 3: Classificação dos Indicadores de Desempenho.....	42
QUADRO 4: Estudos internacionais relacionados à criação de novas cidades entre o período 1980-2000.....	52
QUADRO 5: Trabalhos sobre o processo emancipatório brasileiro sob diferentes abordagens	56
QUADRO 6: Trabalhos sobre o processo emancipatório brasileiro sob diferentes abordagens	57
QUADRO 7: Desempenho socioeconômico de municípios emancipados no Brasil no período 2006-2010.....	59
QUADRO 8: Estudos internacionais sobre desempenho da gestão pública entre 2005 e 2010	60
QUADRO 9: Municípios que não disponibilizam informações nos sítios.....	63
QUADRO 10: Municípios emancipados e seus respectivos municípios de origem	64
QUADRO 11: Variáveis que compõem o modelo de análise	65

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Desempenho de Arrecadação: Bagé x Aceguá	73
GRÁFICO 2: Desempenho de Arrecadação: São Luiz Gonzaga x Rolador	73
GRÁFICO 3: Desempenho de Arrecadação: Pelotas x Arroio do Padre	74
GRÁFICO 4: Desempenho de Arrecadação: Ijuí x Bozano.....	74
GRÁFICO 5: Desempenho de Arrecadação: Lagoa Vermelha x Capão Bonito do Sul	75
GRÁFICO 6: Desempenho de Arrecadação: Campinas do Sul x Cruzaltense	75
GRÁFICO 7: Desempenho de Arrecadação: Lajeado x Forquetinha	76
GRÁFICO 8: Desempenho de Arrecadação: Terra de Areia x Itati.....	77
GRÁFICO 9: Desempenho de Arrecadação: Sobradinho x Lagoa Bonita do Sul	77
GRÁFICO 10: Desempenho de Arrecadação – Palmeira das Missões x São Pedro das Missões	78
GRÁFICO 11: Desempenho de Arrecadação: Caibaté x Mato Queimado	78
GRÁFICO 12: Desempenho de Arrecadação: Esmeralda x Pinhal da Serra	79
GRÁFICO 13: Desempenho de Arrecadação: Constantina x Novo Xingu.....	79
GRÁFICO 14: Desempenho de Arrecadação: Lajeado x Progresso x Canudos do Vale	80
GRÁFICO 15: Desempenho de Arrecadação: Nova Bréscia x Relvado x Coqueiro Baixo	81
GRÁFICO 16: Desempenho de Arrecadação: Teutônia x Imigrante x Westfália	81
GRÁFICO 17: Desempenho de Arrecadação: Garibaldi x Roca Sales x Coronel Pilar	82
GRÁFICO 18: Desempenho de Arrecadação: Salto do Jacuí x Espumoso x Jacuizinho	83
GRÁFICO 19: Desempenho de Arrecadação: Erechim x Jacutinga x Quatro Irmãos.....	83
GRÁFICO 20: Desempenho de Arrecadação: Cruz Alta x Ijuí x Augusto Pestana x Boa Vista do Cadeado	84
GRÁFICO 21: Desempenho de Arrecadação: Salvador do Sul x Montenegro x Maratá.....	85
GRÁFICO 22: Desempenho de Arrecadação: Victor Graeff x Ernestina x Ibirapuitã x Tio Hugo	85
GRÁFICO 23: Desempenho de Arrecadação: Santiago x São Miguel das Missões x Tupanciretã x Capão Cipó	86
GRÁFICO 24: Desempenho de Arrecadação: Erechim x Jacutinga x Ponte Preta x Barão de Cotegipe x Paulo Bento	87
GRÁFICO 25: Desempenho de Arrecadação: Tapejara x Água Santa x Caseiros x Ibiçá x Santa Cecília do Sul.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Número de municípios instalados por região e Estados no Brasil (1988-2011)..	47
TABELA 2: Quantidade de municípios no RS por década (1800-1890).....	53
TABELA 3: Quantidade de municípios no RS por década (1900-2010).....	53
TABELA 4: Perfil dos Gastos – Bagé x Aceguá	88
TABELA 5: Perfil de Gastos – São Luiz Gonzaga x Rolador	89
TABELA 6: Perfil de Gastos – Pelotas x Arroio do Padre	90
TABELA 7: Perfil de Gastos – Ijuí x Bozano	90
TABELA 8: Perfil de Gastos – Lagoa Vermelha x Capão Bonito do Sul.....	91
TABELA 9: Perfil dos Gastos – Campinas do Sul x Cruzaltense.....	92
TABELA 10: Perfil de Gastos – Lajeado x Forquetinha.....	92
TABELA 11: Perfil de Gastos – Terra de Areia x Itati.....	93
TABELA 12: Perfil dos Gastos – Sobradinho x Lagoa Bonita do Sul.....	94
TABELA 13: Perfil de Gastos – Palmeira das Missões x São Pedro das Missões	94
TABELA 14: Perfil de Gastos – Caibaté x Mato Queimado	95
TABELA 15: Perfil de Gastos – Esmeralda x Pinhal da Serra	96
TABELA 16: Perfil de Gastos – Constantina x Novo Xingu.....	96
TABELA 17: Perfil de Gastos – Lajeado x Progresso x Canudos do Vale	97
TABELA 18: Perfil dos gastos – Nova Bréscia x Relvado x Coqueiro Baixo	98
TABELA 19: Perfil de Gastos – Garibaldi x Roca Sales x Coronel Pilar.....	98
TABELA 20: Perfil dos gastos – Salto do Jacuí x Espumoso x Jacuizinho.....	99
TABELA 21: Perfil de Gastos – Erechim x Jacutinga x Quatro Irmãos.....	100
TABELA 22: Perfil dos Gastos – Teutônia x Imigrante x Westfália.....	101
TABELA 23: Perfil de Gastos – Cruz Alta x Ijuí x Augusto Pestana x Boa Vista do Cadeado	102
TABELA 24: Perfil de Gastos – Salvador do Sul x Montenegro x Maratá x São José do Sul	103
TABELA 25: Perfil de Gastos – Victor Graeff x Ernestina x Ibirapuitã x Tio Hugo.....	104
TABELA 26: Perfil de Gastos – Santiago x São Miguel das Missões x Tupanciretã x Capão do Cipó	105
TABELA 27: Perfil de Gastos – Erechim x Jacutinga x Ponte Preta x Barão de Cotegipe x Paulo Bento	106

TABELA 28: Perfil de Gastos – Tapejara x Água Santa x Caseiros x Ibiçã x Santa Cecília do Sul.....	107
TABELA 29: Receita Própria <i>versus</i> Receita Total – Municípios Amostra – 2000, 2009 e 2010	109
TABELA 30: Dívida Ativa <i>versus</i> Receita Corrente – Municípios Amostra – 2009 e 2010.	111
TABELA 31: Eficiência Orçamentária – Municípios Amostra – 2009 e 2010	112
TABELA 32: Solvência Geral – Municípios Emancipados – 2009 e 2010	114
TABELA 33: PIB <i>per capita</i> – Municípios Amostra – 2000, 2008 e 2009.....	116
TABELA 34: IDESE – Municípios Amostra – 2000, 2007 e 2008	117
TABELA 35: Análise Geral dos Municípios Emancipados <i>versus</i> seus Municípios de Origem	121
TABELA 36: Médias dos Municípios Emancipados e de Origem – 2009 e 2010.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Ativo Financeiro
ALRS	Assembléia Legislativa Rio Grande do Sul
APG	Administração Pública Gerencial
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal Contabilidade
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COREDES	Conselho Regional de Desenvolvimento
DA	Dívida Ativa
DASP	Departamento Administrativo do Setor Público
DC	Despesa Corrente
DOU	Diário Oficial da União
DL	Decreto Lei
DT	Despesa Total
EC	Emenda Constitucional
ENANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
FEE-RS	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FINBRA	Finanças Brasileiras
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GE	Governo Empreendedor
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDA	Índice da Dívida Ativa
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEO	Índice de Eficiência Orçamentária
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IPTU	Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
IRP	Índice da Receita Própria
ISG	Índice de Solvência Geral
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISMA	Índice Social Municipal
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITCD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
ITR	Imposto Territorial Rural
IVVC	Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NPM	<i>New Public Management</i>
NUPEGEC	Núcleo de Pesquisa em Gestão de Custos
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
OGU	Orçamento Geral da União
P	Passivo
PIB	Produto Interno Bruto
PPA (a)	<i>Progressive Public Administration</i>
PPA (b)	Plano Plurianual
PrND	Programa Nacional de Desburocratização
RC	Receita Corrente
RP	Receita Própria
RS	Rio Grande do Sul
RT	Receita Total
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	18
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.3	OBJETIVOS	20
1.3.1	Objetivo Geral.....	20
1.3.2	Objetivos Específicos	21
1.4	DELIMITAÇÃO DO TEMA	21
1.5	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	22
1.6	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO PÚBLICA	24
2.1.1	Nova Gestão Pública.....	25
2.1.2	Governança na Gestão Pública.....	28
2.1.3	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	30
2.2	ASPECTOS ECONÔMICOS DA GESTÃO PÚBLICA	32
2.2.1	Gestão Estratégica de Custos na Administração Pública	32
2.2.2	Contabilidade Pública de Custos no Brasil	34
2.2.3	Fontes de Recursos dos Municípios.....	36
2.2.4	Despesas Públicas.....	38
2.2.5	Avaliação de Desempenho Municipal	40
2.3	EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL.....	45
2.3.1	Origem e Natureza da Emancipação Municipal.....	45
2.3.2	Objetivos do Processo Emancipatório	48
2.3.3	Processo de Criação de Novos Municípios em Outros Países.....	50
2.3.4	Criação de Novos Municípios no Estado do RS.....	53
2.3.5	Prós e Contra à Emancipação Municipal.....	54
2.4	ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA	56
2.4.1	Estudos Nacionais	56
2.4.2	Estudos Internacionais	60
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
3.1	MÉTODO DE PESQUISA.....	62
3.2	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	62
3.3	POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ANÁLISE.....	63
3.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	65
3.5	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	70

3.6	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	71
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	72
4.1	ANÁLISE DO DESEMPENHO DE ARRECADAÇÃO.....	72
4.2	ANÁLISE DO PERFIL DOS GASTOS DOS MUNICÍPIOS	88
4.3	ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS..	108
4.4	ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	115
4.5	ANÁLISE GERAL DOS MUNICÍPIOS CRIADOS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM.....	118
4.6	ANÁLISE GLOBAL DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS <i>VERSUS</i> MUNICÍPIOS ORIGEM	122
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	124
5.1	CONCLUSÃO	124
5.2	RECOMENDAÇÕES	126
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A – GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO INTERNACIONAL	136
	APÊNDICE B – COLETA DE DADOS	137
	APÊNDICE C – VALORES DO PIB <i>PER CAPITA</i> DEFLACIONADOS	145
	APÊNDICE D - INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS – MUNICÍPIOS - 2000; 2009 E 2010	147
	APÊNDICE E – ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSFERÊNCIA DO ICMS	149
	ANEXO A – PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS PROTOCOLADOS NA ALRS	151
	ANEXO B - IDESE – MUNICÍPIOS – 2000; 2007 E 2008.....	154
	ANEXO C – POPULAÇÃO – MUNICÍPIOS – 2000; 2007- 2010.....	156

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a contextualização do tema, bem como o problema de pesquisa, os objetivos, a delimitação do tema, a relevância do estudo e a estrutura da dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O tema Emancipações Municipais tem despertado várias discussões nos meios acadêmicos, políticos, institucionais e administrativos no Brasil, havendo duas correntes que norteiam essas discussões. A primeira, defendida por especialistas em economia (RIBEIRO, 1988; PRADO, 2001; GOMES; MACDOWELL, 2000), geralmente vinculados às administrações federais e estaduais, com visão essencialmente administrativa e financeira, é contrária a esse movimento emancipacionista, por entenderem que ele criou um excesso de municípios, gerando aumento das despesas com os serviços das respectivas administrações.

A segunda corrente, que reúne os favoráveis às emancipações (MONTORO, 1985; FERRAZ, 1991; REIS FILHO, 1997), reconhece, como principal virtude do processo, a descentralização administrativa, aproximando mais o poder decisório junto aos membros das comunidades, promovendo, conseqüentemente, a melhoria no processo de distribuição das receitas públicas, facilitando, assim, o acesso aos serviços públicos urbanos de um maior número de pessoas.

No Brasil, o processo de descentralização política iniciou com a Constituição Federal (CF), de 1988, pela qual houve a descentralização de grande parte dos recursos da União para estados e municípios, aumentando, substancialmente, a proporção do imposto de renda e dos produtos industrializados destinados aos fundos de participação dos mesmos (MOURA NETO; PALOMBO, 2006). No âmbito de tal descentralização, a citada CF permitiu aos Estados definir os critérios pelos quais os municípios se emancipariam e deu a eles status de ente federativo, o que significa tratá-los como uma unidade dotada de autonomia política, com capacidade de elaborar a sua Lei Orgânica, fugindo, assim, da tutela do estado.

Para Tomio (2002), a descentralização política e a descentralização fiscal foram duas das características importantes da redemocratização brasileira. Essas descentralizações,

segundo Tomio (2002), geraram um expressivo crescimento no número de municípios. De 3.991 municípios existentes, em 1980, o Brasil passou a ter 4.491 municípios, em 1991, um crescimento de mais de 12,5%. Logo, na sequência, em 1993, esse número já representava um crescimento de 24,6% em relação a 1980, ou seja, 4.974 municípios. Em 1997, o crescimento acumulado da quantidade de municípios chegava a 38%, alcançando 39,3% em 2001. Em 2011, o número de municípios no Brasil totalizava 5.566, o que significa dizer que, em 31 anos, foram criados 1.575 novos municípios, equivalendo a um crescimento de 39,5% em relação a 1980 (IBGE, 2011).

A criação de um novo município se dá a partir dos desmembramentos territorial e administrativo de um distrito em relação ao município do qual faz parte. As normas que tratavam da criação de novos municípios, em todo o Brasil, eram regulamentadas pelo Decreto Lei Complementar nº. 1, de 09/11/1967, o qual passou por algumas alterações ao longo dos anos (BRASIL, 1967).

O fim das emancipações deveu-se à Emenda Constitucional (EC) nº. 15/1996, que deu nova redação ao art. 18 da CF de 1988, estabelecendo a necessidade de se efetuar e divulgar, previamente, um estudo de viabilidade municipal como requisito à autorização do plebiscito e consulta plebiscitária, que passou a se estender não mais apenas à população diretamente interessada, mas a toda população dos municípios envolvidos. Ou seja, estendeu a consulta plebiscitária também ao município de origem, antes restrita apenas aos municípios emancipados.

Quanto ao estudo de viabilidade municipal, este ainda carece de uma lei para regulamentá-lo. Não há, ainda, um projeto de lei que determine a forma ou o conteúdo desse estudo. A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), vinculada à Câmara de Deputados, aprovou, em agosto de 2008, uma nova proposta para a regulamentação do estudo de viabilidade municipal. Pelo texto aprovado, esses estudos ficariam a cargo das assembleias legislativas, que poderiam se valer de entidades públicas e privadas ou órgãos de qualquer nível da administração para a elaboração do estudo de viabilidade. Está prevista a elaboração de um estudo de viabilidade social, urbana e ambiental, um estudo de viabilidade econômica e um estudo de viabilidade política e administrativa. Somente após a comprovação definitiva dessa viabilidade global é que pode ser realizada a consulta por plebiscito às populações dos municípios envolvidos. No entanto, o projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CNM, 2008).

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) realizou, em 2008, um levantamento do processo de emancipação no Brasil, suspenso devido à EC nº. 15/1996. Essa

emenda prevê a aprovação de uma lei complementar que irá regulamentar os requisitos para a efetivação das emancipações e instalações de novos municípios. Segundo pesquisa realizada pela CNM (2008), 11 Estados possuíam processos em aberto, totalizando 418 distritos que pretendiam se emancipar legalmente e se tornarem novos municípios.

O fenômeno de emancipação municipal, ocorrido a partir das medidas de descentralização política e fiscal, implantado a partir da CF 1988, foi bastante explorado em estudos científicos durante o fim da década de 1990 e início dos anos 2000 (REIS; FIGUEIRAS; OLIVEIRA, 2010). No entanto, de acordo com os autores, não é possível ter a real percepção dos impactos desse processo sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios emancipados nesse período porque a maioria dos estudos ocorreu num período muito próximo à emancipação, ou seja, não houve tempo suficiente para que os impactos se materializassem, o que resulta numa oportunidade para estudos nessa área de conhecimento da gestão pública.

Esse contexto sinaliza a necessidade de estudos desenvolvidos com o foco de analisar a gestão pública de municípios que passaram pelo processo emancipacionista de forma a avaliar o resultado socioeconômico produzido por esse processo.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Em função do contexto apresentado, surge a questão de pesquisa que este estudo pretende responder: **Qual o desempenho econômico de municípios gaúchos emancipados e dos respectivos municípios de origem?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Visando responder à questão de pesquisa, este estudo tem como objetivo geral analisar o desempenho econômico dos municípios gaúchos emancipados e dos seus municípios de origem.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para a consecução do objetivo geral definido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o perfil de gastos dos municípios de origem e emancipados;
- b) Analisar o desempenho de arrecadação de recursos dos municípios de origem e emancipados, sejam eles próprios, transferidos da União ou de outras fontes;
- c) Identificar, por meio de análise específica, a possível existência de diferenças entre os dois grupos de municípios (de origem e emancipados) quanto aos respectivos desenvolvimentos econômicos.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este estudo está delimitado em analisar os novos municípios, denominados municípios filhos, bem como os municípios que perderam território, denominados municípios mães, ou de origem. Assim, não há análise comparativa com outros municípios que não passaram pelo processo de emancipação.

Outra delimitação do estudo refere-se às informações disponibilizadas nos portais eletrônicos utilizados para coleta de dados. Assim, fazem parte da amostra somente os municípios que apresentam dados em todos os anos nas bases de dados dos portais eletrônicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STE), Tribunal de Contas do Estado do RS (TCE-RS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística - RS (FEE-RS), no período de 1999 a 2010.

Não serão analisadas outras questões de interesse político que possam envolver a descentralização municipal, pois o foco do estudo é o desempenho da gestão pública municipal dos municípios emancipados quanto aos aspectos relacionados à economia, à estrutura, ao ambiente e às questões sociais.

Por fim, este estudo não visa qualificar a qualidade da gestão municipal, muito menos discutir a política governamental de promover ou restringir a emancipação de municípios.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

De acordo com estudos realizados pelo Conselho Nacional de Municípios (CNM), ainda há um grande número de distritos aguardando resposta à solicitação de emancipação. Diante disso, este estudo pode oportunizar informações úteis aos gestores e à população dos futuros municípios emancipados como forma de direcionar ações mais eficientes e eficazes.

Independentemente de o estudo ser realizado no estado do Rio Grande do Sul, o tema é de interesse de todos os municípios e estados brasileiros, pois envolve questões políticas, sociais, ambientais e econômicas de abrangência comum.

Esse estudo é relevante, também, por oportunizar a discussão e a análise de viabilidade de desmembramento de municípios brasileiros, por dar suporte à avaliação do desempenho da gestão municipal e contribuir com o avanço científico na área da gestão pública sob os aspectos teóricos e empíricos relacionados a movimentos de emancipação municipal.

O estudo também preenche lacunas existentes nesse campo de pesquisa. Um exemplo disso é a possibilidade de comparação de desempenho de um município que perdeu território *versus* um município que se emancipou. Destacam-se, ainda, a necessidade e a importância da realização de trabalhos que busquem analisar os resultados e impactos do processo de emancipação municipal na perspectiva dos atores que deveriam ser beneficiados por esse processo, os cidadãos. Isso ocorre, pois, se o desempenho econômico dos novos municípios não for superior ao dos municípios de origem, pode-se supor que a população do município recém criado não obteve ganho na sua qualidade de vida em decorrência da emancipação municipal. Da mesma forma, também é possível avaliar o impacto ocorrido na qualidade de vida dos cidadãos residentes nos municípios de origem.

Esse estudo é uma resposta à proposição apresentada por Reis, Figueiras e Oliveira (2010), para os quais estudos apresentados em eventos científicos como o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em (ENANPAD) já evidenciaram a necessidade e a importância da realização de trabalhos que busquem analisar empiricamente os resultados e impactos do processo de emancipação municipal, principalmente na perspectiva dos cidadãos. Acredita-se que o resultado deste estudo possa fomentar a discussão sobre a política de desmembramento de municípios, bem como auxiliar em futuras pesquisas sobre a gestão pública, principalmente no que tange à esfera municipal.

A contabilidade deve contribuir significativamente para avaliar o resultado socioeconômico de uma gestão pública municipal. As informações que são geradas através da

contabilidade, como receitas, despesas, relatórios, balancetes e balanços, devem auxiliar tanto o gestor como o cidadão no controle gerencial. É possível, inclusive, através da qualidade das informações prestadas pela Contabilidade Pública, a realização de pesquisas e estudos que visem contribuir para o crescimento socioeconômico do município, do estado ou do País.

Em função da sua natureza, o presente estudo está inserido na Linha de Pesquisa Controles de Gestão, do PPG em Ciências Contábeis da Unisinos, e foi desenvolvido no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Gestão de Custos (NUPEGEC), grupo este registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pelo Professor Dr. Marcos Antonio de Souza.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro, apresentam-se a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a delimitação do tema e a justificativa do estudo.

No capítulo 2, descreve-se o referencial teórico, no qual são abordados tópicos referentes à gestão pública, em geral, e à emancipação municipal, em particular.

No capítulo 3, abordam-se os principais aspectos metodológicos da pesquisa: descrevem-se a classificação da pesquisa, a coleta, tratamento e análise de dados e as limitações do método.

O capítulo 4 é destinado à apresentação dos dados, sua análise, e interpretação dos significados dos resultados encontrados.

A conclusão do estudo e as recomendações são apresentadas no capítulo 5, seguidos das referências, apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são abordados os aspectos gerais da gestão pública envolvendo as questões econômicas e sociais, bem como os aspectos relacionados à emancipação municipal.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO PÚBLICA

Desde a década de 1970, as administrações públicas, em todo o mundo, realizam mudanças substanciais nas políticas de gestão pública. No Brasil, a reforma da gestão pública iniciou-se na década de 1990. De acordo com Matias Pereira (2008), o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento que tomou essa iniciativa, quase dez anos depois da Inglaterra, da Austrália e da Nova Zelândia iniciarem suas reformas.

Entre os elementos apontados como principais motivadores dessa onda de reformas, está à crise fiscal do Estado (HOOD; POLLIT, 1995; BOUCKAERT, 2002), estimulada pela necessidade de encontrar respostas para problemas como: eficiência, eficácia e efetividade dos gastos públicos. Esses mesmos autores afirmam que o modelo burocrático weberiano foi considerado inadequado para o contexto institucional contemporâneo por sua presumida ineficiência, morosidade e descolamento das necessidades dos cidadãos (HOOD; POLLIT, 1995; BOUCKAERT, 2002).

O modelo burocrático weberiano é um modelo organizacional que desfrutou notável disseminação nas administrações públicas durante o século XX, em todo o mundo. Esse modelo é atribuído a Max Weber, sociólogo alemão que analisou e sintetizou suas principais características. O modelo burocrático também é conhecido na literatura inglesa como *Progressive Public Administration – PPA* (HOOD, 1995), referindo-se ao modelo que inspirou as reformas introduzidas nas administrações públicas dos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX, durante a chamada *progressive era*.

Como alternativa ao modelo burocrático, foram apresentados pelas administrações públicas do norte da Europa, do Canadá e da Oceania, dois modelos organizacionais: a Administração Pública Gerencial (APG) e Governo Empreendedor (GE), modelos esses que incorporaram prescrições para a melhora da efetividade da gestão das organizações públicas

(SECCHI, 2009). A APG e o GE são, frequentemente, chamados de gerencialismo (*managerialism*).

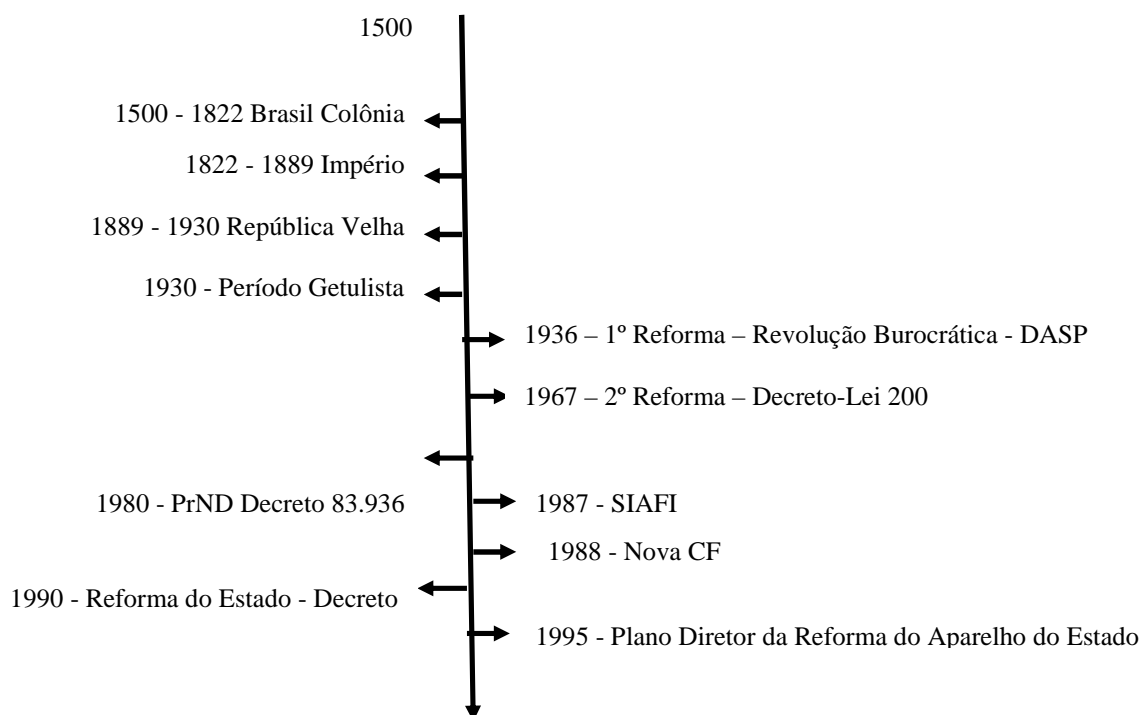
Segundo Matias Pereira (2008), as diferenças culturais, os regimes políticos diferentes e formações históricas específicas que existem de país para país, explicam as variações sobre os objetivos, os estilos administrativos, funções e papel da administração pública no mundo.

2.1.1 Nova Gestão Pública

Transformações sociais e a conjuntura econômica levaram o setor público a passar por reformas que priorizaram não mais uma lógica procedimental, mas uma lógica de resultado (OECD, 2004, p.1). A administração pública passou pela chamada “crise do Estado” e, a partir da necessidade de se reformar o Estado e adotar práticas gerenciais, disseminou-se um novo paradigma de gestão pública. Essa reforma consiste em aplicar práticas gerenciais modernas nas empresas públicas com o objetivo de oferecer maior transparência com maior eficiência, entre outras finalidades. Todo esse movimento passou a ser denominado Nova Gestão Pública (HOOD, 1995).

O contexto histórico no qual a configuração atual da administração pública no Brasil foi construída está sumarizado na Figura 1, que caracteriza o início do processo histórico da administração pública com início na abordagem Patrimonialista, predominante no Brasil Colônia (1500-1822) e República Velha (1889-1930).

Em seguida, durante a Era Vargas, ou também chamado período Getulista (1930), ocorre a primeira reforma, chamada “revolução burocrática de 1936”. Nesse período, foi criado o Departamento Administrativo do Setor Público (DASP), com o objetivo de realizar a modernização administrativa (BRESSER PEREIRA, 1996).

FIGURA 1: Acontecimentos que configuraram a atual administração no Brasil (1500-1995)

Fonte: Adaptado de Filippim e Rossetto (2006).

A segunda reforma ocorreu com o DL n.º. 200/67, por meio do qual foram instituídos, como princípios de racionalidade administrativa, o planejamento e o orçamento, o descongestionamento das chefias executivas, a tentativa de reunir competência e informação no processo decisório, a sistematização, a coordenação e o controle.

Em 1980, no governo Figueiredo, foram criados o Ministério da Desburocratização e o Programa Nacional de Desburocratização (PrND), cujos objetivos eram a revitalização e agilização das organizações do Estado, a descentralização da autoridade, a melhoria e simplificação dos processos administrativos e a promoção da eficiência (BRESSER PEREIRA, 2002). Em 1987, foi criado o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que tem dentre seus objetivos prover mecanismos adequados aos registros e controles da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (TESOURO NACIONAL, 2011).

A nova CF 1988 determinou, em seus Artigos 18 e 39, a perda de autonomia do poder executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade do regime jurídico único dos servidores civis da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Além disso, também retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010). Em meados da década de 1990, surge a ideia de reforma ou reconstrução do Estado, de forma a resgatar a autonomia

financeira e sua capacidade de implantar políticas públicas. Chegam ao Brasil as iniciativas da Nova Administração Pública (BRESSER PEREIRA, 1997). Em 1995, com intuito de aumentar a sua governança, nos termos definido no plano diretor, o governo orienta e instrumentaliza a reforma do aparelho do Estado.

As principais características da Nova Gestão Pública estão apresentadas no Quadro 1, são os questionamentos aos paradigmas patrimonialistas e burocráticos

QUADRO 1: Principais características da Nova Gestão

- Transparência no planejamento e ações públicas;
- Mecanismos de participação do cidadão;
- Gestão de políticas públicas;
- Gestão responsável de recursos públicos;
- Soluções inovadoras;
- Efetividade: fazer a coisa certa com responsabilidade social;
- Ética;
- Eficácia: atender os objetivos da organização pública e do cidadão;
- Administração pública local pode fazer a articulação do desenvolvimento;
- Avaliação sistemática da gestão pública e do alcance das políticas públicas;
- Compromisso com a gestão pública;
- Aprendizagem social e organizacional;
- Foco nas necessidades do cidadão;
- Visão de longo prazo;
- Gestão do entorno político;
- Construção consenso em relação ao futuro almejado;
- Capacidade de interlocução e comunicação social;
- Elaboração, gestão e avaliação de planejamento estratégico participativo;
- Arranjos em rede: integração de projetos, ações, instituições e pessoas;
- Gestão de pessoas e do conhecimento da organização pública.

Fonte: Filippim e Rossetto (2006).

No Brasil, as tentativas práticas de implantação da *New Public Management* (NPM) se desenvolveram mais significativamente somente a partir dos anos 1990 e, ainda assim, apenas no âmbito da administração pública federal. As experiências de transformação da administração pública nos estados e nos municípios têm sido mais recentes, uma vez que essa abordagem, segundo Filippim e Rossetto (2006), demanda acesso à informação, à vontade política e ao consistente investimento em formação de pessoas.

Jones e Thompson (2000) criaram um modelo para a Nova Gestão Pública que os próprios autores denominaram *Os cinco “R” da nova gerência pública*. Esse modelo fornece um quadro para a compreensão dos diversos conceitos que envolvem a nova gerência, isto é, *reestruturação, reengenharia, reinvenção, realinhamento e reconceitualização*. De acordo com os autores, a ideia implícita dos cinco “R” é de que, obedecendo essa sequência, o resultado será um governo com maior capacidade de resposta, mais efetivo e eficiente. Entretanto, os autores salientam que poucos são os ganhos no curto prazo, já que os cinco “R” não devem ser implantados em menos de cinco anos, sendo o prazo de dez anos uma estimativa mais realista.

Esse movimento de modernização na gestão pública, diante do cenário de reformas do Estado, fez com que surgisse um novo estilo governamental, chamado de governança pública. Alguns autores (SCHIEDLER, 2006; PALLOT, 2003) entendem que o termo *governança pública* é uma evolução do termo *nova gestão pública*.

2.1.2 Governança na Gestão Pública

A governança na gestão pública, para Kissler e Heidemann (2006), é um modelo que surgiu devido às condições insatisfatórias da modernização praticada até o momento. Para os autores, esse modelo conceitua-se como uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objetivo a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada. Tal ação conjunta envolve a atuação do Estado, das empresas e da sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidade e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.

A governança corporativa, segundo Marques (2007), pode ser descrita como mecanismos ou princípios que governam o processo decisório dentro de uma empresa, ou como um conjunto de regras que visam minimizar os problemas de agência.

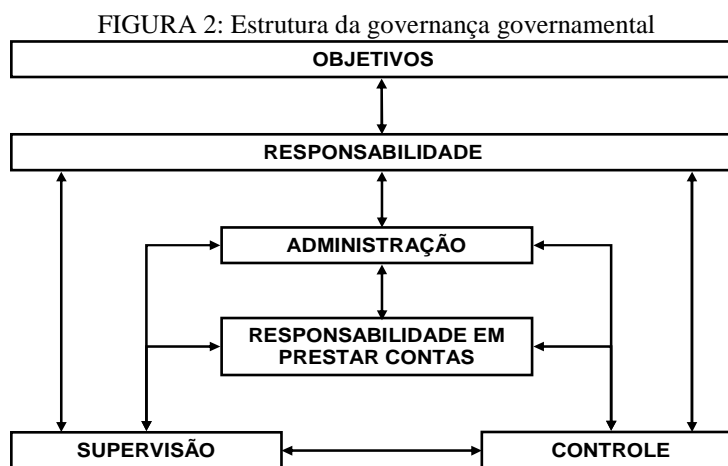
De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2011),

na teoria econômica tradicional, a governança corporativa surge para procurar superar o chamado “conflito de agência”, presente a partir do fenômeno de separação entre a propriedade e a gestão empresarial. Sob a perspectiva da teoria da agência, a preocupação maior é criar mecanismos eficientes (sistemas de monitoramento e incentivos) para garantir que o comportamento dos executivos esteja alinhado com o interesse dos acionistas.

A teoria da agência, de acordo com Slomski (2009), procura explicar a relação existente entre o principal e o agente. No Estado, o cidadão é o principal, e o governante e os servidores públicos são os agentes. Comparando com uma empresa privada, o principal é o empregador e o agente, os empregados.

As ideias a respeito das noções de governança pública indicam que o conceito faz referência à existência de estruturas, mecanismos e regulamentações para o exercício da administração pública, a uma nova prática, em que o governo visa objetivos coletivos de uma sociedade. Segundo Streit e Klering (2005), isso ocorre mediante um enfoque na coordenação autônoma, interdependente e responsável de diferentes instituições e redes de organizações, utilizando estruturas e processos coerentes, consistentes e aceitos pela sociedade.

Timmers (2000) define a governança governamental como a proteção ao inter-relacionamento entre a administração, o controle e a supervisão realizada pelo ente público, pela situação organizacional e pelas autoridades do governo. Segundo Timmers (2000), isso visa tanto relacionar os objetivos políticos, eficiente e eficazmente, como, também, comunicar publicamente e providenciar a prestação de contas para o benefício da sociedade, conforme ilustrado na Figura 2.



Fonte: Timmers (2000).

A estrutura do ciclo de governança governamental, apresentada na Figura 2, pode ser explicada pelos quatro elementos propostos por Timmers (2000), da seguinte maneira: a) o primeiro elemento é a administração, direcionado à realização dos objetivos da organização por meio da estruturação e desenvolvimento de processos; b) o segundo elemento é o controle que se refere a um sistema de medidas e procedimentos a serem implantados e mantidos para prover a garantia de que os administradores estão na direção dos objetivos fixados; c) o terceiro elemento é a supervisão que é necessária para que a realização dos planos, diretrizes e

metas da organização seja concretizada em benefício de toda a sociedade; d) o quarto elemento é a responsabilidade em prestar contas, pelo qual o ente público tem que prover informações à sociedade a respeito das receitas e das despesas públicas.

Segundo Melo (2006), há muitas discussões e iniciativas na agenda de vários países para melhorar a governança no setor público. No contexto internacional, o Comitê do Setor Público do *International Federation of Accountants* (IFAC) publicou, recentemente, um estudo de governança governamental realizado nos países que se destacam como precursores quanto aos estudos e aplicações (Austrália, Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e Reino Unido). O apêndice A apresenta um resumo comparativo da governança nesses países, cada um com sua própria perspectiva.

No Brasil, a legislação estabelece os instrumentos de governança necessários para levar as informações ao cidadão, ao menos no que tange aos aspectos financeiros e orçamentários. Todavia, dada a dificuldade de compreensão, o cidadão não utiliza os instrumentos disponíveis, causando assimetria informacional (VIANA, 2010).

Nesse sentido, Viana (2010) enfatiza que não cabe à governança pública somente a divulgação de demonstrações financeiras e resultados qualitativos, mas, sim, informações customizadas que possam ser compreendido pelos interessados (população). Isso compreende a disponibilização de informações, de maneira clara e com resultados qualitativos, com o uso de relatórios que façam com que o cidadão possa fazer comparações com resultados privados e, principalmente, saber se a gestão pública está sendo eficiente no gasto dos recursos públicos.

2.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Após a promulgação da CF de 1988, e com ela a nova repartição das receitas tributárias, os municípios receberam um montante maior de recursos transferidos, como é o caso dos tributos e taxações, e não vinham acompanhados de nenhum tipo de mecanismo de controle e avaliação. Dessa forma, gerou-se aos municípios uma fonte de recurso de contrapartidas “gratuita”, que poderia desestimular a busca pela arrecadação de recursos próprios (MOURA NETO; PALOMBO, 2006).

A Lei Complementar nº 101, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promulgada em 2000, visa alcançar a transparência dos atos de gestão pública,

assegurando à sociedade o conhecimento do resultado das ações praticadas pelos governantes, conferindo a estes, grande responsabilidade no âmbito da administração pública (BRASIL, 2000).

A introdução da LRF é vista como um marco das finanças públicas no Brasil, pois estabelece, de forma clara e direta, normas orientadas com vistas a aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, no âmbito da União, Estados e Municípios. Assim, estão sujeitos às obrigações dessa lei os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, inclusive o Ministério Público e órgãos de administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, visando o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições para a renúncia de receitas, para a geração de despesas e para o endividamento (operações de crédito, garantias, geração de despesas com pessoal, seguridade social, etc.). Resumidamente, tem-se que a LRF apresenta como objetivo central o controle dos déficits e dívida da administração pública (BRASIL, 2000).

A estrutura da LRF está apoiada em quatro grandes eixos de ação: 1) planejamento; 2) transparência; 3) controle e 4) fiscalização.

As ações de planejamento e transparência contemplam a criação de novas informações, metas e condições, destacando-se como principais instrumentos a utilização efetiva da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Pela introdução de mecanismos de controle, a LRF delimita o espaço de atuação do administrador público no que tange ao gasto público, introduzindo limitadores para a criação e a manutenção de despesas. No que diz respeito à ação de fiscalização, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da LRF.

Um dos aspectos fundamentais da LRF é o controle, a ser facilitado pela criação de novos relatórios de acompanhamento da gestão fiscal que, além da obrigatoriedade de publicação, deverão estar disponibilizados na *internet* (KHAIR, 2000).

Em resumo, a LRF indica os elementos aos quais a gestão fiscal deve se ater (gastos e endividamento), deixando a cargo dos gestores públicos a escolha de qual caminho seguir para ajustar suas contas aos limites previstos pela lei, podendo ser por aumento de receita ou por redução de suas despesas.

A tentativa de conter os gastos públicos com a LRF, no Brasil, também pode ser vista em outros países como os da União Europeia, onde diversos países se uniram e criaram a

Comunidade Econômica Europeia, celebrada através do tratado de Maastricht, que possui status constitucional. A partir daí, diversos limites de controle foram estabelecidos com o objetivo da estabilidade econômica: a) déficit público nominal anual inferior a 3% do PIB; b) dívida pública inferior a 60% do PIB; c) limite para inflação anual de até 1,5%. Da mesma forma que o adotado na LRF, os países que não alcançassem as metas da Comunidade Econômica Europeia também eram punidos (MACHADO; MELLO, 2011).

2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DA GESTÃO PÚBLICA

Nesta seção são abordados aspectos relativos à gestão estratégica de custos na administração pública, à contabilidade pública de custos no Brasil, às fontes de recursos municipais, bem como suas despesas, e aspectos sobre os indicadores de desempenho da gestão pública municipal.

2.2.1 Gestão Estratégica de Custos na Administração Pública

A busca por processos mais eficientes na execução dos projetos e a melhoria na qualidade da prestação de serviços tornaram-se as grandes metas a serem atingidas pelas entidades públicas. No entanto, se considerado o histórico de ineficiência e lentidão atribuído aos órgãos e entidades da administração pública, um grande questionamento se interpõe nessa busca, retratado pela seguinte questão: como tais objetivos podem ser atingidos? Para a Confederação Nacional dos Municípios (2008) essa não é uma questão de simples resolução. Necessita-se, pois, da adoção de instrumentos que impulsionem uma transformação nas crenças e valores que se encontram institucionalizados na administração pública brasileira.

Alonso (1999) observa que o administrador público não pode considerar apenas os problemas levantados pela população, pois a visão estratégica e o conhecimento técnico de sua equipe devem ser utilizados para prever futuras demandas, possivelmente não identificadas pela população. Muitas necessidades da população só serão por ela percebidas quando o problema ocorrer e, para muitas delas, a solução pode demorar anos, como no caso da necessidade de construção e ampliação de sistemas de tratamento de água e esgoto, construção de linhas de metrô, sistemas de geração de energia, dentre outras.

Nas entidades públicas, como nas empresas privadas, é importante conhecer os custos dos produtos e serviços, bem como o resultado econômico. Para Slomski (2009), não basta saber quanto arrecadou e como gastou, é preciso evidenciar para a sociedade qual foi o resultado econômico produzido pelo gasto, quais e quantos foram os serviços prestados, se a entidade está produzindo superávit ou déficit econômico.

A apuração e o controle de custos são instrumentos da contabilidade gerencial, portanto de uso interno. Segundo Moura, Cheibub e Costa Neto (2001), tais instrumentos são passíveis de utilização pelos órgãos públicos tanto para mensurar e avaliar suas atividades ou o desempenho dos setores que prestam serviços à sociedade, como para permitir a comparação dos custos pertinentes em relação a uma unidade preestabelecida.

Segundo Leal (2003), no setor público a concepção de despesa e arrecadação pública obscurece a importância da gestão de custos da atividade governamental. O autor destaca que o Estado estima uma determinada receita e, a partir daí, fixa as despesas globais, não havendo uma cultura consolidada de avaliar técnica e cientificamente os custos unitários dos bens e serviços que serão disponibilizados à sociedade.

Leal (2003) acrescenta, ainda, algumas contribuições que a Gestão Estratégica dos Custos pode oferecer ao administrador público para gerenciar eficientemente os recursos públicos, são elas: atender aos princípios da eficiência; subsidiar a tomada de decisão; evitar o desperdício; otimizar o uso dos recursos disponíveis.

Com o avanço tecnológico das informações e o aprimoramento e a maior transparência da gestão pública, o fortalecimento da gestão estratégica de custos na administração pública aponta na direção de que não basta o estabelecimento de políticas, programas e projetos que podem ser elaborados e estruturados se, durante o período de suas execuções, não forem adequadamente gerenciados e avaliados para que seja feita, em tempo oportuno e de forma eficaz, a correção de rumo necessária.

De acordo com Santos (2004), as ações de acompanhamento sistemático não devem estar restritas à compatibilidade entre valores programados e executados, estampados na peça orçamentária, mas, também, e principalmente, se esses valores estão alcançando a efetividade necessária, o que se pode medir através da retroalimentação do processo de informação de indicadores de desempenho.

2.2.2 Contabilidade Pública de Custos no Brasil

Segundo Petri (1980, p.4), a contabilidade pública “é um dos ramos da contabilidade geral, aplicada às entidades de direito público interno”.

No Brasil, a contabilidade pública é regulamentada pela Lei Complementar nº. 4.320, de 17.03.1964, que estatuiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e elaboração dos balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A contabilidade aplicada à administração pública registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecidas no Orçamento Público aprovado para o exercício, faz a comparação entre a previsão e realização das receitas e despesas, controla as operações de crédito, a dívida ativa, os créditos e as obrigações, revela as variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio (SLOMSKI, 2009).

Com o advento da LRF, inicia-se a implantação de uma nova fase das finanças públicas, permitindo que se gaste somente aquilo que se arrecade e com reflexos nos sistemas públicos contábeis. A referida lei estabelece a obrigatoriedade da manutenção de sistemas de custo para a administração pública brasileira, trazendo, em seus artigos 50 e 51, as novas regras para a contabilização das contas, visando garantir as informações necessárias ao controle das novas regras estabelecidas.

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

[...] § 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

O enfoque dado à contabilidade de custos pelo governo federal é uma iniciativa para implantar controles gerenciais de forma a identificar os custos na área pública. O Programa de Acompanhamentos dos Gastos do Governo pode ser citado como uma dessas alternativas (MOURA; CHEIBUB; COSTA NETO, 2001).

Khair (2000) corrobora, enfatizando que a criação de um sistema de custos permitirá à prefeitura avaliar sua execução orçamentária, obtendo maior agilidade na redução de custos

de obras, de compras e de serviços de terceiros. Além disso, permitirá a elaboração de orçamentos realistas, facilitando sua execução.

Desde a CF de 1988, o planejamento é função obrigatória dos Governos, no cumprimento do seu papel de agente normativo e regulador da atividade econômica. Cruz (2008) observa que é através desse planejamento governamental que a administração pública definirá seus objetivos, necessidades e dificuldades existentes com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva e promover o desenvolvimento socioeconômico.

A obrigatoriedade do planejamento observa-se, de forma integrada, por meio de um conjunto: Plano Diretor do Município, Programa do Governo, o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual (SLOMSKI, 2009), apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2: Instrumentos de gestão municipal

Instrumentos de Gestão Municipal	Descrição
Plano Diretor no Município	Orienta as prioridades de investimentos da cidade. Regulamenta os instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade e indica em que lugares da cidade eles podem e devem ser aplicados. Deverá englobar o território do município e a lei que o instituir deve ser revista, pelo menos, a cada dez anos.
Programa de Governo	Conjunto de propostas e ações do candidato para determinado pleito eleitoral.
Plano Plurianual (PPA)	Conjunto articulado de diretrizes, objetivos e metas, manifestado pelo programa de governo, a ser atingido em um período de quatro anos. Configura-se como um planejamento de médio prazo.
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Com base no PPA, o governo escreverá e enviará ao Poder Legislativo a LDO que compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal (estadual, distrital e/ou municipal), incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
Lei de Orçamento Anual (LOA)	Conhecido como orçamento público. Conterá as metas físicas e financeiras que o ente público pretende realizar no decorrer do exercício financeiro subsequente, a fim de atender às metas estabelecidas na LDO.

Fonte: Slomski (2009, p.42-8).

O Quadro 2 apresenta os instrumentos que devem auxiliar na gestão pública. Em resumo, o PPA contempla o planejamento de determinado município por quatro anos; a LDO tem a função de orientar a execução do planejamento anteriormente previsto no PPA; e a LOA tem a incumbência de executar o planejamento.

No Brasil, a contabilidade pública está passando por transformações motivadas pela busca da convergência aos padrões internacionais. A conjuntura econômica, interna e externa, tem demandado esforços das organizações contábeis nacionais para adoção de conceitos e procedimentos reconhecidos e utilizados internacionalmente (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2009).

A Lei nº. 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, em seu Título IX, estabelece:

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária financeira, patrimonial e industrial.

A STN, na qualidade de órgão central do sistema de contabilidade federal, nos termos da Lei nº. 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, vem emitindo normas gerais para atender ao disposto no parágrafo 2º, do Art. 50 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de forma a padronizar os procedimentos.

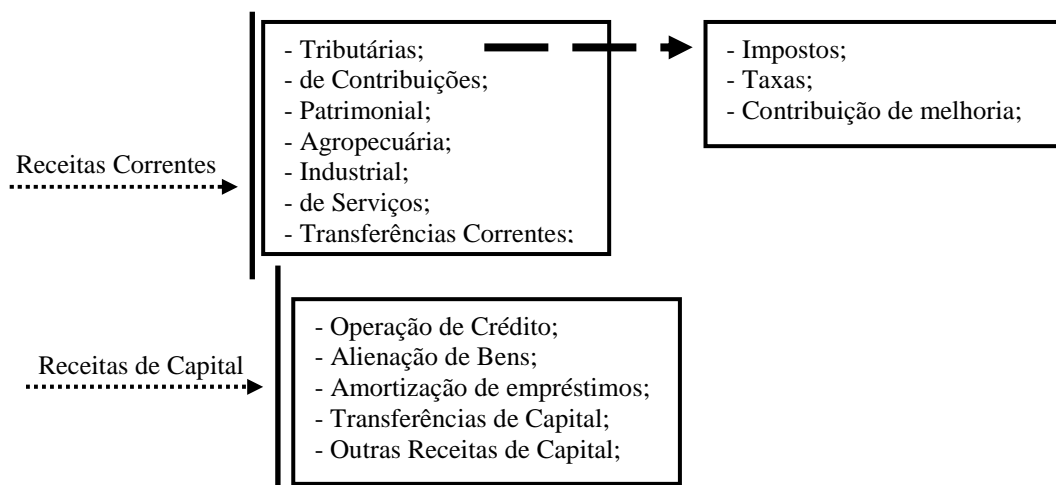
O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da sua Resolução nº. 1.168, publicada no DOU em 25.11.2008, institui as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Destaca-se, também, a criação Comitê Gestor da Convergência no Brasil, que está desenvolvendo ações para promover as convergências das Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público às normas internacionais, até 2012.

Com base em Reis (1993), a capacidade fiscal de um município consiste em gerar receita suficiente para financiar as despesas resultantes da provisão de bens e serviços públicos oferecidos à sua população.

2.2.3 Fontes de Recursos dos Municípios

A fonte provedora de recursos federais para viabilizar planos, programas, projetos e ações para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul é o Orçamento Geral da União (OGU) (SEPLAG, 2011).

De acordo com Slomski (2009), a receita pública distingue-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária. A receita orçamentária é aquela que pertence, de fato, à entidade e se classifica economicamente em Receitas Correntes e Receitas de Capital. A receita extraorçamentária é representada no balanço patrimonial como passivo financeiro, ou seja, são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos. A Figura 3 apresenta a classificação da receita orçamentária.

FIGURA 3: Classificação da receita orçamentária

Fonte: Brasil (1964).

A classificação apresentada na Figura 3 é a que deve ser utilizada por todos os entes da Federação, de acordo com a Lei nº. 4.320/64, a qual estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Os estados brasileiros têm como principal fonte de receita tributária o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) que representa, em média, 90% da arrecadação Estadual. Além do ICMS, os estados contam com dois impostos, o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), com a contribuição para seguridade social dos servidores públicos estadual e com as taxas pelo exercício do poder de polícia ou prestação de serviços (RECEITA FEDERAL, 2011).

As administrações municipais mantêm uma forte dependência das transferências constitucionais ou voluntárias dos governos federal e estadual. As receitas tributárias próprias dos municípios originam-se dos Impostos sobre a Prestação de Serviços (ISS), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), das taxas e das contribuições de melhorias (RECEITA FEDERAL, 2011).

Sob a ótica dos municípios, as principais transferências recebidas da União e do Estado são compostas conforme indicado abaixo (MOURA NETO; PALOMBO, 2006):

- União: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – composto por 22,5% da arrecadação do IR/IPI, 70% da arrecadação do IOF – 50% dos recursos arrecadados pelo Imposto Territorial Rural e 100% dos recursos de IR retido na fonte.

- Estado: 25% do ICMS arrecadado no município, o Fundo Estatal de Produtos Industrializados e parcela equivalente a 50% do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) recolhido na localidade.

Cabe ressaltar que os coeficientes do FPM vigentes são aqueles definidos na Decisão Normativa do Exercício, com as eventuais alterações determinadas judicialmente, listadas no portal eletrônico do Tribunal de Contas da União.

O FPM, por exemplo, tem, dos 100% transferidos, 10% destinados a Capitais (Brasília e Capitais Estaduais); 3,6% aos municípios da Reserva (municípios com população superior a 142.633 habitantes) e 86,4% aos municípios do Interior (municípios com população inferior a 142.633). Já no FPE, os critérios de distribuição são: 85% para as Unidades de Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 15% para as Unidades de Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

A fixação dos coeficientes individuais de participação dos municípios no FPM é efetuada com base nas populações de cada município brasileiro, enviadas ao Tribunal de Contas pelo IBGE até o dia 31 de outubro de cada exercício, e na renda per capita de cada estado, que também é informada pelo IBGE. Para os fins do cálculo das quotas referentes aos fundos de participação, o IBGE publica no Diário Oficial da União, até o dia 31 de agosto de cada ano, a relação das populações por estados e municípios (TRIBUNAL DE CONTAS, 2011).

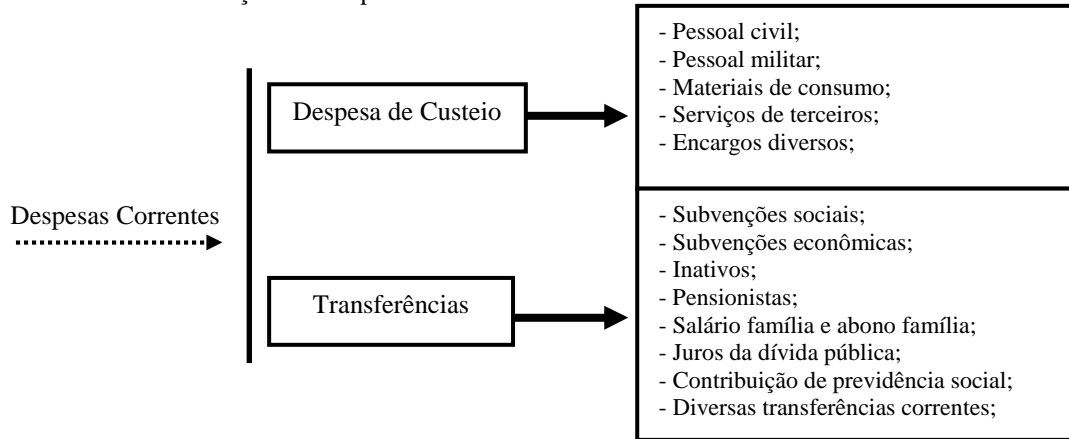
2.2.4 Despesas Públicas

Entende-se por despesa pública todo o consumo de recursos orçamentários e extraorçamentários. Os recursos orçamentários são todos aqueles fixados pela Lei de Orçamento Anual (LOA); e os recursos extraorçamentários são aqueles provenientes da geração de passivos financeiros, classificados como receita extraorçamentária, constituindo-se em despesa extraorçamentária quando de seu recolhimento e/ou pagamento a quem de direito (SLOMSKI, 2009).

A Lei nº. 4.320/64, em seu artigo 12, estabelece que a despesa seja classificada nas seguintes categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. Classificam-se na categoria de despesas correntes todas aquelas que não contribuem diretamente, para a formação de um bem de capital; classificam-se como despesas de capital, aquelas despesas

que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. A Figura 4 apresenta a classificação da despesa orçamentária.

FIGURA 4: Classificação das despesas correntes

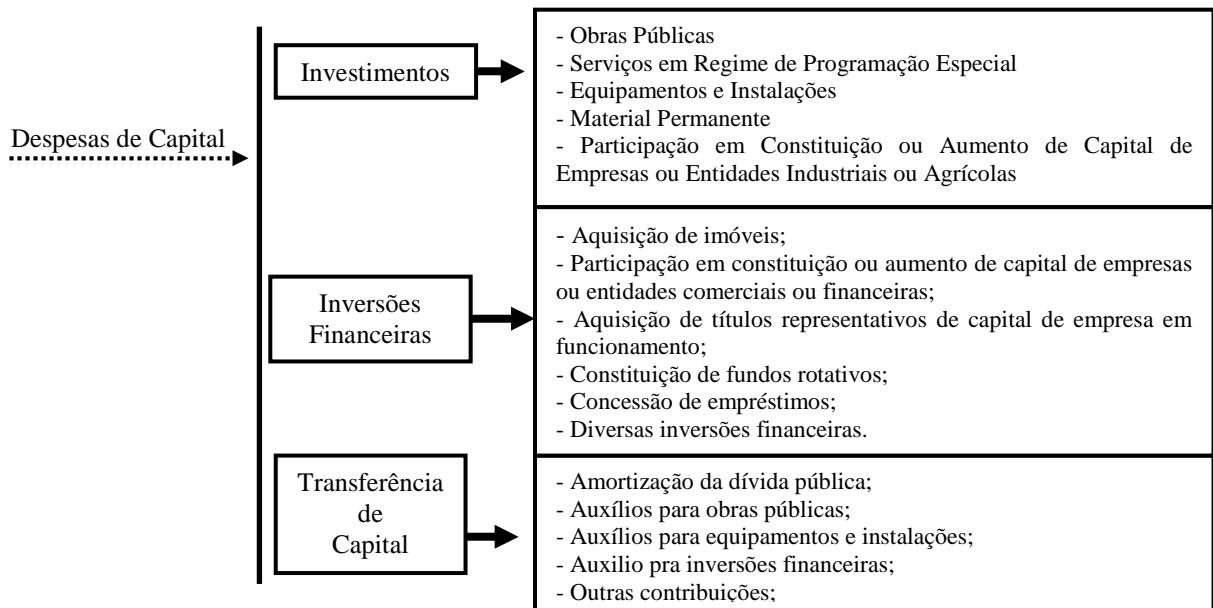


Fonte: Brasil (1964).

A Figura 4 apresenta, de forma resumida, a classificação das despesas orçamentárias correntes, as quais estão divididas em despesas de custeio (destinadas à manutenção da máquina pública) e despesas de transferências correntes (transferências de bens ou serviços destinados a outros entes de direito público privado, como por exemplo, as pensões, auxílios desemprego, etc).

A Figura 5 apresenta a classificação das despesas de capital.

FIGURA 5: Classificação das despesas de capital



Fonte: Brasil (1964).

As despesas de capital apresentadas na Figura 5 devem estar incluídas na lei orçamentária anual e são todas as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Dividem-se em investimentos, que são recursos destinados para o planejamento e execução de obras e suas derivações, inclusive aquelas destinadas à aquisição de imóveis novos; em inversões financeiras, que são recursos destinados às compras de imóveis já em utilização, à aquisição de títulos já constituídos; e às transferências de capital, que são rendas destinadas a investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito privado devem realizar, bem como a renda destinada à amortização da dívida pública.

Em resumo, a despesa pública corresponde à execução do orçamento do governo no seu objetivo maior de melhoria do bem-estar da população.

A medição e a correta aplicação dos recursos públicos, por meio da otimização do gasto, podem evitar que o governo lance mão de captações no mercado para cobertura do déficit do setor público, gerado pelo excesso de despesas públicas sobre a receita, através do chamado Ajuste Fiscal das contas públicas.

2.2.5 Avaliação de Desempenho Municipal

A mensuração e avaliação do desempenho, segundo Guimarães (2008), é uma das ferramentas mais utilizadas para o desenvolvimento de uma gestão pública eficiente e comprometida com os resultados. Entretanto, o desenvolvimento desse tipo de gestão requer um conjunto de indicadores-chave, pois estes contarão com bases sustentáveis de informação para a tomada de decisões e, do ponto de vista central, ajudam a melhorar o sistemas de controle sobre os serviços públicos.

O acompanhamento e análise do desempenho não deve ser atividade importante somente para empresas privadas. A cada dia, os cidadãos vêm exigindo mais transparência e melhoria nos resultados dos órgão públicos e, com isso, faz-se necessário um aprimoramento na avaliação de desempenho dos processos desenvolvidos pelos governos federal, estadual e municipal (ADRIANO; PIERI; DUTRA, 2009).

O controle do Estado sobre o alcance das metas institucionais envolve a utilização dos seguintes indicadores: de eficácia, de eficiência (indicadores financeiros, de desempenho operacional, de verificação do comprometimento da estratégia com as ações e os programas

desenvolvidos pela organização) e de qualidade, que medirão o efeito do produto e/ou serviço no cliente-cidadão e cidadão-servidor (GUIMARÃES, 2008).

No âmbito da avaliação de desempenho, Santos e Cardoso (2001, p.8) compreendem indicador como “uma construção teórica, um símbolo que deve conferir clareza e precisão à linguagem dos atores envolvidos no planejamento, na execução e na supervisão de um programa”.

Ainda conforme Santos e Cardoso (2002), uma vez que esses indicadores sejam desenvolvidos, eles devem ser interpretados e avaliados. Os autores sugerem três bases de comparação: a) em relação ao desempenho da instituição no tempo, nos anos anteriores; b) em relação ao desempenho de seus pares, ou instituições similares ou comparáveis; c) em relação ao que foi planejado ou orçado para um período determinado.

Para Helou Filho e Otani (2007), para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas, também, outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Para os autores, a utilização de indicadores sociais, também chamados de indicadores não financeiros, são instrumentos básicos nas etapas do processo de formulação e implementação das políticas públicas, sejam programas voltados a educação, moradia, saúde, emprego, renda ou segurança.

Os programas voltados a educação, moradia, saúde, emprego, renda, segurança, entre outros, podem ser avaliados através de indicadores que são instrumentos importantes para o controle de gestão e verificação de eficiência e eficácia, também na administração pública, pois permitem comparar situações entre municípios ou entre períodos diferentes de um mesmo município (CASTRO, 2006).

Os indicadores são classificados de acordo com a natureza, com o objeto e com o âmbito (GRATERON, 1999; BATISTA, 1999; BAROCHO, 2000; ZUCATO et al., 2009), conforme apresentado no Quadro 3.

QUADRO 3: Classificação dos Indicadores de Desempenho

Classificação dos Indicadores de Desempenho				
Natureza	Objeto		Âmbito	
Eficiência; Eficácia; Economia; Equidade; Excelência; Cenário; Perpetuidade; Legalidade.	Resultado	Resultados obtidos em relação aos resultados esperados ou desejados; referem-se aos indicadores de eficácia.	Interno	Consideram variáveis de funcionamento interno da entidade ou organização;
	Processos	São utilizados normalmente quando não é possível utilizar indicadores de resultado; referem-se aos indicadores de eficiência.		
	Estrutura	Procuram avaliar o custo e a utilização de recursos; pela sua natureza podem ser considerados como indicadores de economia.	Externo	Consideram o efeito ou o impacto, fora da entidade, das atividades ou serviços prestados.
	Estratégicos	Normalmente, esses indicadores são de caráter externo; procuram avaliar os aspectos relacionados diretamente com as atividades desenvolvidas, mas que tenham efeito sobre os resultados dessas atividades.		
Tipos de indicadores				
Estratégicos;	Informam o quanto a organização ou entidade se encontra na direção da consecução de sua visão. Refletem o desempenho em relação aos fatores críticos para o êxito.			
Produtividade (eficiência);	Medem a proporção de recursos consumidos em relação às saídas dos processos.			
Qualidade (eficácia);	Focam as medidas de satisfação dos clientes e as características dos produtos e/ou serviços.			
Efetividade (impacto);	Focam as consequências dos produtos e/ou serviços.			
Capacidade.	Medem a capacidade de resposta de um processo através da relação entre as saídas produzidas por unidade de tempo.			

Fonte: Adaptado de Zucato et al.. (2009).

Para Vaz (1994), os indicadores podem ser simples ou compostos. Os simples, segundo o autor, normalmente são autoexplicativos: descrevem, imediatamente, um determinado aspecto da realidade (número de crianças vacinadas, por exemplo) ou apresentam uma relação entre situações ou ações (como a relação entre o número de matrículas no ensino médio sobre número de matrículas no ensino fundamental). Os indicadores simples funcionam muito bem para a realização de avaliações setoriais e para avaliação do cumprimento de pontos do programa de governo, pois permitem conclusões rápidas e objetivas; por exemplo, se o governo se compromete em ampliar o número de domicílios servidos por coleta de lixo e este se reduz, a avaliação da eficácia das ações nesse setor é óbvia.

Quanto aos indicadores compostos, Vaz (1994) destaca que são aqueles que apresentam, de forma sintética, um conjunto de aspectos da realidade; por exemplo, o índice de inflação é um indicador que sintetiza o aumento de preços de vários produtos. Esses indicadores agrupam, em um único número, vários indicadores simples, estabelecendo algum tipo de média entre eles. Para isso, é preciso definir uma forma de ponderação, ou seja, dizer que os indicadores terão importância diferenciada (peso) para a determinação do resultado final.

De acordo com Guimarães (2008), os indicadores compostos são importantes para a avaliação da gestão porque permitem fazer comparações globais da situação do município e do desempenho da gestão. Pode-se, por exemplo, construir um índice de qualidade de vida do município, incorporando variáveis referentes a saúde, transportes, educação, meio ambiente, renda, entre outras. Calculando-se esse índice para vários anos, pode-se analisar sua evolução ao longo do tempo e, portanto, avaliar como evoluiu a qualidade de vida dos cidadãos (inclusive comparando a posição da gestão em curso com a de gestões anteriores).

Para Guimarães e Jannuzzi (2004), o avanço dos processos de descentralização e a maior pressão social oriunda de sucessivas crises econômicas, e conseqüente acúmulo de demandas locais, vêm fazendo com que a geração e a disseminação periódica de estatísticas, indicadores e índices municipais passem a assumir um caráter ainda mais relevante no processo de planejamento, sobretudo para subsidiar o processo de implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

O surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi bastante influenciado pela necessidade de suprir as deficiências apontadas pelos indicadores chamados de primeira geração que, de acordo com Jannuzzi (2001), são indicadores de natureza bastante restrita e simplória, a exemplo do PIB e PIB *per capita*. Esses indicadores de primeira geração são

indicadores financeiros e refletem o desempenho econômico. O IDH surge para desviar o foco para as pessoas, verificar o desempenho social e, por isso, utiliza índices de educação, longevidade e renda.

Com a necessidade de atender às demandas de informação para formulação de políticas e tomada de decisões nas esferas públicas, inspirados pelo sucesso do IDH no Brasil e no Mundo, diversas instituições de pesquisa e grupo de pesquisadores empreenderam esforços para o desenvolvimento de medidas-resumo da situação social, os chamados indicadores sintéticos ou índices sociais.

No Rio Grande do Sul, estado onde a amostra deste estudo é coletada, a Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS) desenvolveu o ISMA, que é um Índice Social Municipal Ampliado, construído a partir dos indicadores socioeconômicos selecionados, totalizando um número de quatorze, agrupados em quatro blocos. Seu objetivo é estabelecer um diferencial das condições socioeconômicas dos municípios, classificando-os do melhor para o pior.

Alguns dos indicadores utilizados neste estudo foram coletados no site da FEE-RS, no entanto, não foi utilizado o ISMA, pois sua última publicação consta do ano de 1998. A FEE dispõe de um sistema de dados que reúne informações de natureza socioeconômica relativas ao Rio Grande do Sul e a seus municípios, configurado sob a forma de um banco de dados dinâmico, que permite realizar cruzamentos entre variáveis geográficas e período de abrangência (FEE, 2011). Quase todas essas variáveis possuem informações do período correspondido entre 1985 e 2008.

Pollanen (2005) observa que há muitas partes interessadas na avaliação de desempenho. O autor refere-se, como partes interessadas, aos cidadãos locais, aos meios de comunicação, aos representantes eleitos, ao governo central, às agências reguladoras, aos consumidores, aos usuários. Essa demanda de usuários justifica a existência de estudos empíricos relacionados ao desempenho socioeconômico de municípios.

2.3 EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL

2.3.1 Origem e Natureza da Emancipação Municipal

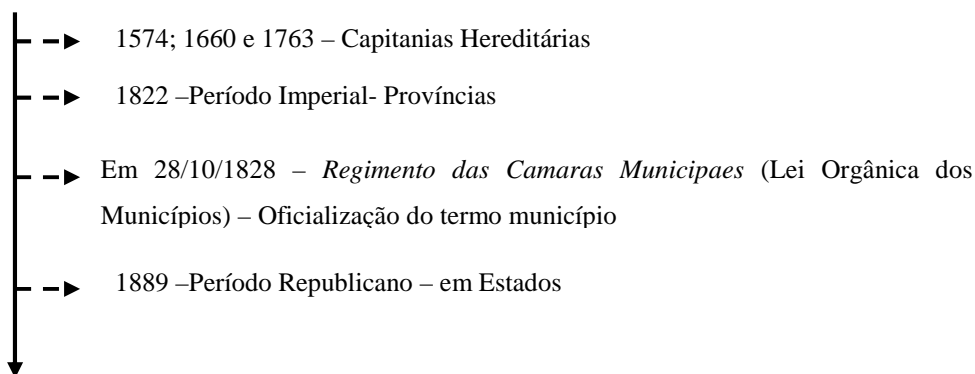
O Município, como unidade político-administrativa, surgiu com a República Romana que premiava as cidades que aceitavam pacificamente a sua dominação, dando-lhes privilégios privados e políticos. Esses privilégios, de acordo com Guimarães (2008), consistiam em permitir que essas comunidades elegeassem seus governantes e dirigissem suas cidades.

Nesse processo de criação de dominação via criação de municípios, Julio César, através da *Lex Julia Municipalis*, estendeu às colônias da Itália esse sistema de governo e mais tarde, por meio de invasões, foi se estendendo às províncias conquistadas da Grécia, Gália, Península Ibérica, e, por conseguinte, a França, Espanha e Portugal. Paulatinamente, as províncias foram se modificando sob a dominação bárbara, que sucedeu à romana (MEIRELLES, 2001).

O município português, criado por meio de invasões instauradas por Júlio César, foi transplantado para o Brasil com a mesma organização e atribuições política, administrativa e judicial que desempenhava na Corte Portuguesa. Entretanto, ao transportar-se para o Brasil, sofreu algumas alterações: o território, que era governado pelo Conselho, passou a chamar-se “município”, nome derivado das antigas comunas romanas (FAVERO, 2004).

A cronologia de criação de municípios no Brasil é retratada de forma bem aprofundada no trabalho de Favero (2004), apresentada de forma resumida na Figura 6.

FIGURA 6: O processo de criação de municípios no Brasil



Fonte: Favero (2004).

Ainda com base na pesquisa realizada por Favero (2004), observa-se que o município precedeu, no Brasil, o próprio estado e constitui o fundamento da nação até os dias atuais. Favero lembra que esse modelo já não existe em Portugal, conforme rege nossa atual Constituição, onde o Município é reconhecido como ente federativo, reforçado em suas atribuições, prerrogativas e autonomia. A evolução da divisão territorial no Brasil apresentada na Figura 6, inicialmente se originou com as Capitânicas Hereditárias, dividida em três momentos (1574, 1660 e 1763); no período imperial, as divisões ocorreram em Províncias e, no período republicano, as divisões em Estados e municípios, conforme figura até os dias atuais.

De acordo com Meirelles (2001), quando se fala em incorporação, está-se a considerar a reunião de um município a outro, perdendo um deles a personalidade, que se integra na do território incorporador. A incorporação pressupõe a extinção do município incorporado pela anexação do seu território a outro já existente que permanece com sua personalidade jurídica.

A fusão se dá, geralmente, quando municípios economicamente fracos, ou destituídos de fatores de progresso, se fundem, perdendo, cada qual, sua personalidade jurídica em favor de uma nova entidade.

Já o desmembramento, de acordo com Paloni (2008), a forma mais comum de criação de novos entes, se dá pela emancipação de um distrito, ou seja, pela separação de parte de um município para se integrar em outro ou constituir um novo município, com sua elevação à categoria de pessoa jurídica de Direito Público interno, por meio de outorga de autonomia e reconhecimento por lei estadual.

Desde 1988, a intensa criação e instalação de municípios emancipados no Brasil tem sido parte de um processo mais geral de descentralização. De 1988 a 2010, foram instalados (a instalação corresponde ao início de funcionamento efetivo do município, o que se dá com a eleição do primeiro prefeito) 1.394 novos municípios, representando um crescimento de 33% do total então existente. No período correspondente de 1991 a 2010, as unidades da federação que apresentaram maior número de novos municípios através da emancipação foram Rio Grande do Sul (253), Tocantins (133) e Minas Gerais (131). Os dados da Tabela 1 destacam que o processo de emancipação municipal não ocorreu de forma homogênea no país, dado que, em alguns Estados, o número de emancipações foi pouco expressivo. A região Nordeste é a região que mais possui municípios instalados no total de todo o período de análise, seguida da região Sudeste e região Sul, respectivamente. Embora a região Nordeste tenha tido o maior número de fracionamentos, foi o estado de Tocantins, na região Norte, que mais

creceu em percentual, se essa comparação fosse feita em relação ao número inicial de municípios em 1988.

TABELA 1: Número de municípios instalados por região e Estados no Brasil (1988-2011)

Municípios Existentes em 1988	Municípios Instalados de 1991 a 2010									Total Geral	Evolução	
	1991	1993	1997	2001	2003	2005	2009	2010	Soma			2011
Brasil	4.172	319	483	533	54	-1	4	1	1	1.394	5.566	33
Norte	195	103	100	51	0	0	0	0	0	254	449	130
Rondônia	18	5	17	12	0	0	0	0	0	34	52	189
Acre	12	0	10	0	0	0	0	0	0	10	22	83
Amazonas	59	3	0	0	0	0	0	0	0	3	62	5
Roraima	8	0	0	7	0	0	0	0	0	7	15	88
Pará	87	18	23	15	0	0	0	0	0	56	143	64
Amapá	5	4	6	1	0	0	0	0	0	11	16	220
Tocantins	6	73	44	16	0	0	0	0	0	133	139	2.217
Nordeste	1.476	33	49	229	5	0	1	1	0	318	1.794	22
Maranhão	132	4	0	81	0	0	0	0	0	85	217	64
Piauí	166	-48	30	73	1	0	1	1	0	58	224	35
Ceará	152	26	6	0	0	0	0	0	0	32	184	21
Rio Grande do Norte	151	1	0	14	1	0	0	0	0	16	167	11
Praíba	171	0	0	52	0	0	0	0	0	52	223	30
Pernambuco	167	1	9	8	0	0	0	0	0	18	185	11
Alagoas	96	1	3	1	1	0	0	0	0	6	102	6
Sergipe	74	0	1	0	0	0	0	0	0	1	75	1
Bahia	367	48	0	0	2	0	0	0	0	50	417	14
Centro Oeste	329	50	48	19	17	0	3	0	0	137	466	42
Mato Grosso do Sul	65	7	5	0	0	0	1	0	0	13	78	20
Mato Grosso	82	13	22	9	13	0	2	0	0	59	141	72
Goiás	181	30	21	10	4	0	0	0	0	65	246	36
Distrito Federal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Sudeste	1.418	14	101	133	2	0	0	0	0	250	1.668	18
Minas Gerais	722	1	33	97	0	0	0	0	0	131	853	18
Espírito Santo	58	9	4	6	1	0	0	0	0	20	78	34
Rio de Janeiro	66	4	11	10	1	0	0	0	0	26	92	39
São Paulo	572	0	53	20	0	0	0	0	0	73	645	13
Sul	754	119	185	101	30	-1	0	0	1	435	1.189	58
Paraná	311	12	48	28	0	0	0	0	0	88	399	28
Santa Catarina	199	18	43	33	0	0	0	0	0	94	293	47
Rio Grande do Sul	244	89	94	40	30	-1	0	0	1	253	497	104

Fonte: Adaptado de Bremaeker (2001) e CNM (2010).

Em termos de Brasil, a maior parte das emancipações ocorreu até 1997; os municípios emancipados a partir dessa data representam 4,2% do total. Com relação ao estado do Rio Grande do Sul, objeto deste estudo, todas as 253 emancipações ocorreram até 1996, e seus

municípios foram instalados até 2001, conforme dados da Tabela 2, salvo o município de Pinto Bandeira, que foi instalado em 2001, extinto em 2002 e recriado em 2010.

No intuito de conter esse crescimento desordenado de municípios, foi promulgada a EC nº. 15/96, que deu nova redação ao parágrafo 4º. do artigo 18 da CF/88. Regulada por lei estadual, a criação de novos municípios passou a ser efetuada dentro do período determinado por lei complementar federal, mediante consulta prévia plebiscitária às populações dos municípios e dos distritos envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 1996).

A EC nº. 15/96 demanda ainda uma lei para disciplinar a elaboração dos estudos de viabilidade municipal. O estudo de viabilidade municipal se configura um instrumento federativo importante que tem como principal objetivo diagnosticar tecnicamente a viabilidade de criação de um novo ente político. No entanto, ainda hoje, mais de dez anos após a vigência da EC referida, o Legislativo ainda não definiu em que consiste “o estudo de viabilidade municipal” (PALONI, 2008).

2.3.2 Objetivos do Processo Emancipatório

Vários estudos foram realizados, na década de 1990, buscando entender os principais motivos para a emancipação municipal no Brasil.

Bremaeker (1993) realizou sua pesquisa mediante o envio de questionários abertos aos prefeitos dos novos municípios (581), em 1992. Ele obteve 72 respostas, equivalente a 12,4% do total. As principais alegações dos novos prefeitos foram: descaso por parte da administração do município de origem (54,2%); existência de forte atividade econômica local (23,6%); grande extensão territorial do município de origem (20,8%); aumento da população local (1,4%).

Pesquisa realizada por Cigolini (1999), com 22 municípios do Paraná, emancipados na década de 1990, revelou que o principal motivo para a criação de 60% desses municípios foi a existência de condições econômicas favoráveis. O trabalho de Cigolini “procura demonstrar como ocorreu historicamente a ocupação do território no Estado do Paraná e sua consequente divisão em municípios, e investiga como a combinação de fatores de ordem política, econômica e jurídica contribuiu para as emancipações ocorridas durante a década de 1990” (CIGOLINI, 1999, p.vii). O autor analisa três causas para compreender as emancipações no

Paraná no final do século XX: 1) as justificativas políticas, 2) os aspectos econômicos e 3) jurídicos.

Segundo Cigolini (1999), o fator de ordem política está relacionado aos motivos que deputados estaduais apresentaram na Assembleia Legislativa para emancipar determinada localidade. De acordo com o autor, as principais razões alegadas foram: a existência de condições econômicas favoráveis à elevação do novo município, o desejo da comunidade local expresso no plebiscito e, por fim, o cumprimento dos requisitos legais pela localidade. Porém, conclui Cigolini:

[...] ao analisarmos as justificativas dos processos no Paraná, percebemos que os argumentos utilizados não trazem informações que possibilitem concluir a veracidade dos motivos citados. Os argumentos de ordem econômica, por exemplo, não são acompanhados de dados de como estão concretizadas essas condições, ou seja, elas podem simplesmente não existir, ou ser potencialidade que se acredita existir nessas áreas (CIGOLINI, 2001, p.51).

E comenta: “Assim, as justificativas sob as quais são criados os municípios são questionáveis e, acreditamos, podem esconder reais objetivos dos processos emancipatórios” (CIGOLINI, 2001, p.53). Na tentativa de verificar quais seriam tais objetivos, o autor compara o resultado eleitoral das eleições de 1998 dos deputados estaduais que propuseram o projeto de lei do novo município e seu número de votos neste município, e conclui

que os interesses ligados à representação política, à formação de núcleos de poder local e ao controle de recursos, que, apesar de não serem apresentados e discutidos, são, em grande parte, responsáveis pela fragmentação do território em unidades administrativas no Estado do Paraná (CIGOLINI, 2001, p.55).

Por fim, o fator de ordem jurídica refere-se aos requisitos mínimos necessários para a emancipação de municípios, estabelecidos pela legislação estadual do Paraná, Lei Complementar nº. 56/91. Para o autor, a legislação não é restritiva e, mesmo assim, grande parte dos novos municípios foi criada burlando-se a legislação. O resultado dessa análise foi, em seguida, associado aos argumentos pesquisados nos projetos de emancipação, obtendo-se como resultado que, subjacentes aos motivos oficialmente apresentados, existem outros que são responsáveis pela fragmentação territorial em curso. “Nessa perspectiva, a criação de municípios não é um fim, mas um meio pelo qual são dados aos interessados no processo novas possibilidades. Possibilidades estas que estão associadas à criação de territórios e ao controle de recursos econômicos” (CIGOLINI, 1999, p.100).

Noronha (1996) realizou entrevistas com a população local de 17 municípios emancipados entre os anos de 1985 e 1993 no estado do Rio de Janeiro. Ele concluiu que sete

desses municípios emanciparam-se para evitar a estagnação econômica; seis, por possuírem condições econômicas favoráveis e quatro, por razões políticas, que consistiam na tentativa de grupos locais formarem núcleos de poder. A pesquisa de Noronha evidencia que a maioria da população local dos municípios estudados acredita que a emancipação é condição suficiente para a promoção do desenvolvimento local.

Esses estudos revelam que os motivos para a emancipação dos municípios refletem as características de cada lugar, que diferem significativamente ao longo do território brasileiro. Além disso, há os interesses políticos envolvidos e disputas de poderes.

No estudo realizado por Noronha (1993), o autor identifica algumas motivações ao movimento emancipatório: 1) “administrativas”, quando o objetivo é melhorar a oferta de serviços públicos à população; 2) “econômicas por crescimento”, quando o distrito tem condições econômicas para constituir um novo poder público; 3) “econômicas por estagnação”, quando o interesse é gerar desenvolvimento a partir da emancipação; e 4) “políticas”, que estão sempre presentes em combinação com as anteriores, refletindo o interesse de um indivíduo ou de um grupo em criar um novo espaço de poder e influência.

Siqueira (2003) faz uma observação bastante relevante para as motivações pertinentes ao processo emancipatório, afirmando ser preciso analisar de forma isolada cada período histórico; até o início dos anos 1980, a criação de municípios acompanhou o avanço da ocupação territorial, onde se concentravam os maiores índices demográficos e de desenvolvimento econômico. Após a CF de 1988, o movimento emancipatório muda a sua lógica, passando a contar com uma atuação predominante da dimensão institucional, expressa pelo status inédito alcançado pelo governo municipal no novo contexto constitucional. Esse status mencionado pela autora refere-se à autonomia adquirida do município para elaboração de suas leis, seu orçamento e diretrizes.

2.3.3 Processo de Criação de Novos Municípios em Outros Países

O processo de fragmentação nos Estados Unidos provavelmente seja o fenômeno mais comparável ao caso brasileiro. Wright (1975) e Caputo (1975) discutem um programa de transferências de recursos iniciado em 1972, no incremento, na extinção ou na fusão de governos locais nos Estados Unidos. Segundo os autores, mais do que fomentar a criação de

novas unidades, a garantia de novas transferências federais teria promovido a preservação de algumas estruturas locais de governo.

De acordo com Caputo (1975, p.131), o programa de transferências iniciado em 1972 nos Estados Unidos, denominado “*general revenue sharing*”, foi um programa de transferência de recursos fiscais (do governo federal para os governos locais), sendo uma das iniciativas políticas de descentralização do “*new federalism*”, no governo Nixon. Como o autor só especifica os valores agregados, torna-se impossível fazer comparações com transferências semelhantes no Brasil, como o FPM.

Cada um dos Estados nos Estados Unidos está subdividido administrativamente em territórios chamados condados (*county*); comparados ao Brasil, seria o mesmo que municípios. A responsabilidade e os poderes dos condados variam de Estado para Estado, mas eles são sempre divisão administrativa do Estado em questão. A grande maioria dos condados possui uma sede ou capital. Em muitos estados, os condados são subdivididos em municipalidades (*townships*) ou em cidades e podem conter outras municipalidades independentes. Nos Estados Unidos, as entidades que têm um estatuto semelhante ao de município variam de estado para estado. Cidades, *towns*, *boroughs* são, geralmente, considerados os equivalentes aos municípios. As *townships*, os condados e as paróquias não são usualmente considerados como sendo municípios, embora existam algumas exceções (TOMIO, 2005).

As unidades de governo local norte-americanas são majoritariamente dependentes de transferências fiscais das esferas mais abrangentes de governo (*federal and state aid*). Em conjunto, esses recursos representaram, nas últimas décadas, mais da metade do orçamento dos governos locais (NATHAN; LAGO, 1990). O que se assemelha muito com a realidade brasileira.

Tomio (2005) observa uma grande diferenciação na estrutura das divisões político-administrativa internas do Brasil e dos Estados Unidos, principalmente quanto aos graus muito diversos de autonomia dos governos locais e, em consequência, de impactos distintos provocados pela fragmentação das unidades subnacionais (estados e municípios). Essa questão remete à comparação da extensão de atributos e de quantidade de unidades de governo local em cada país. Uma questão surge a partir daí: Como é o grau de autonomia dos municípios em outros países?

Na França, o grau de autonomia local foi efetivado por lei após 1992. O administrador municipal é eleito pelo conselho e, dentro de um sistema dual, executa as deliberações locais e representa o Estado no municio, subordinando-se ao nível hierárquico superior

(departamento). A França tem uma organização territorial estruturada em quatro níveis hierarquizados: o Estado, a região, o departamento e o município. A grande quantidade de municípios está vinculada à forma de sua institucionalização, ocorrida em 1789. Entretanto, apesar de numerosos, os municípios franceses têm um grau muito reduzido de autonomia (MELLO, 1993). Comparando o modelo francês ao brasileiro, os municípios brasileiros são menos numerosos que na França, no entanto, possuem um grau maior de autonomia.

Apresentam-se, no Quadro 4, estudos relacionados à criação de novas cidades na década de 1980, que retomam diversas situações específicas.

QUADRO 4: Estudos internacionais relacionados à criação de novas cidades entre o período 1980-2000

Autor(es) /Ano	Título	Situação Específica
GOURSOLAS, J. M. ATLAS, M. (1980)	New towns in the Paris metropolitan area: an analytic survey of the experience	Limites do planejamento público em sua estruturação.
DAGNAUD, M; (1981)	Goursolas on new towns: a critical comment.	Limites do planejamento público em sua estruturação.
BARDO, J.; BARDO D. (1983)	A Re-examination of subjective components of community satisfaction in a British new town.	Do comportamento social, do espírito comunitário e da satisfação dos moradores de <i>new towns</i> britânicas.
VASOO, S. (1988)	The development of new towns in Hong Kong and Singapore: some social consequences.	Das consequências do deslocamento populacional para as <i>new towns</i> das cidades-estado de Hong Kong e Cingapura.
SKABURSKI, A. (1989)	Options the developing resource towns: the effects of increasing government involvement in new town development.	Do financiamento e planejamento, público e privado, no desenvolvimento de <i>new towns</i> em várias províncias canadenses.
PEEL, M. (1995)	The rise and fall of social mix in an Australian new town.	Empobrecimento e homogeneização populacional na <i>new town</i> de Elisabeth, na Austrália.

Fonte: Tomio (2005).

Os estudos apresentados no Quadro 4 referem-se à criação ou à reorganização de áreas suburbanas em grandes metrópoles, no período entre 1980 e 2000. Segundo Tomio (2005), como há fortes interesses políticos e econômicos no surgimento dessas unidades locais, os aspectos problematizados não são as causas, mas os efeitos urbanos, sócio-culturais e comportamentais que a criação de novas unidades de governo local acarreta.

2.3.4 Criação de Novos Municípios no Estado do RS

Os primeiros municípios no Estado do Rio Grande do Sul são datados de 1808/1809; desde então, somente na década de 1970 não houve a produção de leis de criação de municípios no Estado. Mais precisamente, entre 1966 e 1980 nenhum novo município foi criado.

Ao se verificar década por década das emancipações gaúchas, observa-se que nos anos de 1830 houve o maior crescimento do período compreendido entre 1800 e 2010 (Tabelas 2 e 3).

TABELA 2: Quantidade de municípios no RS por década (1800-1890)

Municípios	Décadas									
	1800	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Existentes	-	4	5	5	14	20	28	30	48	58
Criados na década	4	1	0	9	6	8	2	18	10	7
Crescimento na década (%)		25	0	180	43	40	7	60	21	12

Fonte: IBGE (2011); Assembleia Legislativa do RS (2011).

Na Tabela 2 é possível observar o crescimento gradativo do número de municípios criados ao longo das décadas. Os quatro municípios iniciais apontados na Tabela 2, na década de 1800, são: Porto Alegre (1808); Rio Grande (1809), Rio Pardo (1809) e Santo Antônio da Patrulha (1809).

TABELA 3: Quantidade de municípios no RS por década (1900-2010)

Municípios	Décadas												Total
	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	
Existentes	65	67	71	80	88	92	150	232	232	333	497	496	497
Criados na década	2	4	9	8	4	58	82	-	101	164	-1	1	
Crescimento na década (%)	3	6	13	10	5	63	55	0	44	49	0	0	

Fonte: IBGE (2011); Assembleia Legislativa do RS (2011).

Observa-se, pelos dados da Tabela 3, que, nos períodos de 1950 a 1990, houve um aumento expressivo de emancipações. Nesse período, que cruzou quatro décadas, foram criados mais de 80% dos municípios gaúchos. Esse período, de acordo com Tomio (2005), favoreceu a criação de municípios por meio de um arranjo institucional descentralizador que incluiu a autonomia política constitucional de parte dos impostos recolhidos pelo governo federal. Como na década de 1980, também nos anos de 1960 os atores políticos do Rio

Grande do Sul participaram da corrida pelos recursos fiscais arrecadados pela União, como, por exemplo: cota parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios); cota parte do ITR (Imposto Territorial Rural). Ambas as transferências citadas são as que representam valor mais expressivo no montante total de recursos arrecadados pela União.

Em consulta realiza em setembro de 2011 junto à Assembleia Legislativa do Estado do RS (ALRS), e de acordo com o Sr. Filipe Madsen Etges, secretário da Comissão de Assuntos Municipais, cerca de 130 distritos atualmente possuem processo emancipatórios protocolados na ALRS. O secretário atenta para algumas ressalvas: a) tendo em vista a falta de regulamentação federal quanto ao tema, o que impede as emancipações, existem processos antigos, dos quais não existe certeza se a intenção de emancipar ainda persiste; b) todos os processos deverão ser renovados caso haja regulamentação federal, ou mesmo se houver andamento através da legislação estadual (Lei Estadual nº. 13587/2010). A lista dos processos emancipatórios protocolados junto a ALRS consta do Anexo A.

2.3.5 Prós e Contra à Emancipação Municipal

Para Fávero (2004), existem duas correntes sobre o fenômeno das emancipações municipais no país. A primeira, contrária ao processo de emancipação, argumenta que os municípios criados são muito pequenos, com baixa arrecadação, tornando-se dependentes dos recursos de transferências constitucionais, além de aumentar as despesas com os serviços das administrações municipais. A segunda corrente, a favor do processo de emancipação municipal, argumenta que a descentralização administrativa aproxima o poder decisório dos membros das comunidades, obtém repasses de recursos tributários dos entes federativos superiores e facilita o acesso aos serviços públicos urbanos a um maior número de pessoas, melhorando a qualidade dos serviços e reduzindo as disparidades regionais.

Tomio (2002) comenta que os novos municípios são incapazes de sustentar até mesmo sua folha de pagamento apenas com a receita própria, o que cria uma situação de dependência das transferências do Estado e da União, principalmente do Fundo de Participação Municipal (FPM) que, segundo o autor, é a maior renda dos municípios de pequeno porte.

Pinto (2002) destaca outros pontos negativos associados à criação de municípios, são eles: a) o elevado gasto que se tem para estruturar um município; b) a maior divisão do FPM;

c) a maior pressão dos municípios para a obtenção de verbas; d) e o maior número de municípios economicamente inviáveis a serem sustentados.

Estudos realizados no início da década de 1990 (NORONHA; BREMAEKER, 1993, 1993b) enumeram as motivações locais para as emancipações municipais: 1) Administrativa: quando o objetivo é melhorar a oferta de serviço público à população; 2) Econômicas por crescimento: quando o distrito tem condições econômicas para constituir um novo poder público; 3) Econômicas por estagnação: quando o interesse é gerar desenvolvimento através da emancipação; 4) Políticas: que estão sempre presentes em combinação com as anteriores, refletindo o interesse de poder de um indivíduo ou grupo em criar um novo espaço de poder e influências; 5) Descaso da administração do município de origem; e 6) Existência de forte atividade econômica local.

Em outubro de 2000, o BNDES realizou um estudo para comprovar o peso e o custo administrativos com a criação de cada novo município. Limitando o gasto com as Câmaras de Vereadores, o estudo demonstrou o custo das câmaras municipais antes de 2001. A amostra analisada compreende 4.057, ou 74%, das 5.507 câmaras de vereadores brasileiras, excluídos os municípios para os quais não se dispunha de dados, ou das contas da prefeitura, ou do PIB local.

O estudo do BNDES aponta algumas das principais conclusões sobre os custos das Câmaras de Vereadores, adotado o ano-base de 1996: a) 38% das prefeituras pesquisadas gastaram com a questão legislativa mais de 6% da receita corrente; b) analisados por classes de PIB *per capita*, os municípios mais ricos gastaram menos com a função legislativa em percentual da receita corrente do que os mais pobres; c) as médias regionais da razão legislativo/receita corrente revelaram um maior comprometimento nas regiões menos desenvolvidas, 8,1% no norte, 7% no nordeste e centro-oeste, 4,2% no sul, e 4,6% no sudeste; d) foram grandes as discrepâncias de municípios de uma mesma região ou estado - os estados de maior média foram Amapá (15,1%), Mato Grosso do Sul (11,8%) e Acre (10,9%); em proporção do total das despesas, 26% das prefeituras da amostra, no ano de 1996, gastaram 50% ou mais do montante total com a função legislativa do que com saúde e saneamento. Dentre elas, cerca de 300 municípios gastaram com a função legislativa mais do que com a saúde; e) a relação entre gasto com a função legislativa e a saúde e o saneamento tendeu a se elevar à medida que diminuía a renda *per capita* local, ou seja, a tendência foi que quanto mais pobre a cidade, mais se gastava com a câmara de vereadores e menos com a saúde. Constata-se com esse estudo que, quanto menor o município, maior o seu gasto proporcional

com o custo administrativo, com o comprometimento de investimentos importantes ao bem-estar da comunidade local.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA

Nesta seção, são apresentados alguns estudos relacionados à avaliação de desempenho da gestão pública municipal.

2.4.1 Estudos Nacionais

Com relação aos estudos nacionais referentes ao processo emancipatório brasileiro, Siqueira (2003) faz uma profunda revisão e organiza os trabalhos em grupos conforme a abordagem utilizada por cada autor. O Quadro 5 e o Quadro 6 apresentam, de forma resumida, a revisão feita pela autora.

O Quadro 5 apresenta os trabalhos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), no período entre 1975 e 1996.

QUADRO 5: Trabalhos sobre o processo emancipatório brasileiro sob diferentes abordagens

Trabalhos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)	
a) Trabalhos que abordam as emancipações municipais de forma especulativa	
Guedes (1975)	Neste estudo, o autor faz referência aos critérios estabelecidos pela LC 1/1967 para a criação de municípios, enfatizando a necessidade de se cumprir o requisito referente à arrecadação financeira mínima, considerando como o mais importante para a efetivação do processo emancipatório.
Carvalho (1980)	Neste estudo, o autor expõe sua preocupação quanto ao cumprimento do direito público e ao respeito à soberania do novo município no momento posterior à emancipação municipal.
Bremaeker (1991a e 1991b)	O autor, através de uma perspectiva evolucionista, sustenta que o Brasil encontra-se, atualmente, numa situação inédita, pois evolui em termos políticos, sociais, econômicos e demográficos e, diante dessa nova situação, a emancipação municipal se constitui numa resposta funcional ao que o autor chama de “evolução democrática”.
Mello (1992)	O autor chama a atenção para alguns fatores político-institucionais que motivaram a emancipação, e destaca como os principais: o sistema de transferências constitucionais, que favorecem os municípios e a orientação descentralizadora da CF 88; os interesses político-eleitorais e a intenção dos

(continua)

(conclusão)

	eleitores em diminuir os impostos municipais.
b) Trabalhos que têm como objetivo central a enumeração das motivações locais para as emancipações municipais	
Noronha (1993)	A partir de pesquisa realizada junto aos novos municípios fluminense, define as seguintes motivações: 1) administrativas; 2) econômicas por crescimento; 3) econômicas por estagnação e 4) políticas.
Bremaeker (1993b)	Através de questionários enviados a alguns dos novos municípios brasileiros, identifica as principais motivações para o desmembramento: 1) descaso da administração do município de origem; 2) existência de forte atividade econômica local; 3) grande extensão territorial do município de origem.
c) Trabalhos que abordam as mudanças vivenciadas pelos municípios originados após o desmembramento municipal	
Noronha; Cardoso, (1995)	Avalia as mudanças ocorridas em dois municípios de origem da região metropolitana do Rio de Janeiro. Metodologicamente, a pesquisa se baseia em entrevistas com representantes das administrações municipais e avaliação qualitativa da atuação administrativa dos municípios de origem após a emancipação municipal.
d) Trabalhos composto por textos onde é discutido a EC nº. 15 de 1996	
e)	
Bremaeker (1996) Noronha (1996)	São contrários às mudanças implementadas pela EC 15/96, pois elas criam restrições ao processo emancipatório. O IBAM defende nesses textos os interesses dos pequenos municípios e a manutenção de critérios que facilitem a emancipação de um maior número possível de localidades.

Fonte: Adaptado de Siqueira (2003, p.24-37).

Praticamente, todos os trabalhos citados no Quadro 5 e no Quadro 6 analisam as emancipações municipais e subtemas relacionados, entre os quais os da autonomia municipal. No entanto, observa-se a inexistência de estudos empíricos considerando dados demográficos relacionados com o processo emancipatório.

O Quadro 6 apresenta os trabalhos que adotam uma perspectiva funcionalista; trabalhos que buscam explicar as emancipações municipais considerando as motivações dos atores locais; trabalhos que abordam as emancipações municipais associadas a atores políticos estaduais; trabalhos que visam explicar as emancipações municipais através de arranjos institucionais e, por último, trabalhos que se posicionam contrários à emancipação municipal.

QUADRO 6: Trabalhos sobre o processo emancipatório brasileiro sob diferentes abordagens

Trabalhos que adotam uma perspectiva funcionalista, abordando o fenômeno de forma sistêmica e que não dão espaço para as motivações dos atores nas análises:	
Zila Mesquita (1992)	Sobre emancipações ocorridas no RS, segundo o qual as principais causas das emancipações referem-se ao processo de modernização.
Trabalhos que buscam explicar as emancipações municipais considerando as motivações dos atores locais	

(continua)

(conclusão)

Shikida (1998)	Sobre emancipações ocorridas em MG, a autora aponta como causas para o fenômeno: 1) o descontentamento das populações dos distritos com as políticas locais e, 2) a distância da sede dos municípios.
Klering (1998)	Sobre emancipações ocorridas no RS, o autor considera como principal motivação apenas o descontentamento dos distritos com relação às suas sedes; tal consideração é feita a partir de uma avaliação subjetiva daquilo que o próprio autor entende serem os reais interesses dessas localidades.
Trabalhos que abordam as emancipações municipais associadas a atores políticos estaduais	
Abrucio (1998a e 1998b)	O autor relaciona a criação de municípios diretamente à lógica de atuação do Executivo estadual, configurando-se num instrumento a partir do qual o governador poderia ampliar a sua base de apoio.
Trabalhos que visam explicar a emancipação municipal através da análise do arranjo institucional que condicionou o processo emancipatório.	
Tomio (2002)	Onde a principal hipótese explicativa defendida é de que o processo emancipatório é resultante do arranjo institucional, que moldou um contexto favorável à criação dos municípios. A partir de uma análise comparativa da legislação que regulamentou a criação de municípios, no período recente, em cinco Estados brasileiros (RS, SC, SP, BA e PE), o autor discute o papel dos mecanismos institucionais que orientaram as estratégias dos atores e determinaram os resultados políticos.
Trabalhos que se posicionam explicitamente contrários à emancipação municipal	
Gomes e Macdowell (2000)	A tese central defendida pelos autores é a de que dois aspectos da descentralização política – a intensa criação de municípios e o aumento das receitas municipais – estão trazendo prejuízo para a economia do país.

Fonte: Adaptado de Siqueira (2003, p.24-37).

O Quadro 7 apresenta estudos nacionais sobre desempenho socioeconômico de municípios emancipados no período entre 2006 e 2010.

QUADRO 7: Desempenho socioeconômico de municípios emancipados no Brasil no período 2006-2010

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo	Resultado
REIS; FIGUEIRAS; OLIVEIRA (2010)	Análise comparativa dos indicadores socioeconômicos dos municípios mineiros emancipados após a constituição de 1988 e de seus municípios de origem	Analisar comparativamente os indicadores socioeconômicos dos 131 municípios mineiros emancipados e de seus respectivos 90 municípios de origem, no ano de 2007.	Embora o desempenho dos novos municípios não seja superior aos municípios de origem em algumas variáveis analisadas, não se pode afirmar que as condições de vida da população dos municípios recém criados não tenham melhorado.
GONÇALVES (2010)	Emancipações municipais e aplicação dos recursos públicos: um estudo de caso no setor educacional em Cidelândia e São Pedro da Água	Busca analisar as consequências na educação com as aplicações de recursos públicos após suas emancipações	Como resultado, os autores constataram que ocorreu significativa aplicação de recursos nas categorias selecionadas, o que permite melhoria da educação.
COSTA; MARTINS; OLIVEIRA; BRUNOZI JR (2009)	Análise dos municípios mineiros emancipados após a constituição de 1988: um estudo considerando aspectos sociais, de gestão e de finanças públicas	Analisar se a criação de municípios após a CF 1988 ocorrida no Estado de Minas Gerais se justifica a luz de indicadores sociais, de gestão e de finanças públicas.	Os resultados apontaram que a maioria dos novos municípios apresenta índices menores do que seus respectivos municípios de origem.
GUIMARÃES, Silvio Campos (2008)	Avaliação de desempenho da gestão pública municipal.	A pesquisa teve como objetivo principal identificar um modelo de avaliação de desempenho da gestão pública municipal que permitisse a comparação com os demais Municípios brasileiros, independente do porte, condição sócio-econômica ou localização geográfica.	Dos 15 indicadores que este trabalho procurou construir, foram selecionados 10. Os outros 5 restantes foram desconsiderados por terem municípios com dados válidos em quantidade inferior a metade dos 5.565 municípios avaliados. O modelo contribui positivamente para avaliar a gestão dos recursos municipais. Sua apuração periódica auxilia tanto a população usuária dos serviços municipais quanto os gestores, que poderiam notar o resultado dos seus esforços, pois se referenciariam num instrumento de avaliação fundamentado em dados consistentes e não tendenciosos.
JESUS, Elmo Manuel (2008)	Emancipação municipal: uma estratégia para o desenvolvimento local? O caso de Varzedo/BA.	A pesquisa analisou a realidade socioeconômica e política antes e depois da emancipação de Varzedo, bem como a atuação do governo municipal em relação à criação de estratégias que visam o desenvolvimento local. O foco da análise foi direcionado para a participação da sociedade civil, através dos conselhos municipais e das associações comunitárias e de outros espaços de participação, no processo de discussão, elaboração e execução de medidas que promovam melhorias no local.	Com este estudo é possível afirmar que no município de Varzedo a ideia da ação em prol do desenvolvimento local surgiu a partir de uma articulação entre diversos atores durante as lutas e mobilizações em torno da emancipação político-administrativa, após a emancipação se verificam poucas ações voltadas para o desenvolvimento do município, restritas apenas a organização da sociedade civil através das associações comunitárias e iniciativas pontuais pouco significativas por parte do poder público e local da iniciativa privada.
LUBAMBO, Cátia W. (2006)	Desempenho da gestão pública: que variáveis compõem a aprovação popular em pequenos municípios?	A pesquisa se propôs a identificar, a partir da análise de indicadores de várias naturezas, grupos específicos de municípios que se caracterizam por padrões diferenciados de gestão pública. Foram observados 75 municípios do Nordeste brasileiro, localizados em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, durante a gestão municipal de 1993 a 1996.	O desempenho da gestão municipal, indicado pelo grau de aprovação popular, está associado prioritariamente aos fatores vinculados à natureza da ação política empreendida na gestão, condicionados obviamente por algumas características de viabilidade fiscal no município. As evidências do estudo demonstraram que os cidadãos têm uma ideia comum sobre o que é qualidade e o que é defeito da gestão e revelaram essa ideia ao associar bons níveis de desempenho com evoluções positivas de atendimento ou ações públicas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os estudos apresentados no Quadro 7 demonstram o interesse da observação do desempenho da gestão socioeconômica de municípios brasileiros emancipados. Os trabalhos citados apresentam, em sua maioria, resultados de desempenho dos novos municípios inferiores aos resultados dos municípios de origem, em algumas variáveis, no entanto, não se pode afirmar que as condições dos municípios recém-criados não tenham melhorado.

2.4.2 Estudos Internacionais

O Quadro 8 apresenta estudos internacionais sobre o desempenho da gestão do setor público no período entre 2004 e 2010. Os estudos realizados anteriores ao ano de 2000 foram ilustrados em seções anteriores.

QUADRO 8: Estudos internacionais sobre desempenho da gestão pública entre 2005 e 2010

Autor(es)/Ano	Título	Objetivos	Resultado
FRYER, Karen; ANTONY, Jiju; OGDEN, Susan (2009)	<i>Performance management in the public sector</i>	O objetivo do trabalho é avaliar o estado de gestão do desempenho no setor público no Reino Unido e sugerir novas áreas de investigação. Trata-se de um artigo teórico baseado em uma revisão da literatura.	As melhorias esperadas no desempenho, como: responsabilidade, transparência, qualidade no serviço, ainda não se materializaram no setor público. Existem três classes de problemas com a gestão de desempenho no setor público: técnicas, sistemas e envolvimento. Reestruturações e reorganizações impostas externamente restringem o sucesso da implementação e gerenciamento do desempenho.
RANTANEN, Hannu; KULMALA, Hari I; LONNQVIST, Antti; KUJANSIVU, Paula (2007)	<i>Performance measurement system in the finish public sector</i>	A pesquisa tem como objetivo identificar os problemas específicos enfrentados pelo setor público finlandês na concepção e implementação de sistemas de medição de desempenho. A compreensão dos problemas é obtida através da análise de três casos na prática. Também foi realizado uma revisão da literatura prévia sobre os sistemas de medição de desempenho no setor público e privado.	O processo de concepção e implementação do setor público finlandês diferem significativamente da forma como eles são realizados em empresas industriais do setor privado. As quatro razões subjacentes para problemas em organizações do setor público são as seguintes: há muitos "stakeholders" com necessidades conflitantes; os produtos finais e os objetivos são indefinidos, há uma falta de propriedade e falta capacidade de gestão.
WALL, A.A. GERRISTSEN-MEDEMA, G. (2006)	<i>Performance management analysis: a case study at a Dutch municipalitu</i>	Descobrir a aplicação da "análise de gestão de desempenho" em um município holandês (Lelystad).	Os resultados das análises do município apresentam uma visão clara das áreas que necessitam atenção, o que atraiu o início de vários projetos de melhoria de desempenho de gestão. O método possuiu algumas limitações, uma delas foi quanto ao número de funcionários respondentes.
POLLANEN, Raili M. (2005)	<i>Performance measurement in municipalities: empirical evidence in Canadian context</i>	Essa pesquisa examina a utilização real e desejada de medidas de desempenho para gestão, bem como os obstáculos percebidos à sua utilização eficaz. Participaram desta pesquisa um total de 334 administradores seniores em municípios do Canadá.	As medidas de eficiência têm sido utilizadas para diversos fins. No entanto, um maior uso foi percebido para medidas de eficácia. Embora o estudo também tenha identificado impedimentos para o desenvolvimento e uso significativo das medidas de desempenho, a avaliação de desempenho parece ter sido aceita como uma ferramenta útil e potencialmente significativo para seu uso no futuro. Os resultados podem fornecer orientação aos administradores públicos e profissionais para o planejamento e tomada de decisão.
RADNOR, Zoe; MCGUIRE, Mary (2004)	<i>Performance management in the public sector: fact or fiction?</i>	Esta pesquisa visa responder se a gestão de desempenho no setor público no Reino Unido atualmente é fato ou ficção? Em outras palavras, o estudo terá como objetivo desenvolver e responder, até certo ponto, se é realmente possível aumentar a produtividade e o desempenho dentro das organizações públicas através de sistemas de gestão de desenvolvimento de desempenho com base na experiência do setor privado.	Considerando a análise dos dois estudos de caso o estudo sugere que atualmente a gestão de desempenho no setor público está mais perto de ficção do que fato. É somente através da análise de dados de desempenho que as medidas podem se tornar uma ferramenta para a melhoria contínua de serviços. O estudo argumenta, que para alcançar isso, é preciso haver compreensão da relação entre a estratégia, as pessoas, de organização (forma/design) e sistemas de desempenho, a fim de ser alcançado a gestão de desempenho dentro do setor público.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fryer, Antony e Ogden (2009).

O Quadro 8 corresponde a pesquisas internacionais mais recentes sobre desempenho da gestão no setor público. Observa-se que os estudos citados no referido quadro são trabalhos que abordam medidas e avaliação de desempenho da gestão pública, o que demonstra um interesse com a qualidade do serviço prestado, a transparência das informações e a responsabilidade.

Outro ponto a ser observado nos estudos citados no Quadro 8 diz respeito à utilização das medidas e avaliações de desempenho no setor público, quanto ao seu uso, percebido em medidas de eficácia, ou seja, de resultados. A avaliação de desempenho nos países em que foram realizados os estudos parece ter sido aceita como uma ferramenta bastante útil e com potencial significativo para seu uso no futuro.

Comparando com a realidade brasileira, assemelha-se o potencial significativo de utilização de medidas e avaliação de desempenho no setor público, uma vez que seu uso pode oferecer informações para o planejamento e para a tomada de decisões.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

Segundo Richardson (1999, p.22), “método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo, distinguindo-se de metodologia, que são regras estabelecidas para o método científico”.

O método adotado neste estudo é o indutivo, definido por Marconi e Lakatos (2008) como aquele que busca conhecer as particularidades de uma população para, posteriormente, definir como esta se comporta e, assim, poder traçar um perfil.

Nesse sentido, buscaram-se, junto aos municípios gaúchos emancipados e aos de origem, análise e avaliação de indicadores e variáveis que possibilitassem, posteriormente, conhecer o desempenho econômico desses municípios.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para que seja possível obter a resposta ao problema de pesquisa, utilizaram-se as abordagens qualitativa e quantitativa.

A abordagem quantitativa busca traduzir em números opiniões e informações para que se possa classificá-las e analisá-las. Em outros termos, ela requer o uso de recursos e técnicas estatísticas como porcentagem, coeficiente de correlação e análise fatorial temporal (MARCONI; LAKATOS, 2008), utilizadas neste estudo. Já a abordagem qualitativa visa descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (MAANEN, 1979). Roesch (2006) acrescenta que delineamentos qualitativos e quantitativos são formas complementares e não formas antagônicas de avaliação.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é descritiva. Conforme Gil (2007), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

O procedimento técnico para a coleta de dados utilizado neste trabalho é caracterizado como pesquisa documental. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza, fundamentalmente, das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Assim, utilizaram-se neste trabalho os balanços e balancetes municipais disponibilizados pela STN; bem como relatórios disponibilizados pela FEE/RS, e relatórios disponibilizados pelo TCE/RS.

3.3 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ANÁLISE

A população pesquisada foi delimitada em função do último movimento emancipatório ocorrido no estado do Rio Grande do Sul. A área de estudo, inicialmente, era constituída por 82 municípios, compreendendo os 30 municípios emancipados em 1996 (instalados em 2001), e os 52 respectivos municípios de origem.

Quando iniciada a coleta de dados, constatou-se que alguns municípios não possuíam, no ano delimitado para o estudo, informações disponibilizadas em nenhum dos sítios utilizados para a coleta de dados. O Quadro 9 apresenta os referidos municípios.

QUADRO 9: Municípios que não disponibilizam informações nos sítios

1999	2000	2009	2010
Pelotas	Fortaleza dos Valos	Pinto Bandeira**	Pinto Bandeira**
Lagoa Vermelha	Herval		Almirante Tamandare do Sul**
Terra de Areia	São Gabriel		
São Gabriel			
Cruz Alta			
Espumoso			
Herval			
Erechim			
Barão de Cotegipe			

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota: **Município emancipado.

Em virtude da falta de informações de alguns municípios, em determinados períodos, optou-se por excluir o ano de 1999 da amostra, pois era o ano em que havia uma maior quantidade de municípios sem informações nos portais eletrônicos. Com relação aos demais, optou-se por excluírem-se os municípios que não dispunham de informações no período do estudo.

Após as exclusões, a amostra resultante conta com 41 municípios de origem, sendo que quatro municípios repetem-se, ou seja, são mães por duas vezes cada, sendo eles: Ijuí, Lajeado, Erechim e Jacutinga; e 25 municípios emancipados, totalizando 66 municípios.

A justificativa para restringir a amostra aos municípios do estado do Rio Grande do Sul se dá pelo valor expressivo de emancipações realizadas no estado após a Constituição Federal de 1988.

O desempenho dos municípios de origem foi analisado no período de um ano antes da data de emancipação e os últimos dois anos pós-emancipação, ou seja, na pré-emancipação, o período corresponde a 2000 e, na pós-emancipação, o período corresponde entre 2009-2010; dessa forma, avalia-se uma gestão pública completa antes e depois da emancipação municipal. A escolha por essas datas ocorre em virtude da acessibilidade dos dados nos sítios das instituições utilizadas para coleta de dados, bem como a de utilização de dados bastante atuais. O Quadro 10 apresenta os municípios que compõem a amostra utilizada no estudo.

QUADRO 10: Municípios emancipados e seus respectivos municípios de origem

Município Emancipado	Lei de Criação	Municípios de origem
Aceguá	10.766	Bagé
Arroio do Padre	10.738	Pelotas
Boa Vista do Cadeado	10.739	Cruz Alta, Ijuí e Augusto Pestana
Bozano	10.741	Ijuí
Canudos do Vale	10.755	Lajeado e Progresso
Capão Bonito do Sul	10.742	Lagoa Vermelha
Capão do Cipó	10.743	Santiago, São Miguel das Missões e Tupanciretã
Coqueiro Baixo	10.765	Nova Bréscia e Relvado
Coronel Pilar	10.744	Garibaldi e Roca Sales
Cruzaltense	10.745	Campinas do Sul
Forquetinha	10.756	Lajeado
Itati	10.746	Terra de Areia
Jacuizinho	10.757	Salto do Jacuí e Espumoso
Lagoa Bonita do Sul	10.758	Sobradinho
Mato Queimado	10.747	Caibaté
Novo Xingu	10.759	Constantina
Paulo Bento	10.762	Erechim, Jacutinga, Ponte Preta e Barão de Cotegipe
Pinhal da Serra	10.748	Esmeralda
Quatro Irmãos	10.761	Erechim e Jacutinga
Rolador	10.750	São Luiz Gonzaga
Santa Cecília do Sul	10.763	Tapejara, Água Santa, Caseiros e Ibiaçá
São José do Sul	10.752	Salvador do Sul, Montenegro e Maratá
São Pedro das Missões	10.753	Palmeira das Missões
Tio Hugo	10.764	Victor Graeff, Ernestina e Ibirapuitã
Westfalia	10.754	Teutônia e Imigrante

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2011).

O Quadro 10 apresenta os últimos municípios emancipados no Estado do RS e seus respectivos municípios de origem. Todos os municípios apresentados no quadro foram criados em 16.04.1996, e instalados em 2001.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa caracteriza-se por ser documental, uma vez que os dados necessários para realizar o estudo foram obtidos nos documentos Finanças do Brasil (FINBRA), divulgados pela STN, nos documentos divulgados pela FEE/RS e nos documentos divulgados pelo IBGE.

Para atender aos objetivos propostos neste estudo, foram selecionadas algumas variáveis capazes de representar as condições econômicas e o nível de desenvolvimento dos municípios emancipados e seus respectivos municípios de origem, instalados no RS em 2001. As variáveis selecionadas constam no Quadro 11.

QUADRO 11: Variáveis que compõem o modelo de análise

Grupo de Indicadores	Indicadores	Fonte
Indicadores Financeiros	1. População	IBGE
	2. Receita Própria <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	3. Receita de Transferência <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	4. Receita Total <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	5. Gastos com Educação <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	6. Gastos com Cultura <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	7. Gastos com Saúde <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	8. Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	9. Gastos com Habitação <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	10. Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	11. Gastos com Função Legislativa <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	12. Despesas Total <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
Indicadores Socioeconômicos	13. Receita Tributária <i>per capita</i>	STN/ FINBRA
	14. Receita Própria <i>versus</i> Receita Corrente	STN/ FINBRA
	15. Dívida Ativa <i>versus</i> Receita Corrente	STN/ FINBRA
	16. Eficiência Orçamentária (Endividamento)	STN/ FINBRA
	17. Solvência Geral do Município	STN/ FINBRA
	18. PIB <i>per capita</i>	FEE
	19. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico	FEE

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Guimarães (2008).

A escolha das variáveis ocorreu em virtude da finalidade proposta por este estudo. Como o estudo tem por objetivo analisar o desempenho socioeconômico da gestão de municípios gaúchos emancipados e dos seus respectivos municípios de origem foi preciso a utilização de variáveis capazes de atender a esse objetivo.

Nesse sentido, utilizaram-se variáveis propostas no modelo desenvolvido por Guimarães (2008), que pode ser aplicado por qualquer município, independentemente do porte da sua população, localização ou área geográfica, com adaptações pertinentes ao estudo.

Das variáveis apresentadas no Quadro 11, podem ser divididas em dois grupos: 1) indicadores financeiros, que compreendem as informações relativas à receita — segmentada em receita própria e de transferências —, onde é possível analisar o desempenho da arrecadação dos recursos, o quanto o município depende de transferências da União e do Estado; despesas que se referem a gastos com saúde, educação, saneamento, cultura, habitação, urbanismo e com a função legislativa; 2) indicadores econômicos, que permitem analisar o progresso da receita própria em relação à receita total; analisar a eficiência orçamentária do município, considerando o melhor orçamento àquele em que receitas e despesas estão equilibradas; analisar o endividamento do município; analisar o desempenho da arrecadação dos recursos; e analisar o nível de desenvolvimento dos municípios, através do IDESE, PIB *per capita*.

Segundo Guimarães (2008), o Brasil possui um Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, gerido pelo IBGE, que é constituído de uma rede integrada por todo o território nacional, com delegacias estaduais e agências municipais. Esse sistema cumpre seu papel de agente produtor de dados primários, compilador de informações provenientes de Ministérios. As agências estaduais de estatística também compilam uma ampla variedade de dados administrativos produzidos pelas secretarias dos estados e, em alguns casos, também produzem dados amostrais. Assim, o IBGE, as Agências Estaduais de Estatística e Ministérios/Secretarias integram o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas no Brasil.

Dessa forma, os indicadores e variáveis selecionados neste estudo foram coletados junto à base de dados da STN/FINBRA (Finanças Brasileiras), que possui a execução orçamentária e o balanço patrimonial dos municípios brasileiros e é disponibilizada pela STN em seu portal eletrônico; junto à FEE-RS e IBGE. Os dados coletados encontram-se no Apêndice B.

Os dados e os indicadores analisados estão descritos a seguir, acrescentando-se breves considerações sobre suas relevâncias.

População: Informação relevante na medida em que o porte do município pode ser indicado pelo tamanho da população.

Receita Própria: Expressa a ação arrecadadora da gestão municipal e a capacidade contributiva da população. Os recursos de fontes próprias são compostos por: 1) Tributos — IPTU, ISS, IVVC, ITBI; 2) Preços — preços públicos, tarifa, pedágio, preços semiprivados; 3) Receita Patrimonial; e 4) Dívida Ativa Tributária.

Receita de Transferência: Expressa o quanto o município recebe das transferências do Estado e/ou da União. São os chamados impostos partilhados: 1) IR; 2) ITR; 3) IPVA; 4) ICMS; 5) IPI; 6) FPM; e 7) FPE.

Receita Total: Expressa o quanto o município arrecadou no total de receitas próprias e de transferências, que são classificadas receitas correntes e receitas de capital.

Gastos com Educação, Cultura, Saúde, Saneamento e Habitação: Expressa o quanto o município desembolsou com as principais atividades-fim no período de consulta. A escolha por esses gastos está no fato de eles estarem relacionados com a qualidade de vida da população e, por esse motivo, será analisado o quanto cada administração desembolsou para cada um deles.

Gastos com a Função Legislativa: A criação de municípios, além dos gastos com a montagem da administração na esfera executiva, implica, também, gastos necessários à manutenção do Poder Legislativo, sendo, portanto, importante avaliar e dimensionar, especificamente, o volume e a relevância relativa desses gastos em relação ao total das despesas ou receitas.

Despesa Total: Expressa o quanto o município gastou em despesas correntes e despesas de capital.

Receita Própria versus Receita Total: Este indicador mede o montante da receita própria em relação à receita total. Verifica o quanto o gestor municipal se preocupa em criar receita própria e se tornar menos dependente das diversas transferências de receitas da União e dos Estados. Quanto mais independente for o município dos demais níveis de governo, mais ágil ele será na implantação de suas políticas públicas. É, portanto, uma medida de autonomia.

Comparou-se, inicialmente, a receita própria com a receita total do ano de 2000 e, depois, o mesmo foi feito com os dados de 2009 e 2010. O índice foi gerado para todos os 66 municípios, com dados válidos a partir da seguinte fórmula:

$$\mathbf{IRP_t = RP_t / RT_t}$$

Onde:

t= 2000, 2009 e 2010

IRP = índice da Receita Própria t

RP = Receita Própria do ano t

RT = Receita total do ano t

Após a geração deste índice, para cada período da amostra foram selecionados os três municípios emancipados com os índices mais altos e os três municípios emancipados com os índices mais baixos, bem como os respectivos municípios de origem.

Dívida Ativa versus Receita Corrente: Este indicador mostra o cuidado que a gestão municipal teve com as dívidas fiscais pendentes. O esforço em cobrar tal dívida produz resultados positivos para os cofres municipais e reforça os conceitos de justiça fiscal. A escolha da receita corrente para comparação se deve ao fato de esta ter comportamento mais uniforme ao longo tempo.

O índice foi gerado para todos os 66 municípios, com dados válidos a partir da seguinte fórmula:

$$\mathbf{IDA_t = DA_t / RC_t}$$

Onde:

t= 2000, 2009 e 2010

IDA = Índice da Dívida Ativa t

DA = Dívida Ativa do ano t

RC = Receita Corrente do ano t

Após a geração deste índice, para cada período da amostra foram selecionados os três municípios emancipados com os índices mais altos e os três municípios emancipados com os índices mais baixos, bem como os respectivos municípios mães.

Eficiência Orçamentária do Município: Este indicador mostra a capacidade dos gestores do Município em aplicar a receita total arrecadada no pagamento das despesas totais. Considera-se que não é objetivo do ente público obter superávits significativos e com isto economizar

recursos que poderiam gerar benefícios à população, muito menos gerar déficit, que demonstra indisciplina financeira. Em outras palavras, o melhor orçamento é aquele em que receitas e despesas estão equilibradas. Então, para efeito de construção deste indicador, quanto mais distante de zero for o resultado orçamentário, pior é o desempenho do Município, não importando se foi déficit ou superávit. A eficiência orçamentária foi calculada com base na seguinte fórmula:

$$\mathbf{IEO}_t = [(RT_t - DT_t) / RT_t]$$

Onde:

t= 2000, 2009 e 2010

IEO= Índice de Eficiência Orçamentária t

RT = Receita Total do ano t

DT = Despesa Total do ano t

A Receita Total foi utilizada como denominador na fórmula para definir uma grandeza relativa e, assim, comparar os anos de 2000, 2009 e 2010. Para cada período de amostra, foram selecionados os três municípios emancipados com os índices mais altos e os três municípios emancipados com os índices mais baixos e seus respectivos municípios de origem.

Solvência Geral do Município: Este indicador mostra a capacidade financeira do município de pagar as dívidas de curto prazo. Mede o grau de endividamento. A piora persistente neste índice levará a prefeitura a atrasos no pagamento de seus credores, inclusive da folha de pagamento. A Solvência Geral foi calculada com base na seguinte fórmula:

$$\mathbf{ISG}_t = RC_t / (Pt - AF_t + DC_t)$$

Onde:

t= 2000, 2009 e 2010

ISG = Índice Solvência Geral t

RC = Receita Corrente do ano t

P = Passivo do ano t

AF = Ativo Financeiro do ano t

DC = Despesa Corrente do ano t

Foi apurado, inicialmente, o ISG do ano 2000 e, depois, foi feito o mesmo com os dados de 2009 e 2010.

Após a geração deste índice, para cada período da amostra foram selecionados os três municípios emancipados com os índices mais altos e os três municípios emancipados com os índices mais baixos, bem como os seus respectivos municípios de origem.

PIB per capita: É o produto interno bruto, a preço de mercado, dividido pela população. Foram coletados os valores para os 66 municípios da amostra, e foram selecionados, para cada período de análise, os três municípios emancipados com os índices mais altos e os três municípios emancipados com os índices mais baixos, bem como os seus respectivos municípios de origem. O PIB de todos os municípios do Estado do RS é divulgado pela FEE, em conjunto com o IBGE.

IDESE: É um índice de desenvolvimento socioeconômico, um índice sintético inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. O objetivo do IDESE é mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento dos municípios.

O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifiquem os municípios em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (iguais ou maiores que 0,800).

Assim como os demais índices, também com o IDESE, para cada período da amostra, foram selecionados os três municípios emancipados com os índices mais altos e os três municípios emancipados com os índices mais baixos, e seus respectivos municípios de origem.

3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados (Apêndice B), realizou-se o tratamento dos dados coletados. Inicialmente, os valores absolutos, referentes a receitas e despesas, foram transformados em valores per capita. Após, foram calculados os valores para cada índice, conforme as fórmulas apresentadas no item anterior, considerando:

I_{RPt} : Quanto > Melhor

$I_{DA t}$: Quanto > Melhor

$I_{EO t}$: Quanto mais próximo de zero melhor

$I_{SG t}$: Quanto > Melhor

Posteriormente, os municípios foram agrupados de acordo com o número de fracionamentos, município emancipado e seu(s) respectivo(s) município(s) de origem.

Finalmente, apurou-se a média das variáveis/indicadores dos municípios emancipados e a média dos municípios de origem, e realizado o teste t de diferença de média.

A análise dos dados foi feita em duas etapas: 1) individualmente, ou seja, cada município emancipado comparado em relação ao seu(s) respectivo(s) município(s) de origem; 2) no global, municípios emancipados *versus* municípios de origem.

Cabe destacar que, na análise individual, foram analisados o desempenho de arrecadação dos recursos, o perfil dos gastos e os indicadores financeiros e socioeconômicos dos municípios emancipados e seu(s) município(s) de origem. Na análise global, dos municípios emancipados *versus* os municípios de origem, foi feita a média dos grupos e a(s) diferença(s) dessas médias.

O PIB per capita teve seus valores inflacionados a valores constantes de 2009. O índice utilizado para inflacionar o PIB per capita foi o “deflator implícito do PIB”.

A Tabela com os valores deflacionados do PIB *per capita* encontra-se no Apêndice C.

3.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A pesquisa possui um valor limitante relacionado ao território e ao período de análise. Não é possível comparar os períodos pré e pós-emancipação juntos, isso porque o município emancipado em 2001, no período de 2000 ainda pertencia ao município de origem. A utilização dos dados do período de 2000 (pré-emancipação) serve apenas para comparar a evolução do município de origem, e não para comparação com o município emancipado. Por esse motivo, o teste t não foi realizado apenas no período pós-emancipação.

Outra limitação, a ser considerada, é quanto à disponibilidade dos dados que fundamentam a pesquisa. Caso a divulgação de um índice adotado na composição do modelo de avaliação de desempenho tenha sido interrompida, haverá a necessidade de readequar.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados foram analisados sob dois aspectos: 1) aspectos financeiros e orçamentários, e 2) aspectos socioeconômicos.

Adotaram-se, para as análises, as seguintes definições:

- 1- Municípios de Origem/Mãe – municípios que sofreram desmembramentos devido à perda de seus distritos com as emancipações;
- 2- Municípios Criados/Filho – antigos distritos que se tornaram municípios por meio das emancipações;

Os municípios foram agrupados em quatro grandes grupos: 1) municípios que se emanciparam de um município de origem; 2) municípios que se emanciparam de dois municípios de origem; 3) municípios que se emanciparam de três municípios de origem; e 4) municípios que se emanciparam de quatro municípios de origem. Os grupos subdividiram-se da seguinte forma:

- Municípios de Origem/Mãe: pré-emancipação, referentes ao ano 2000; pós-emancipação, referentes aos anos de 2009 e 2010.
- Municípios Criados/Filho: pós-emancipação, referentes aos anos de 2009 e 2010.

4.1 ANÁLISE DO DESEMPENHO DE ARRECADAÇÃO

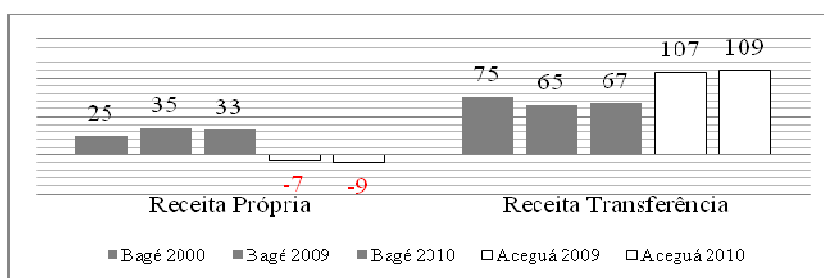
A análise do desempenho de arrecadação dos municípios de origem e dos municípios criados é feita de acordo com as variáveis/indicadores selecionadas em relação ao total da receita realizada no período.

a) Municípios Emancipados de Um Município de Origem

Neste grupo, conforme mencionado anteriormente, é analisado o desempenho de arrecadação dos municípios que se emanciparam de um município de origem. Encontram-se nesse grupo 14 municípios emancipados e 14 municípios de origem.

O Gráfico 1 apresenta a evolução da arrecadação da receita nos municípios de Bagé (origem) e Aceguá (criado).

GRÁFICO 1: Desempenho de Arrecadação: Bagé x Aceguá

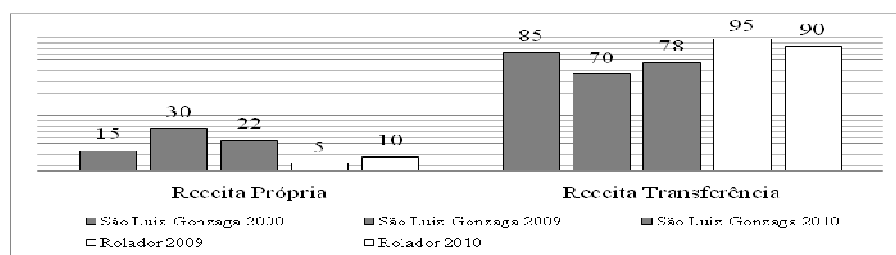


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 1, do total de arrecadação do município de Bagé (origem), no período de 2000, 25% eram reflexo de suas arrecadações próprias, e 75% oriundos de receitas transferidas da União e do Estado. Em 2009, o município de Bagé aumentou o seu percentual de receita própria, arrecadou 35% em relação ao seu total e, conseqüentemente, diminuiu seu percentual de receita transferida; em 2010, o município de Bagé arrecadou de receita própria 33% em relação ao total arrecadado; já o município de Aceguá (criado) teve sua receita própria negativa¹ no período de 2009 e 2010 e isso ocorreu em virtude de deduções da receita, o que significa dizer que o município depende totalmente das receitas de transferências.

O Gráfico 2 apresenta a evolução de arrecadação da receita nos municípios de São Luiz Gonzaga (origem) e Rolador (criado).

GRÁFICO 2: Desempenho de Arrecadação: São Luiz Gonzaga x Rolador



Fonte: Dados da Pesquisa.

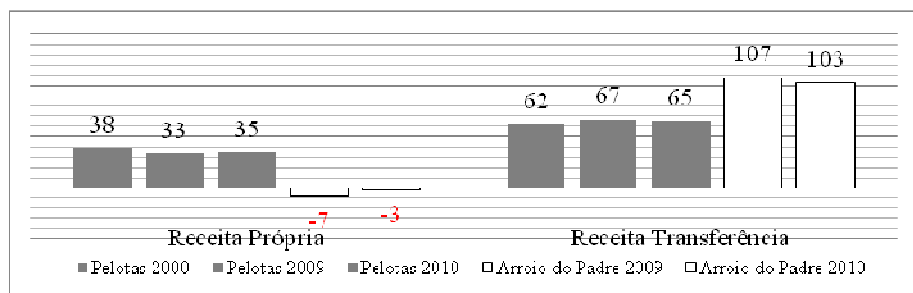
De acordo com o Gráfico 2, do total de arrecadação do Município de São Luiz Gonzaga (origem), no período de 2000, 15% eram reflexo de sua arrecadação própria, e 85% transferidos da União e do Estado; em 2009, seu percentual de arrecadação própria dobrou em relação a 2000, o município continuava com um alto grau de dependência das transferências, seu percentual de 70%, em 2000, foi para 78%, em 2010, em comparação ao município de

¹ A receita própria negativa ocorre em virtude das deduções da receita. Quando essas deduções são muito elevadas, ultrapassando o valor da receita própria, esta resulta num valor total negativo de receita própria.

Rolador (criado); este, em 2009, da sua arrecadação total, 5% eram reflexo das receitas próprias, em 2010, esse percentual dobrou, no entanto, ainda se observa uma forte dependência das transferências da União e do Estado.

O Gráfico 3 apresenta a evolução de arrecadação da receita nos municípios de Pelotas (origem) e Arroio do Padre (criado).

GRÁFICO 3: Desempenho de Arrecadação: Pelotas x Arroio do Padre

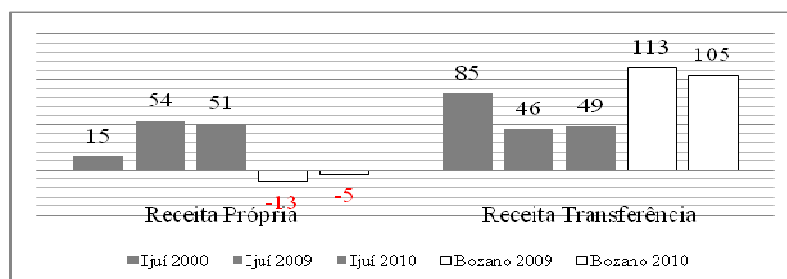


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 3, o município de Pelotas (origem), no período de 2000, do total de sua arrecadação, 38% eram de sua arrecadação própria; em 2009, esse percentual diminuiu para 33% e, em 2010, ficou em 35%, ou seja, o município possui uma forte dependência dos recursos transferidos do Estado e da União. O município de Arroio do Padre (criado) apresentou, no período de 2009 e 2010, percentuais negativos de receita própria; isso se deve ao fato de ter um alto valor de deduções, o que significa que o município depende, na sua integralidade, das arrecadações oriundas das transferências da União e do Estado.

O Gráfico 4 apresenta o desempenho de arrecadação do município de Ijuí (origem) e do município de Bozano (criado).

GRÁFICO 4: Desempenho de Arrecadação: Ijuí x Bozano



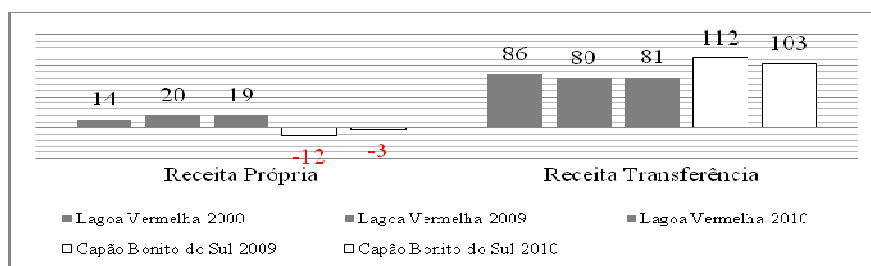
Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 4, o município de Ijuí (origem), no período de 2000, do total de sua arrecadação, 15% foram de receita própria; em 2009, esse percentual aumentou

significativamente, passando para 54%, ou seja, menos da metade da arrecadação do município de Ijuí foi de transferências. O município de Bozano (criado), nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa, o que significa que o município de Bozano depende integralmente das receitas de transferências do Estado e da União.

O Gráfico 5 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Lagoa Vermelha (origem) e Capão Bonito do Sul (criado).

GRÁFICO 5: Desempenho de Arrecadação: Lagoa Vermelha x Capão Bonito do Sul

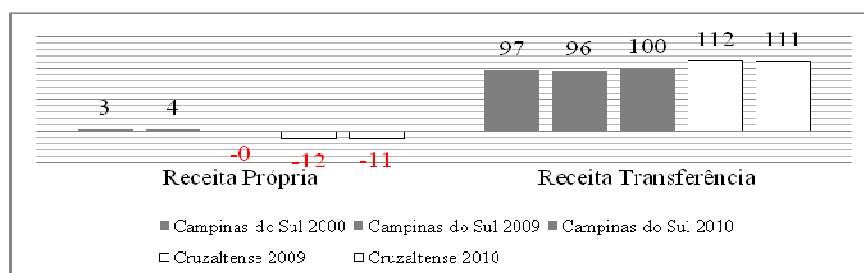


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 5, o município de Lagoa Vermelha (origem), no período de 2000, do total de sua arrecadação, 14% foram de receita própria, o que significa que nesse período o município dependia fortemente dos recursos transferidos; em 2009 e 2010, esse percentual aumentou um pouco em relação ao período de 2000 — em 2009, ficou em 20%, e, em 2010, em 19%; o que significa que o município ainda depende dos recursos transferidos do Estado e da União. O município de Capão Bonito do Sul (criado), no período correspondente a 2009 e 2010, teve sua receita própria negativa, ou seja, o município dependia dos recursos transferidos em sua totalidade.

O Gráfico 6 apresenta o desempenho dos municípios de Campinas do Sul (origem) e Cruzaltense (criado).

GRÁFICO 6: Desempenho de Arrecadação: Campinas do Sul x Cruzaltense

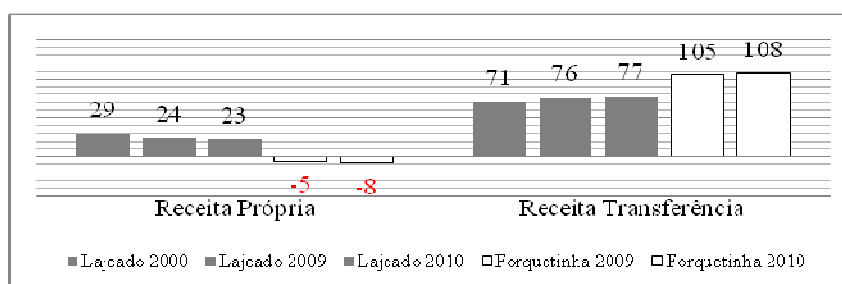


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 6, o município de Campinas do Sul (origem), no período de 2000, do total de arrecadação, apenas 3% eram oriundos de receita própria, o que significa que o município nesse período dependia quase que totalmente das receitas de transferências do Estado e da União; em 2009, esse percentual foi de 4%, mas, em 2010, caiu novamente, para menos de 1%, ou seja, atualmente, o município depende totalmente das receitas de transferências. O município de Cruzaltense (criado), nos períodos de 2009 e 2010, obteve receitas próprias negativas; esse fato se dá em virtude das altas deduções. Pode-se afirmar que, atualmente, tanto o município de origem quanto o município criado dependem, em sua totalidade, de transferências do Estado e da União.

O Gráfico 7 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Lajeado (origem) e Forquethinha (criado).

GRÁFICO 7: Desempenho de Arrecadação: Lajeado x Forquethinha

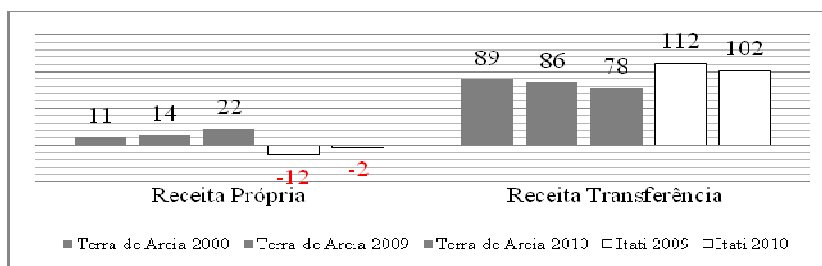


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 7, o município de Lajeado (origem), no período de 2000, do total de arrecadação, 29% eram de receita própria, o que significa que o município tinha um alto nível de dependência das receitas de transferências; no período de 2009 e 2010, esse percentual não se manteve muito diferente, ficou em 24% e 23%, respectivamente. O município de Forquethinha (criado), no período de 2009 e 2010, teve receita própria negativa, ou seja, totalmente dependente das receitas de transferências.

Gráfico 8 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios Terra de Areia (origem) e Itati (criado).

GRÁFICO 8: Desempenho de Arrecadação: Terra de Areia x Itati

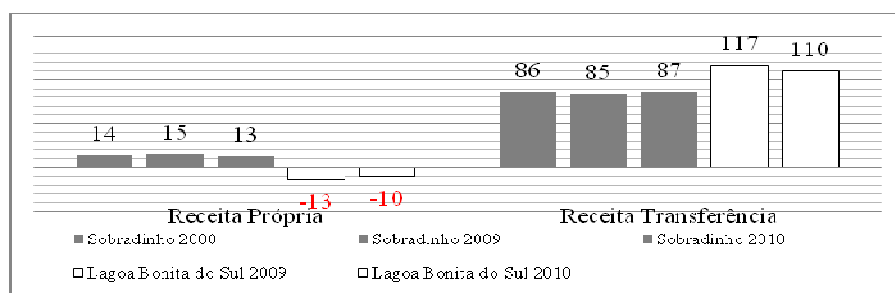


Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Terra de Areia (origem), no período de 2000, do total de sua arrecadação, 11% eram de recursos próprios; do restante arrecadado, 89% eram oriundos de transferências; no período de 2009, o percentual de receita própria arrecadado aumentou 3% em relação ao ano de 2000 e, em 2010, esse percentual aumentou 8%, mais do que o dobro aumentado nos último nove anos; no entanto, o município de Terra de Areia ainda possui uma forte dependência das transferências da União e do Estado. O município de Itati (criado), nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa, o que significa que o município depende totalmente das receitas de transferências.

O Gráfico 9 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Sobradinho (origem) e Lagoa Bonita do Sul (criado).

GRÁFICO 9: Desempenho de Arrecadação: Sobradinho x Lagoa Bonita do Sul

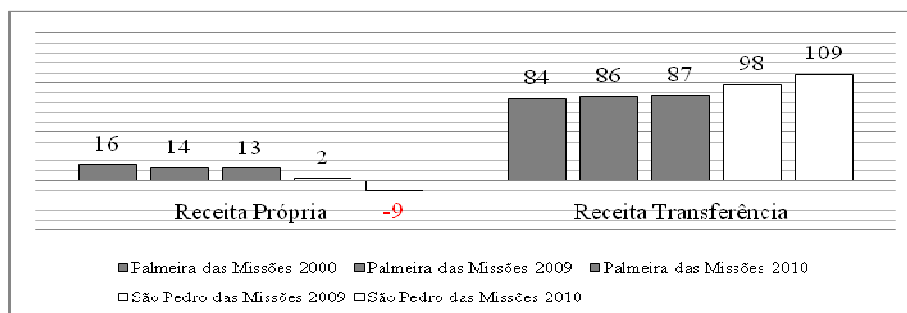


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 9, o município de Sobradinho, no período de 2000, arrecadou 14% de receita própria em relação ao total; nos períodos de 2009 e 2010, esse percentual se manteve muito próximo ao realizado em 2000 — ficou em 15%, em 2009, e 13%, em 2010 —, o que reflete uma alta dependência das transferências. O município de Lagoa Bonita do Sul (criado), nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa, diagnosticando dependência total dos recursos transferidos da União e do Estado.

O Gráfico 10 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios Palmeira das Missões (origem) e São Pedro das Missões (criado).

GRÁFICO 10: Desempenho de Arrecadação – Palmeira das Missões x São Pedro das Missões

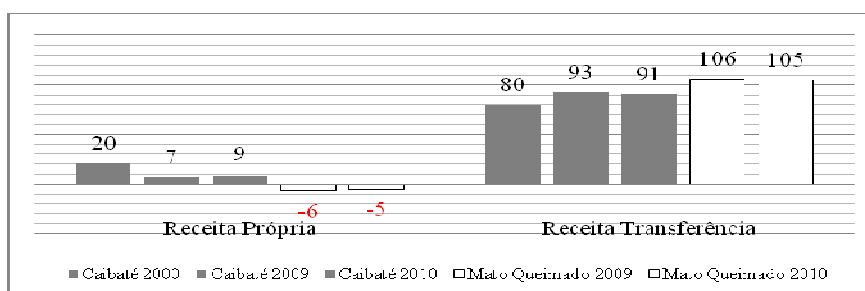


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 10, o município de Palmeira das Missões (origem), no período de 2000, do total de suas arrecadações, 16% eram de receita própria; esse percentual não se alterou muito em 2009 e em 2010, sendo de 14% e 13%, respectivamente, o que indica uma alta dependência das transferências dos recursos da União e do Estado. No município de São Pedro das Missões (criado), do total de receitas arrecadas no período de 2009, 2% eram reflexo de receitas próprias e, em 2010, esse percentual foi de 9% negativos, o que reflete uma forte dependência das receitas de transferências.

O Gráfico 11 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Caibaté (origem) e Mato Queimado (criado).

GRÁFICO 11: Desempenho de Arrecadação: Caibaté x Mato Queimado

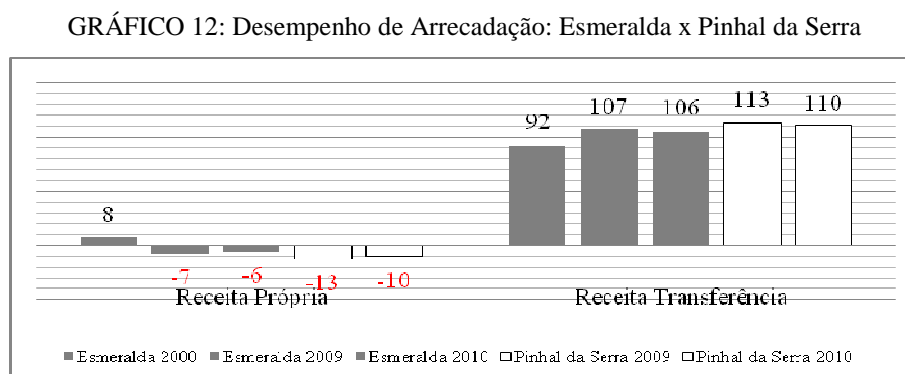


Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 11, o município de Caibaté (origem), no período de 2000, do total de suas arrecadações, 20% eram de receita própria e 80%, de receitas de transferências; no período de 2009 e 2010, o percentual de receita própria caiu para 7% e 9%, respectivamente, o que significa que, atualmente, o município depende mais de recursos

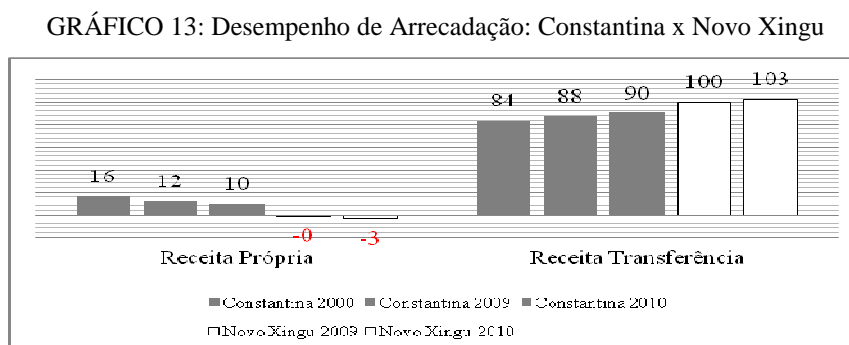
transferidos do que há nove anos. O município de Mato Queimado (criado), nos períodos de 2009 e 2010, obteve receita própria negativa — sua receita total dependia integralmente dos recursos transferidos da União e do Estado.

O Gráfico 12 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Esmeralda (origem) e Pinhal da Serra (criado).



De acordo com o Gráfico 12, o município de Esmeralda (origem), no período de 2000, de sua receita total arrecadada, 8% eram receita própria, o que indica um nível muito alto de dependência dos recursos transferidos; em 2009 e 2010, a receita própria do município de Esmeralda foi negativa: isso se deve às deduções e indica dependência total do município em relação às transferências de recursos. O município de Pinhal da Serra (criado), nos períodos de 2009 e 2010, também apresentou percentuais negativos de receita própria. Tanto o município de origem quanto o município emancipado dependem das receitas de transferências dos recursos da União e do Estado em sua totalidade.

O Gráfico 13 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Constantina (origem) e Novo Xingu (criado).



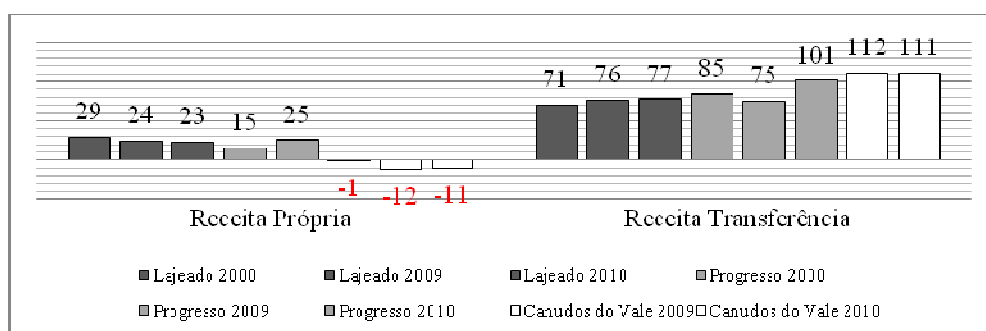
De acordo com o Gráfico 13, o município de Constantina (origem), no período de 2000, do total de sua receita arrecadada, 16% eram recursos próprios, o que demonstra uma forte dependência dos recursos transferidos; essa dependência também continuou nos períodos de 2009 e 2010, onde os percentuais de arrecadação total foram de 12% e 10%, respectivamente. O município de Novo Xingu (criado), nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa; o município dependia, nesses períodos, totalmente das receitas transferidas da União e do Estado.

b) Municípios Emancipados de Dois Municípios de Origem

Nesse grupo, é analisado o desempenho de arrecadação dos municípios que se emanciparam de dois municípios de origem. Encontram-se nesse grupo seis municípios emancipados e 12 municípios de origem.

O Gráfico 14 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Lajeado e Progresso (ambos de origem) e do município de Canudos do Vale (criado).

GRÁFICO 14: Desempenho de Arrecadação: Lajeado x Progresso x Canudos do Vale

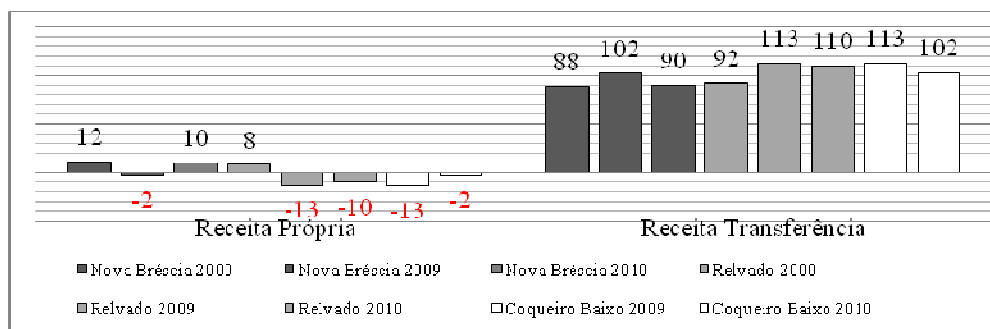


Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Lajeado (origem), no período de 2000, do total de sua receita arrecadada, 29% eram recursos próprios; esse índice, em 2009, reduziu para 24% e, em 2010, reduziu para 23%, o que significa que o município de Lajeado ainda depende das transferências dos recursos da União e do Estado. O município de Progresso (origem), no período de 2000, do total de sua receita arrecadada, 15% eram reflexo de sua receita própria; esse índice, em 2009, teve um aumento de 10% e, em 2010, o município de Progresso apresentou receita própria negativa; dessa forma, o município depende totalmente dos recursos de arrecadação transferidos. O município de Canudos do Vale (criado), no período de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa, ou seja, o município depende na sua integralidade de recursos transferidos da União e do Estado.

O Gráfico 15 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Nova Bréscia e Relvado (ambos de origem) e do município de Coqueiro Baixo (criado).

GRÁFICO 15: Desempenho de Arrecadação: Nova Bréscia x Relvado x Coqueiro Baixo

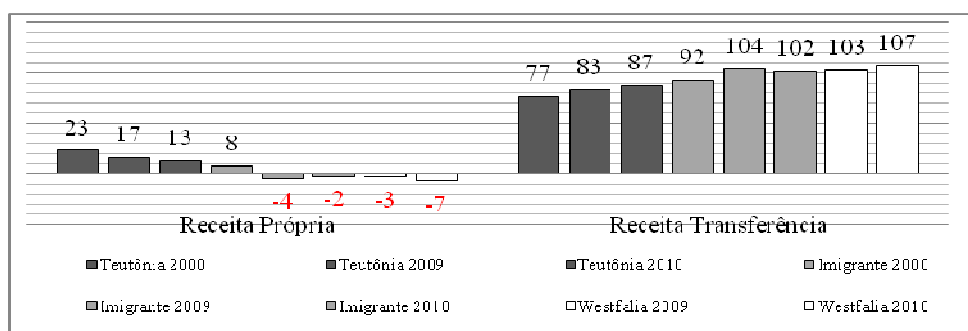


Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Nova Bréscia (origem), no período de 2000, do total de sua receita arrecadada, 12% eram de receita própria; no período de 2009, esse índice ficou negativo e, em 2010, esse índice ficou em 10%, o que significa que o município possui uma forte dependência dos recursos transferidos da União e do Estado. O município de Relvado (origem), no período de 2000, do total de suas receitas arrecadadas, 8% eram de receita própria, sendo que, nos períodos de 2009 e 2010, o município apresentou receita própria negativa.

O Gráfico 16 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Teutônia e Imigrante (ambos de origem) e do município de Westfália (criado).

GRÁFICO 16: Desempenho de Arrecadação: Teutônia x Imigrante x Westfália



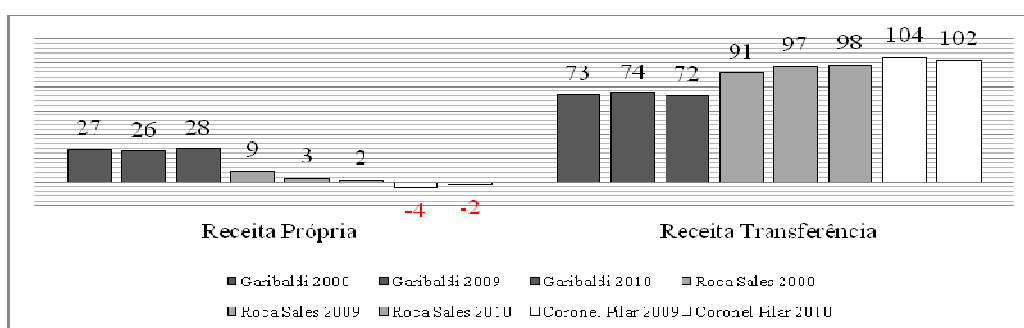
Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Teutônia (origem), no período de 2000, apresentou 23% de receita própria do total de sua receita arrecadada; esse percentual, em 2009, diminuiu para 17% e, em 2010, diminuiu para 13%, o que significa que, ao longo do tempo, o município dependia cada

vez mais das receitas de transferências. O que não foi muito diferente com o município de Imigrante que, no período de 2000, do total de sua arrecadação, 8% eram de receita própria e esse índice foi diminuindo, pois, em 2009 e 2010, o município chegou a apresentar receita própria negativa. O município de Westfália (criado), apresentou, nos períodos de 2009 e 2010, receita própria negativa. O que significa que esses três municípios possuem, atualmente, uma dependência total dos recursos transferidos da União e do Estado.

O Gráfico 17 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Garibaldi e Roca Sales (ambos de origem) e do município de Coronel Pilar (criado).

GRÁFICO 17: Desempenho de Arrecadação: Garibaldi x Roca Sales x Coronel Pilar

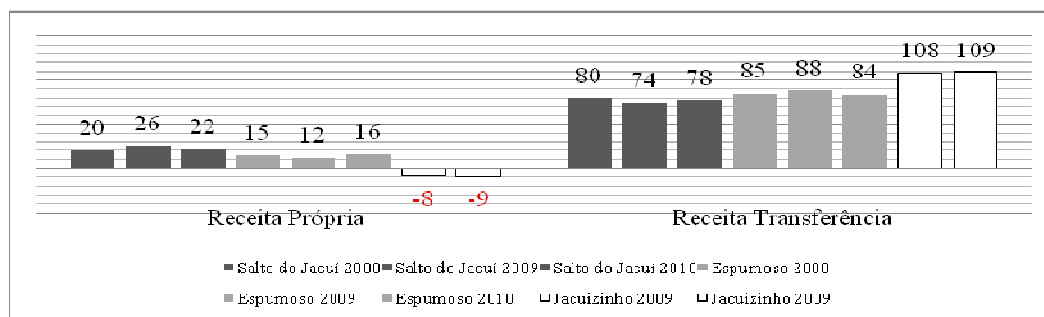


Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Garibaldi (origem), nos períodos analisados, apresentou um desempenho muito similar; no período de 2000, do total de sua arrecadação, 27% eram de receita própria, e esse índice variou entre 1% e 2% em relação a 2009 e 2010. O município de Roca Sales (origem) apresentou uma queda das receitas próprias ao longo do período analisado; em 2000, o município apresentou 9% de arrecadação própria em relação ao total; em 2009, esse percentual chegou em 3% e, em 2010, ficou em 2%. Isso significa que o município possui uma dependência extremamente alta dos recursos transferidos. O que não é diferente para o município de Westfália (criado) que apresentou receita própria negativa em 2009 e 2010.

O Gráfico 18 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Salto do Jacuí e Espumoso (ambos de origem), e do município de Jacuizinho (criado).

GRÁFICO 18: Desempenho de Arrecadação: Salto do Jacui x Espumoso x Jacuizinho

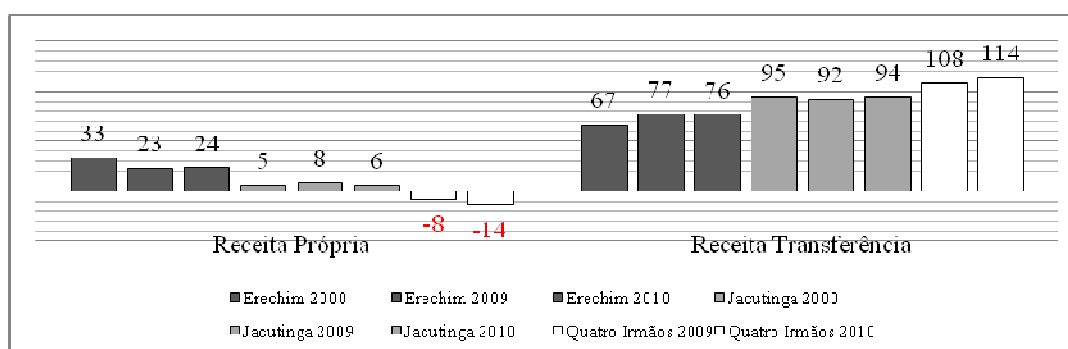


Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Salto do Jacui (origem), do total das arrecadações, apresentou nos períodos de 2000, 2009 e 2010 um alto percentual de receitas de transferências, chegando em 80%, 74% e 78%, respectivamente. Para o município de Espumoso (origem), esses percentuais foram mais altos ainda e ficaram em torno dos 86%. Já, o município de Jacuizinho (criado) apresentou, em todos os anos de análise, o percentual de receita de transferência superior a 100%, ou seja, receita própria negativa. O que indica dependência total das transferências de recursos da União e do Estado.

O Gráfico 19 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Erechim e Jacutinga (ambos de origem), e do município de Quatro Irmãos (criado).

GRÁFICO 19: Desempenho de Arrecadação: Erechim x Jacutinga x Quatro Irmãos



Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 19, o município de Erechim (origem) apresentou receita própria de 33% no ano 2000; em 2009, houve uma redução de 10% nessa arrecadação e, em 2010, o índice ficou em 24%. O município de Jacutinga (origem) apresentou, nos períodos de análise, índices inferiores a 10%. O município de Quatro Irmão (criado) apresentou receita própria negativa nos períodos de 2009 e 2010. O que significa que os municípios apresentam forte dependência das receitas transferidas da União e do Estado, embora o município de

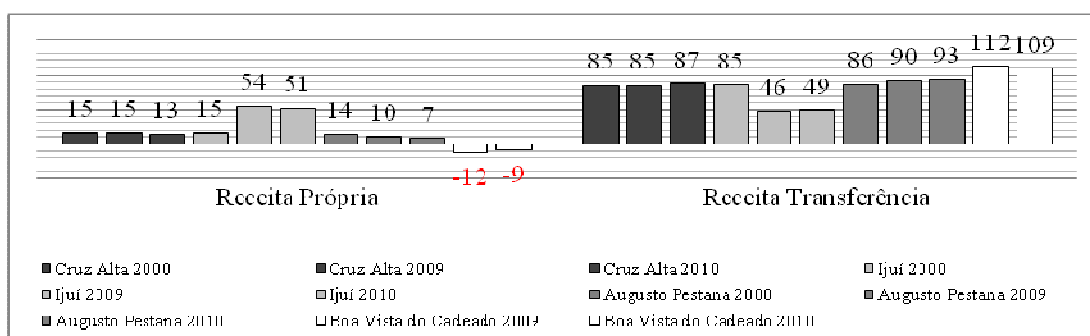
Erechim tenha demonstrado um maior desempenho na geração de recursos próprios, embora esse desempenho tenha regredido ao longo da análise.

c) Municípios Emancipados de Três Municípios de Origem

Nesse grupo, é analisado o desempenho de arrecadação dos municípios que se emanciparam de três municípios de origem. Encontram-se nesse grupo quatro municípios emancipados e 12 municípios de origem.

O Gráfico 20 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Cruz Alta, Ijuí e Augusto Pestana (ambos de origem), e do município de Boa Vista do Cadeado.

GRÁFICO 20: Desempenho de Arrecadação: Cruz Alta x Ijuí x Augusto Pestana x Boa Vista do Cadeado

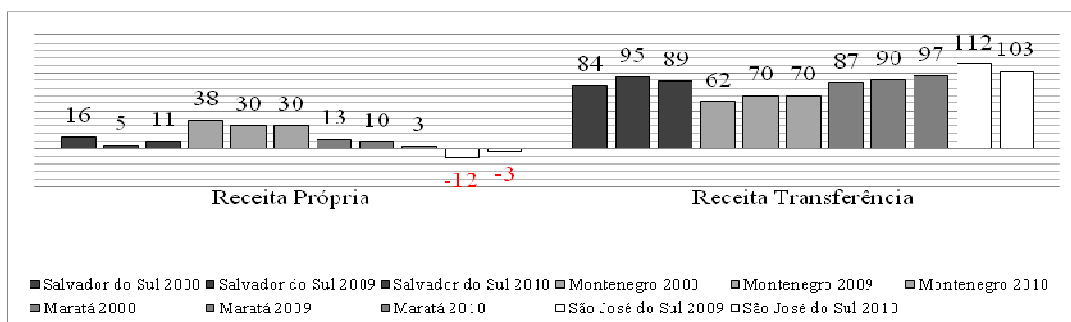


Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Cruz Alta (origem) apresentou, durante o período de análise, percentuais muito similares para a receita própria; em 2000 e 2009, arrecadou 15% em relação ao total e, em 2010 arrecadou 13%. O município de Ijuí (origem) foi o município que apresentou menor dependência dos recursos de terceiros; do total arrecadado, em 2000, arrecadou 15% de receita própria e, em 2009 e 2010, esse percentual foi acima dos 50%. O município de Augusto Pestana (origem), do total arrecadado, no período de 2000, arrecadou 14% de receita própria e, nos períodos de 2009 e 2010, esse percentual foi diminuindo, para 10% e 7%, respectivamente. O município de Boa Vista do Cadeado, nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa.

O Gráfico 21 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Salvador do Sul, Montenegro e Maratá (ambos de origem) e do município de São José do Sul (criado).

GRÁFICO 21: Desempenho de Arrecadação: Salvador do Sul x Montenegro x Maratá

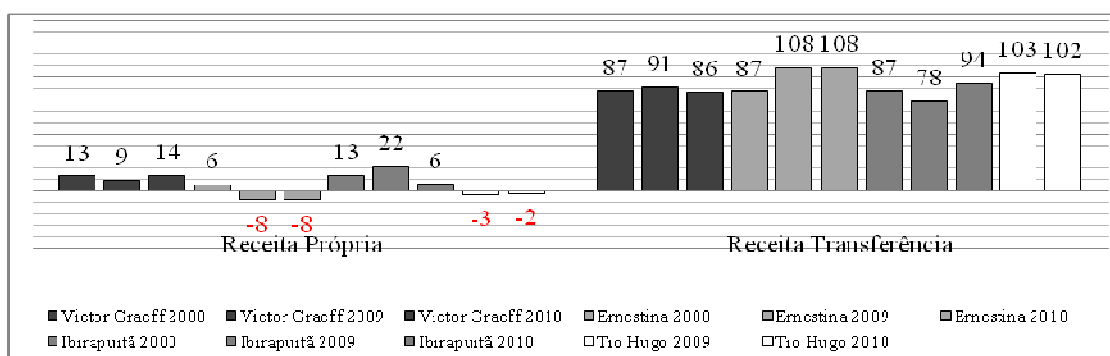


Fonte: Dados da Pesquisa,

O município de Salvador do Sul (origem) apresentou, do total de arrecadação, no período de 2000, 16% de receita própria; em 2009, esse percentual despencou para 5% e, em 2010, apresentou uma pequena alta para 11%. O município de Montenegro (origem) apresentou, do total de suas arrecadações, 38% de receita própria, no período de 2000, e 30%, nos períodos de 2009 e 2010. O município de Maratá apresentou uma regressão no percentual de receita própria; no período de 2000, arrecadou 13%, em 2009, arrecadou 10% e, em 2010, arrecadou apenas 3%. O município de São José do Sul (criado), nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa.

O Gráfico 21 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Victor Graeff, Ernestina, Ibirapuitã (ambos de origem) e do município de Tio Hugo (criado).

GRÁFICO 22: Desempenho de Arrecadação: Victor Graeff x Ernestina x Ibirapuitã x Tio Hugo



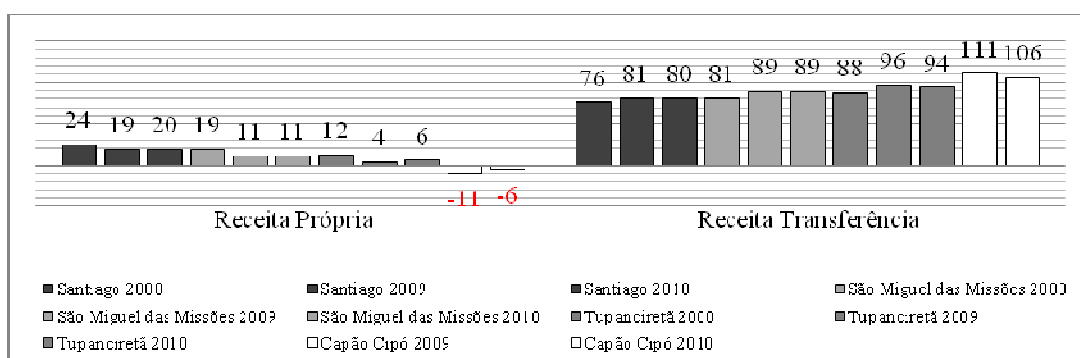
Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Victor Graeff (origem) apresentou, no período de 2000, do total de sua arrecadação, 13% de receita própria; em 2009, esse percentual caiu 4% e, em 2010, teve uma elevação de 5%. O município de Ernestina (origem) apresentou, no período de 2000, uma arrecadação de 6% de receita própria em relação ao total e, nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa. O município de Ibirapuitã (origem) apresentou, no

período de 2000, arrecadação própria de 13%; em 2009, teve um aumento para 22% e, em 2010, esse percentual ficou em 6%. O município de Tio Hugo (criado), nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa.

O Gráfico 22 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Santiago, São Miguel das Missões e Tupanciretã (ambos de origem) e do município de Capão do Cipó (criado).

GRÁFICO 23: Desempenho de Arrecadação: Santiago x São Miguel das Missões x Tupanciretã x Capão Cipó



Fonte: Dados da Pesquisa.

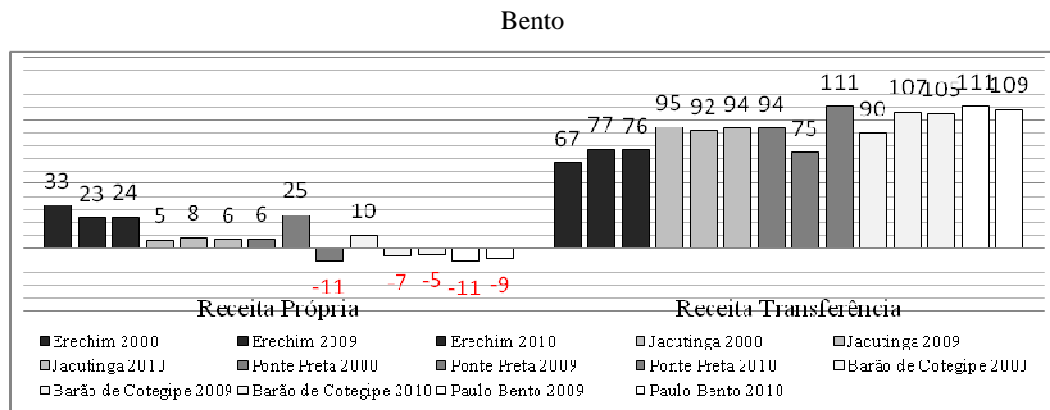
O município de Santiago, no período de 2000, apresentou 24% de arrecadação de receita própria; nos períodos de 2009 e 2010, esse índice teve uma queda, ficando em torno dos 20%. O município de São Miguel das Missões (origem), no período de 2000, apresentou 24% de arrecadação própria; esse percentual caiu para 11%, em 2009 e 2010. O município de Tupanciretã (origem) apresentou, no período de 2000, arrecadação própria de 12%; nos períodos de 2009 e 2010, esse percentual caiu para 4% e 6%, respectivamente. O município de Capão do Cipó, nos períodos de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa, o que indica alta dependência dos recursos transferidos da União e do Estado.

d) Municípios Emancipados de Quatro Municípios de Origem

Nesse grupo, é analisado o desempenho de arrecadação dos municípios que se emanciparam de quatro municípios de origem. Encontram-se, nesse grupo, dois municípios emancipados e oito municípios de origem.

O Gráfico 23 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Erechim, Jacutinga, Ponte Preta, Barão de Cotegipe (ambos de origem) e do município de Paulo Bento (criado).

GRÁFICO 24: Desempenho de Arrecadação: Erechim x Jacutinga x Ponte Preta x Barão de Cotegipe x Paulo

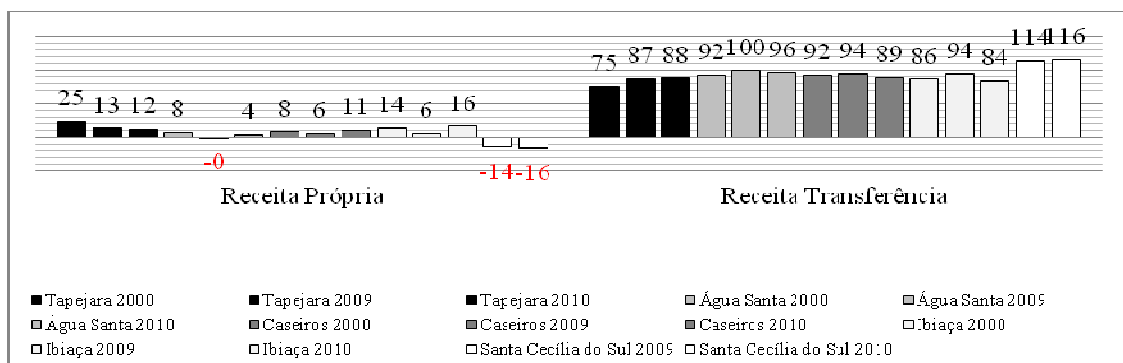


Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Erechim (origem), no período de 2000, arrecadou 33% de receita própria; no período de 2009, esse percentual caiu para 23% e, em 2010, arrecadou 24%. O município de Jacutinga (origem), no período de 2000, arrecadou 5% de receita própria; em 2009, esse percentual aumentou 3% e, em 2010, caiu 2%. O município de Ponte Preta (origem), no período de 2000, arrecadou 6% de receita própria; aumentou, em 2009, para 25% de receita própria e, em 2010, apresentou receita própria negativa. O município de Barão de Cotegipe(origem), no período de 2000, arrecadou 10% de receita própria e, em 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa. O município de Paulo Bento (criado), no período de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa.

O Gráfico 24 apresenta o desempenho de arrecadação dos municípios de Tapejara, Água Santa, Caseiros e Ibiãça (ambos de origem), e do município de Santa Cecília do Sul (criado).

GRÁFICO 25: Desempenho de Arrecadação: Tapejara x Água Santa x Caseiros x Ibiãça x Santa Cecília do Sul



Fonte: Dados da Pesquisa.

O município de Tapejara (origem), no período de 2000, arrecadou 25% de receita própria; em 2009, esse percentual caiu para 13% e, em 2010, caiu para 12%. O município de Água Santa (origem), no período de 2000, apresentou receita própria negativa; em 2009, esse percentual foi de 4% e, em 2008, arrecadou 8% de receita própria. O município de Caseiros (origem), no período de 2000, arrecadou 8% de receita própria; em 2009, esse percentual caiu para 6% e, em 2010, aumentou para 11%. O município de Ibiaça (origem), no período de 2000, arrecadou 14% de receita própria e, em 2009, esse percentual caiu para 6%; em 2010, arrecadou 16% de receita própria. O município de Santa Cecília (criado), no período de 2009 e 2010, apresentou receita própria negativa, indicando forte dependência dos recursos transferidos da União e do Estado.

4.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS GASTOS DOS MUNICÍPIOS

A análise do perfil dos gastos dos municípios de origem e dos municípios criados é feita de acordo com as variáveis/indicadores selecionados em relação ao total da receita realizada no período.

a) Município Emancipado de um Município de Origem

A Tabela 4 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Bagé (origem) e Aceguá (criado):

TABELA 4: Perfil dos Gastos – Bagé x Aceguá

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Bagé			Aceguá	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	32	24	25	26	28
Gastos com Cultura	0	1	0	1	1
Gastos com Saúde	13	11	11	21	18
Gastos com Saneamento	0	0	1	0	0
Gastos com Habitação	16	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo	0	3	1	8	1
Gastos com Legislativo	6	3	3	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 4, o município de Bagé (origem), no período de 2000, do total de suas despesas, 32% eram destinados à educação, seguidos de 16% para a habitação,

13% para a saúde e 6% para o legislativo. Em 2009, houve uma redução no percentual: a educação caiu para 24%, não houve gastos com habitação, a saúde reduziu para 11%, o legislativo reduziu para 3% e houve um gasto de 1% com saneamento e 1% com urbanismo. Em 2010, os gastos em relação à educação ficaram em 25%; com saúde, gastou-se o mesmo do ano anterior, 11%; o município não gastou, em 2010, com cultura e reduziu em 2% o gasto com urbanização; o gasto com a função legislativa se manteve o mesmo de 2009, 3%. O município de Aceguá (criado), no período de 2009, gastou, com educação, 26%, e, com saúde, 21%; no período de 2010, o município gastou, com educação, 28% do total de despesas e, com saúde, gastou 18%; com a função legislativa, o município gastou 5%, tanto em 2009 quanto em 2010.

A Tabela 5 apresenta o perfil de gastos dos municípios de São Luiz Gonzaga (origem) e Rolador (criado).

TABELA 5: Perfil de Gastos – São Luiz Gonzaga x Rolador

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	São Luiz Gonzaga			Rolador	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	17	24	26	18	18
Gastos com Cultura	0	1	1	0	0
Gastos com Saúde	8	22	22	19	22
Gastos com Saneamento	0	0	1	0	2
Gastos com Habitação	0	0	0	0	7
Gastos com Urbanismo	0	3	7	0	0
Gastos com Legislativo	2	3	3	5	4

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 5, o município de São Luiz Gonzaga, das despesas consultadas no período de 2000, apresentou desembolso apenas com educação, 17%, saúde, 8%, e gastos com a função legislativa, 2%; em 2009, o município desembolsou um percentual maior para educação, 24%, mais que o dobro para a saúde, 22%, gastou com cultura, 1%, e com urbanismo, 3%; em 2010, os gastos com as despesas consultadas ficaram muito similares aos de 2009, com exceção do gasto com urbanismo, que teve um aumento para 7%. O município de Rolador (criado), no período de 2009, gastou, com educação, 18%, saúde, 19%, e com o legislativo, 5%; em 2010, o município conseguiu aumentar esses percentuais: gastou com educação, 18%, com saúde, 22%, com saneamento, 2%, com habitação, 7%, e, com o legislativo, 4%.

A Tabela 6 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Pelotas (origem) e de Arroio do Padre (criado).

TABELA 6: Perfil de Gastos – Pelotas x Arroio do Padre

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Pelotas			Arroio do Padre	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	31	18	20	26	26
Gastos com Cultura	0	0	1	1	1
Gastos com Saúde	28	19	26	21	22
Gastos com Saneamento	0	8	13	4	0
Gastos com Habitação	7	0	1	0	0
Gastos com Urbanismo	0	3	6	1	1
Gastos com Legislativo	4	2	2	3	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 6, o município de Pelotas, das despesas consultadas no período de 2000, o gasto com educação foi o que teve um maior percentual, 31%, seguido da saúde, 28%, e de gastos com habitação, 7%; os gastos com a função legislativa aparecem com 4%. No período de 2000, o município de Pelotas teve uma redução significativa nos gastos com educação e saúde, desembolsou 8% com saneamento e 3% com urbanismo. Em 2010, todas as despesas consultadas tiveram um aumento no desembolso, com exceção dos gastos com a função legislativa, que se mantiveram iguais ao ano anterior, 2%. O município de Arroio do Padre (origem), no período de 2009, desembolsou 26% com a saúde e 21% com a educação; e, em 2010, manteve esses percentuais.

A Tabela 7 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Ijuí (origem) e Bozano (criado).

TABELA 7: Perfil de Gastos – Ijuí x Bozano

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Ijuí			Bozano	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	30	18	15	15	13
Gastos com Cultura	0	0	0	2	0
Gastos com Saúde	19	17	15	22	21
Gastos com Saneamento	0	0	0	1	0
Gastos com Habitação	5	0	1	1	0
Gastos com Urbanismo	0	3	3	4	2
Gastos com Legislativo	5	2	2	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 7, o município de Ijuí (origem), no período de 2000, das despesas consultadas, desembolsou 30% com educação, 19% com saúde e não destinou nenhum desembolso para cultura, saneamento e urbanismo. Em 2009, o município de Ijuí reduziu o desembolso com educação para 18%, reduziu o desembolso com saúde para 17% e

não destinou nenhum desembolso para cultura, saneamento e habitação. Em 2010, o município de Ijuí reduziu o desembolso com educação para 15%, reduziu o desembolso com saúde para 15% e não realizou nenhum desembolso com a cultura e o saneamento. O município de Bozano (criado), no período de 2009, desembolsou 15% com educação, 22% com saúde; quanto às demais despesas consultadas, o município desembolsou valores iguais ou inferiores a 5% do total das despesas realizadas. Em 2010, o município de Bozano reduziu o desembolso com educação para 13% e reduziu o desembolso com saúde para 21%, não desembolsando nenhum gasto com cultura, saneamento e habitação.

A Tabela 8 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Lagoa Vermelha (origem) e de Capão Bonito do Sul (criado).

TABELA 8: Perfil de Gastos – Lagoa Vermelha x Capão Bonito do Sul

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Lagoa Vermelha			Capão Bonito SI	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	28	26	22	23	22
Gastos com Cultura	0	0	0	0	0
Gastos com Saúde	17	21	20	20	18
Gastos com Saneamento	0	0	0	1	0
Gastos com Habitação	0	1	3	1	1
Gastos com Urbanismo	0	4	4	0	1
Gastos com Legislativo	5	3	2	7	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 8, o município de Lagoa Vermelha (origem), no período de 2000, apresentou 28% de gastos com educação, 17% de gastos com saúde, e 5% de gastos com a função legislativa; em cultura, saneamento, habitação e urbanismo, o município não desembolsou nenhum valor. No período de 2009, reduziu o percentual de educação para 26%, aumentou o percentual de saúde para 21% e não desembolsou nenhum valor para cultura e saneamento. Em 2010, reduziu o desembolso com educação para 22%, reduziu o desembolso com saúde para 20%, reduziu o desembolso com o legislativo e não gastou com cultura e saneamento. O município de Capão Bonito do Sul (criado), do total de suas despesas, desembolsou 23% com educação e 20% com saúde, não realizou nenhum desembolso para cultura e urbanismo. Em 2010, reduziu os gastos com educação para 22%, com saúde para 18%, com o legislativo para 5% e não realizou nenhum desembolso com cultura e saneamento.

A Tabela 9 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Campinas do sul (origem) e Cruzaltense (criado).

TABELA 9: Perfil dos Gastos – Campinas do Sul x Cruzaltense

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Campinas do Sul			Cruzaltense	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	27	22	24	25	22
Gastos com Cultura	0	1	1	0	1
Gastos com Saúde	31	27	28	23	23
Gastos com Saneamento	0	0	0	3	1
Gastos com Habitação	10	0	1	0	0
Gastos com Urbanismo	0	8	5	2	2
Gastos com Legislativo	3	3	3	4	4

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 9, o município de Campinas do Sul (origem), no período de 2000, do total das despesas, desembolsou com educação, 27%, com saúde, 31%, com habitação, 10%, e não desembolsou nenhum valor com cultura, saneamento e urbanismo. Em 2009, reduziu o desembolso com educação para 22% e reduziu o desembolso com saúde para 27%, não realizou nenhum desembolso com saneamento e habitação. Em 2010, aumentou o desembolso com educação para 24% e aumentou o desembolso com saúde para 28%, não desembolsou nenhum valor para saneamento. O município de Cruzaltense (criado), no período de 2009, desembolsou com educação, 25%, e com saúde, 23%, não desembolsou nenhum valor para cultura e habitação. Em 2010, reduziu o desembolso com educação para 22%, e manteve o desembolso com saúde em 23%, e não realizou desembolso com habitação.

A Tabela 10 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Lajeado (origem) e de Forquetinha (criado).

TABELA 10: Perfil de Gastos – Lajeado x Forquetinha

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Lajeado			Forquetinha	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	31	32	28	20	16
Gastos com Cultura	0	1	1	2	3
Gastos com Saúde	12	18	15	20	16
Gastos com Saneamento	0	0	0	1	1
Gastos com Habitação	8	1	1	0	0
Gastos com Urbanismo	0	12	10	0	23
Gastos com Legislativo	2	2	2	3	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 10, o município de Lajeado (origem), no período de 2000, do total de suas despesas, desembolsou 31% com educação, e com saúde, seu desembolso foi de

12%, não desembolsou nenhum valor para cultura, saneamento e urbanismo. No período de 2009, o percentual com educação teve uma pequena alta para 31% e o desembolso com saúde teve um aumento de 4%, com urbanismo o município desempenhou 12%, e não desembolsou nenhum valor com saneamento. Em 2010, o município de Lajeado reduziu o desembolso com educação, saúde e urbanismo e, como no ano anterior, não desembolsou nenhum valor para saneamento. O município de Forquethina (criado), no período de 2009, desembolsou com educação e saúde o mesmo percentual, 20%, e não desembolsou nenhum valor para habitação e urbanismo. Em 2010, reduziu o desembolso com educação e saúde para 16% e desembolsou com urbanismo, 23%; com habitação, o município não realizou nenhum desembolso.

A Tabela 11 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Terra de Areia (origem) e do município de Itati (criado).

TABELA 11: Perfil de Gastos – Terra de Areia x Itati

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Terra de Areia			Itati	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	28	33	25	19	18
Gastos com Cultura	0	1	2	0	0
Gastos com Saúde	15	21	18	25	24
Gastos com Saneamento	0	0	0	0	0
Gastos com Habitação	1	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo	0	0	0	8	11
Gastos com Legislativo	6	4	3	7	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo coma Tabela 11, o município de Terra de Areia (origem), no período de 2000, desembolsou com educação, 28%, e com saúde, 15%, e a despesa com a função legislativa foi superior à despesa com cultura, saneamento, urbanismo e habitação. No período de 2009, aumentou o desembolso com educação em 5% e o desembolso com saúde em 6%. Em 2010, as despesas com educação e saúde tiveram uma queda em relação aos períodos anteriores de análise, e o município, assim como nos outros anos de análise, continuou gastando mais com a função legislativa do que com cultura, saneamento, habitação e urbanismo.

A Tabela 12 apresenta o perfil dos gastos dos municípios de Sobradinho (origem) e Lagoa Bonita do Sul (criado).

TABELA 12: Perfil dos Gastos – Sobradinho x Lagoa Bonita do Sul

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Sobradinho			Lagoa Bonita SL	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	34	29	25	19	20
Gastos com Cultura	0	1	1	1	1
Gastos com Saúde	14	17	18	22	26
Gastos com Saneamento	0	0	0	1	1
Gastos com Habitação	5	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo	0	3	4	5	1
Gastos com Legislativo	2	2	2	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 12, o município de Sobradinho (origem), no período de 2000, do total de despesas, desembolsou com educação, 34%, e com saúde, 14%; o desembolso com a função legislativa foi maior do que com cultura, saneamento e urbanismo. Em 2009, o desembolso com educação foi de 29%, com saúde foi de 17%, o desembolso com a função legislativa foi maior do que com cultura, saneamento e urbanismo. Em 2010, em relação ao ano anterior, o desembolso com educação teve uma queda de 4%, os gastos com saúde tiveram uma alta de 1%, o município desembolsou com a função legislativa valores superiores aos desembolsos com cultura, saneamento e habitação. O município de Lagoa Bonita do Sul (criado), no período de 2009, desembolsou com educação, 19%, com saúde, 22%, e com urbanismo, o mesmo percentual que com a função legislativa, 5%. Em 2010, desembolsou com educação, 20%, com saúde, 26%, e com a função legislativa, mais do que a soma desembolsada com cultura, saneamento, urbanismo e habitação.

A Tabela 13 apresenta o perfil dos gastos dos municípios de Palmeira das Missões (origem) e do município de São Pedro das Missões (criado).

TABELA 13: Perfil de Gastos – Palmeira das Missões x São Pedro das Missões

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Palmeira das Missões			São Pedro das Missões	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	25	25	22	21	26
Gastos com Cultura	0	1	1	0	0
Gastos com Saúde	17	22	23	20	20
Gastos com Saneamento	0	0	0	0	0
Gastos com Habitação	2	0	1	0	0
Gastos com Urbanismo	0	5	5	0	0
Gastos com Legislativo	6	5	4	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 13, o município de Palmeira das Missões, no período de 2000, apresentou desembolso de 25% com educação, com a saúde, de 17%, e, com a função legislativa, de 6%, mais do que com a habitação, que chegou a 2%. Em 2009, o gasto com educação se manteve o mesmo desembolsado em 2000, com saúde, ficou em 22%, e, com urbanismo e com a função legislativa, o desembolso foi igual, 5%. Em 2010, o desembolso com educação foi de 22%, com saúde, 23%, e, com a função legislativa, foi superior à soma dos desembolsos com cultura, habitação e saneamento. O município de São Pedro das Missões, no período de 2009, desembolsou, com educação, 21%, com saúde, 20%, e, com a função legislativa, 5%; nas demais despesas consultadas, não apresentou desembolso. Em 2010, não foi muito diferente do ano anterior, apenas o percentual de educação alterou-se para 26%.

A Tabela 14 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Caibaté (origem) e Mato Queimado (criado).

TABELA 14: Perfil de Gastos – Caibaté x Mato Queimado

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Caibaté			Mato Queimado	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	30	19	14	17	19
Gastos com Cultura	0	0	0	2	2
Gastos com Saúde	13	19	23	18	23
Gastos com Saneamento	0	1	1	1	1
Gastos com Habitação	2	4	0	2	0
Gastos com Urbanismo	0	3	2	22	15
Gastos com Legislativo	2	4	3	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 14, o município de Caibaté, no período de 2000, apresentou desembolso com educação de 30%, com saúde, de 13%, e o mesmo percentual para o desembolso com habitação e a função legislativa; não foi desembolsado nenhum valor para cultura, saneamento e urbanismo. No período de 2009, o desembolso com educação e com saúde foi de 19%, e o desembolso com habitação e a função legislativa, de 4%; não houve nenhum desembolso com cultura. Em 2010, o desembolso com saúde foi de 23%, e, com educação, 14%, a função com o legislativo somou o mesmo total desembolsado para saneamento, urbanismo, habitação e cultura. O município de Mato Queimado, no período de 2009, desembolsou mais com urbanismo, 22%, do que com saúde, 18%, e educação, 17%, sendo que a função legislativa desembolsou um total igual a soma dos gastos com cultura, saneamento, habitação e urbanismo. Em 2010, o desembolso maior foi com saúde, 23%,

seguido de educação, 19%, e urbanismo, 15%; o desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com cultura, saneamento e educação.

A Tabela 15 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Esmeralda (origem) e Pinhal da Serra (criado).

TABELA 15: Perfil de Gastos – Esmeralda x Pinhal da Serra

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Esmeralda			Pinhal da Serra	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	28	24	21	18	15
Gastos com Cultura	0	0	1	0	0
Gastos com Saúde	16	20	23	21	20
Gastos com Saneamento	0	2	1	0	0
Gastos com Habitação	11	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo	0	9	5	0	1
Gastos com Legislativo	2	6	5	3	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 15, o município de Esmeralda (origem), no período de 2000, apresentou desembolso de 28% com a educação, 16% com saúde, com habitação, 11%, e desembolsou com a função legislativa mais do que com cultura, saneamento e urbanismo. Em 2009, desembolsou com educação, 24%, com saúde, 20%, urbanismo, 9%, e, com a função legislativa, desembolsou 6%. Em 2010, seu maior desembolso foi com saúde, 23%, seguido de educação, 21%, o desembolso com urbanismo e a função legislativa foi de 5%, cada. O município de Pinhal da Serra (criado), no período de 2000, desembolsou com educação, 21%, com saúde, 18%, e, com a função legislativa, 3%, e não desembolsou valor algum com cultura, saneamento, habitação e urbanismo.

A Tabela 16 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Constantina (origem) e Novo Xingu (criado).

TABELA 16: Perfil de Gastos – Constantina x Novo Xingu

Despesa	Município de Origem:			Emancipado:	
	Constantina			Novo Xingu	
	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	26	23	21	14	11
Gastos com Cultura	0	0	0	0	1
Gastos com Saúde	13	19	18	20	15
Gastos com Saneamento	0	0	0	1	5
Gastos com Habitação	2	4	2	0	0
Gastos com Urbanismo	0	3	2	0	0
Gastos com Legislativo	2	0	0	4	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 16, o município de Constantina (origem), no período de 2000, desembolsou 26% com educação, 13% com saúde, 2% com habitação e legislativo, cada, e não desembolsou nenhum valor com cultura, saneamento e urbanismo. Em 2009, o desembolso com educação continuou sendo o maior, seguido do gasto com saúde, habitação e urbanismo. Em 2010, todos os gastos analisados reduziram-se em relação ao ano anterior, e não foi realizado nenhum desembolso com cultura, saneamento e com a função legislativa. No município de Novo Xingu (criado), no período de 2009, os gastos com saúde foram os mais elevados, 20%, seguidos da educação, 14%, e a função legislativa desembolsou valores maiores do que a soma dos gastos com cultura, saneamento, habitação e urbanismo. Em 2010, os gastos com educação reduziram-se 3%, com saúde, 3%, aumentou o desembolso com saneamento em 4%, cultura e legislativo também.

b) Municípios Emancipados de Dois Municípios de Origem

A Tabela 17 apresenta o perfil dos gastos dos municípios de Lajeado e Progresso (ambos de origem) e do município de Canudos do Vale.

TABELA 17: Perfil de Gastos – Lajeado x Progresso x Canudos do Vale

Despesa	Município de Origem:						Emancipado:	
	Lajeado			Progresso			Canudos do Vale	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	31	32	28	24	27	10	17	17
Gastos com Cultura	0	1	1	0	1	0	2	1
Gastos com Saúde	12	18	15	11	31	10	20	17
Gastos com Saneamento	0	0	0	0	3	1	0	0
Gastos com Habitação	8	1	1	4	0	0	0	0
Gastos com Urbanização	0	12	10	0	0	0	2	0
Gastos com o Legislativo	2	2	2	4	7	2	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 17, o município de Lajeado (origem), no período de análise, seu maior desembolso foi com a educação, seguido da saúde, os gastos com habitação tiveram uma forte queda nos dois últimos anos, o município gastou com urbanização mais de 20% nos dois últimos anos, as despesas com saneamento e cultura não foram muito significativas, pois não ultrapassaram 1%. O município de Progresso (origem), no período de análise, seu maior desembolso foi com educação, seguido dos gastos com saúde; o município desembolsou mais com a função legislativa do que com o somatório total dos gastos com cultura, saneamento e habitação. Durante todo o período de análise, nenhum valor foi desembolsado com urbanização. O município de Canudos do Vale (criado), no período de análise, teve seu maior

desembolso com a saúde, seguido da educação; os gastos com a função legislativa foram superiores aos gastos com cultura, habitação, saneamento, e urbanização.

A Tabela 18 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Nova Bréscia e Relvado (ambos de origem) e do município de Coqueiro Baixo.

TABELA 18: Perfil dos gastos – Nova Bréscia x Relvado x Coqueiro Baixo

Despesa	Município de Origem:						Emancipado:	
	Nova Bréscia			Relvado			Coqueiro Baixo	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	30	20	20	28	13	14	22	14
Gastos com Cultura	0	0	0	0	1	1	1	1
Gastos com Saúde	12	18	14	13	25	23	20	18
Gastos com Saneamento	0	1	2	0	2	3	1	2
Gastos com Habitação	12	0	0	2	0	0	0	0
Gastos com Urbanização	0	3	5	0	2	2	3	7
Gastos com o Legislativo	4	3	3	2	3	2	3	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 18, o município de Nova Bréscia (Origem), durante o período de análise, teve seu maior desembolso com educação, seguido de saúde e habitação; o total das despesas com a função legislativa foi superior aos gastos com cultura, saneamento, e urbanização. O município de Relvado (origem), durante o período de análise, teve seu maior desembolso com a saúde, seguido de educação e dos gastos com a função legislativa, que foi superior aos gastos com cultura, saneamento, habitação e urbanismo. O município de Coqueiro Baixo (criado), durante o período de análise, teve seu maior desembolso com saúde, seguido de educação; o desembolso com a função legislativa foi igual ao desembolso com urbanização.

A Tabela 19 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Garibaldi e Roca Sales (ambos de origem) e do município de Coronel Pilar (criado).

TABELA 19: Perfil de Gastos – Garibaldi x Roca Sales x Coronel Pilar

Despesa	Município de Origem:						Emancipado:	
	Garibaldi			Roca Sales			Coronel Pilar	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	28	24	24	20	23	21	21	17
Gastos com Cultura	0	1	1	0	1	1	2	2
Gastos com Saúde	13	15	16	9	18	17	6	18
Gastos com Saneamento	0	0	0	0	0	0	1	17
Gastos com Habitação	4	0	0	10	0	1	0	0
Gastos com Urbanização	0	10	10	0	5	5	7	2
Gastos com o Legislativo	2	2	2	2	3	3	3	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 19, o município de Garibaldi (origem), no período de análise, teve seu maior desembolso com a educação, seguido da saúde e urbanização; a soma das despesas com cultura, e habitação não chegou a 10%; e, com saneamento, nenhum valor foi desembolsado durante todo o período de análise. O Município de Roca Sales (origem) teve seu maior desembolso também com educação, seguido de saúde e habitação; a soma das despesas com cultura e urbanização não ultrapassaram 12% por ano e, assim como o município de Garibaldi, o município de Roca Sales não desembolsou nenhum valor com saneamento. O município de Coronel Pilar (criado), no período de 2009, teve seu maior desembolso com educação, 21%, e a soma das despesas com cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanização e função legislativa não chegou a 20%. Em 2010, o maior desembolso do município de Coronel Pilar foi com a saúde, 18%, e desembolsou, com educação e saneamento, o mesmo percentual, 17%; a soma das despesas com cultura, habitação e urbanização não chegou a 5%.

A Tabela 20 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Salto do Jacuí e Espumoso (ambos de origem) e do município de Jacuizinho (criado).

TABELA 20: Perfil dos gastos – Salto do Jacuí x Espumoso x Jacuizinho

Despesa	Município de Origem:						Emancipado:	
	Salto do Jacuí			Espumoso			Jacuizinho	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	32	26	21	38	27	19	28	22
Gastos com Cultura	0	1	0	0	3	1	0	0
Gastos com Saúde	23	23	21	12	17	15	20	20
Gastos com Saneamento	0	1	1	0	0	0	0	0
Gastos com Habitação	6	1	0	5	0	0	0	0
Gastos com Urbanização	0	1	2	0	4	10	5	5
Gastos com o Legislativo	4	5	4	2	2	2	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 20, o município de Salto do Jacuí (origem), no período de análise, teve seu maior desembolso com a educação, seguido de saúde; os gastos com a função legislativa foram superiores à soma dos gastos com cultura, saneamento, habitação e urbanismo. O município de Espumoso teve seu maior desembolso com a educação, o desembolso com a saúde não chegou a 20%, em nenhum dos anos de análise, e não houve nenhum desembolso com saneamento. O município de Jacuizinho (criado), no período de 2009, desembolsou, com a educação, 28%, com saúde, 20%, e, 10%, o total com urbanização e com a função legislativa. Em 2010, caiu o índice do desembolso com educação e os gastos com a saúde, urbanização e com a função legislativa mantiveram-se iguais ao de 2009 e,

assim como em 2009, também em 2010 nenhum valor foi desembolsado com cultura, saneamento e habitação.

A Tabela 21 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Erechim e Jacutinga (ambos de origem) e do município de Quatro Irmãos (criado).

TABELA 21: Perfil de Gastos – Erechim x Jacutinga x Quatro Irmãos

Despesa	Município de Origem:						Emancipado:	
	Erechim			Jacutinga			Quatro Irmãos	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	22	25	25	30	19	24	14	19
Gastos com Cultura	0	2	2	0	1	0	1	1
Gastos com Saúde	13	23	21	12	20	19	25	27
Gastos com Saneamento	0	1	1	0	0	0	2	2
Gastos com Habitação	14	1	3	1	4	0	0	6
Gastos com Urbanização	0	8	8	0	4	7	2	1
Gastos com o Legislativo	4	3	2	4	3	3	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 21, no município de Erechim (origem), no período de 2000, o desembolso com educação foi de 22%, seu desembolso com habitação foi superior ao desembolso com a saúde, e o desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com cultura, saneamento e urbanização. Em 2009, o desembolso com saúde ficou muito próximo ao desembolso com educação, e nenhuma das despesas consultadas ficou sem desembolso. Em 2010, o desembolso com a educação, cultura, saneamento e urbanização se manteve igual ao do ano anterior, o gasto com saúde teve uma redução em relação ao ano anterior. O município de Jacutinga (origem), no período de 2000, do total de suas despesas, menos de 50% foram direcionadas para a educação, saúde, habitação e o legislativo; as despesas com cultura, saneamento e urbanização não obtiveram nenhum desembolso.

Em 2009, o desembolso com a educação foi de 19% e, com a saúde, 20%, os gastos com habitação e urbanização apresentaram 4%, cada, de desembolso. Em 2010, o desembolso com educação foi superior ao desembolso com a saúde, urbanização teve 7% de desembolso, e a função legislativa teve um desembolso maior que o desembolso com cultura, saneamento e habitação. No município de Quatro Irmãos (criado), no período de 2009, 25% das suas despesas foram com a saúde, 14%, com educação, e, com a função legislativa, o desembolso foi igual à soma do desembolso com cultura, saneamento, urbanização e habitação. Em 2010, o desembolso com a saúde apresentou uma alta de 2% em relação ao ano anterior, o desembolso com educação apresentou uma alta de 5% em relação ao ano anterior, e

desembolsou, com habitação, 6%; nenhuma das despesas consultadas ficou sem apresentar algum desembolso.

A Tabela 22 apresenta perfil dos gastos dos municípios de Teutônia e Imigrante (ambos de origem) e do município de Westfália (criado).

TABELA 22: Perfil dos Gastos – Teutônia x Imigrante x Westfália

Despesa	Município de Origem:						Emancipado:	
	Teutônia			Imigrante			Westfália	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	28	36	25	31	22	18	23	19
Gastos com Cultura	0	4	3	0	2	1	1	2
Gastos com Saúde	17	25	19	13	21	22	17	18
Gastos com Saneamento	0	3	2	0	2	1	0	0
Gastos com Habitação	3	0	0	1	0	0	0	0
Gastos com Urbanização	0	20	13	0	3	2	0	0
Gastos com o Legislativo	1	2	2	3	3	2	2	2

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 22, o município de Teutônia (origem), no período de 2000, apresentou desembolso de 28% com a educação, com saúde, 17%, com habitação, 3%, com a função legislativa, 1%, e, com cultura, saneamento e urbanização não apresentou nenhum desembolso. Em 2009, desembolsou com educação, 36%, com saúde, 25%, e com urbanização, 20%; a soma do desembolso com a cultura, o saneamento e a função legislativa não chegou a 10%. Em 2010, o desembolso com educação reduziu em 11% em relação ao ano anterior, o desembolso com saúde reduziu 6%, o desembolso com urbanização reduziu 7%; a soma do desembolso com cultura, saneamento, habitação e função legislativa ficou em 7%. O município de Imigrante (origem), no período de 2000, desembolsou mais de 30% com educação, e menos de 15% com saúde; a soma das despesas com cultura, saneamento, habitação, urbanização e função legislativa não chegou a 5%.

Em 2009, o desembolso com educação foi de 22% e, com saúde, de 21%; a soma dos gastos com cultura, saneamento, habitação, urbanismo e legislativo ficou em 10%. Em 2010, o desembolso com educação reduziu 4%, o desembolso com saúde teve uma leve alta de 1% e a soma dos gastos com cultura, saneamento, habitação, urbanismo e legislativo ficou em 6%.

c) Municípios Emancipados de Três Municípios de Origem

A Tabela 23 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Cruz Alta, Ijuí e Augusto Pestana (ambos de origem) e do município de Boa Vista do Cadeado.

TABELA 23: Perfil de Gastos – Cruz Alta x Ijuí x Augusto Pestana x Boa Vista do Cadeado

Despesa	Município de Origem:									Emancipado:	
	Cruz Alta			Ijuí			Augusto Pestana			Boa Vista do Cadeado	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	9	27	25	30	18	15	19	16	14	26	21
Gastos com Cultura	0	1	1	0	0	0	0	2	1	0	0
Gastos com Saúde	4	20	21	19	17	15	18	25	21	22	23
Gastos com Saneamento	0	2	0	0	0	0	0	2	2	1	2
Gastos com Habitação	6	0	1	5	0	1	5	1	0	2	4
Gastos com Urbanização	0	5	6	0	3	3	0	4	8	1	4
Gastos com o Legislativo	4	6	5	5	2	2	2	2	2	4	4

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 23, o município de Cruz Alta (origem), no período de 2000, gastou, com educação, 9%, com habitação, 6%, e, com saúde e a função legislativa, o mesmo valor, 4%. Em 2009, seu desembolso com educação foi de 27%, com saúde, de 20%, e desembolsou com a função legislativa mais do que com urbanização, saneamento, e cultura. Em 2010, o desembolso com educação foi de 25%, com saúde, de 21%, com urbanização, 6%, e o desembolso com a função legislativa foi superior à soma do desembolso com cultura, saneamento e habitação.

O município de Ijuí (origem), no período de 2000, apresentou desembolso de 30% com educação, 19% com saúde e 5% com habitação e a função legislativa. Em 2009, o percentual desembolsado com educação e saúde ficou muito próximo, ambos não chegaram a 20%, cada; o município não apresentou desembolso com cultura, saneamento e habitação. Em 2010, o desembolso com educação reduziu em 3% em relação a 2009, o desembolso com saúde reduziu em 2%, e a soma do desembolso com cultura, saneamento, habitação, urbanismo e legislativo ficou em 6% do total das despesas.

No município de Augusto Pestana (origem), no período de 2000, o desembolso com educação foi de 19% e, com saúde, 18%; as demais despesas consultadas não ultrapassaram de 5%, sendo que cultura, saneamento e urbanização não apresentaram desembolso. Em 2009, o desembolso com saúde foi superior ao desempenho com educação. Em 2010, houve redução no desempenho com educação, saúde e cultura em relação ao ano anterior; o desempenho com urbanização dobrou e os gastos com saneamento e a função legislativa mantiveram-se iguais ao período de 2009.

O município de Boa Vista do Cadeado, no período de 2009, com educação, desembolsou 26%, com saúde, desembolsou 22%, e a soma dos desembolsos com saneamento, habitação e urbanização foram iguais ao desembolso com a função legislativa. Em 2010, reduziu em 5% o desembolso com educação em relação ao ano anterior, o

desembolso com saúde aumentou 1% e o desembolso com habitação, urbanismo e a função legislativa foi de 5%, cada.

A Tabela 24 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Salvador do Sul, Montenegro e Maratá (ambos de origem) e do município de São José do Sul (criado).

TABELA 24: Perfil de Gastos – Salvador do Sul x Montenegro x Maratá x São José do Sul

Despesa	Município de Origem:									Emancipado:	
	Salvador do Sul			Montenegro			Maratá			São José do Sul	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	21	25	25	29	30	28	23	14	10	10	19
Gastos com Cultura	0	4	3	0	2	2	0	3	1	1	0
Gastos com Saúde	9	22	21	13	22	21	14	20	10	10	19
Gastos com Saneamento	0	0	0	0	4	1	0	0	0	0	2
Gastos com Habitação	0	0	0	4	0	0	2	0	0	0	0
Gastos com Urbanização	0	3	2	0	5	7	0	1	1	1	2
Gastos com o Legislativo	2	3	3	1	2	2	5	4	2	2	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 24, o município de Salvador do Sul, no período de 2000, apresentou desembolso de 21% com educação, 9% com saúde e, com a função legislativa, 2%; com cultura, saneamento, habitação e urbanização, não apresentou desembolso. Em 2009, o desembolso com educação foi de 25%, de saúde, 22%, cultura, 4%, e, com urbanização e o legislativo, 3% cada. Em 2010, o percentual de educação ficou igual ao do ano anterior e houve redução no desembolso com saúde, cultura e urbanização.

No município de Montenegro (origem), no período de 2000, o desembolso com educação foi de 29% e, com saúde, não chegou a 15%; com habitação, o desempenho foi de 4%. Em 2009, o desembolso com educação foi de 30%, com saúde, de 22% e não foi desembolsado nenhum valor para habitação; a soma dos desembolsos com cultura, saneamento, urbanização e legislativo foi de 13%. Em 2010, o desembolso com educação apresentou uma queda de 2% em relação ao ano anterior, o desembolso com saúde também apresentou queda, de 1%. Os gastos com urbanização foram maiores em 2010 do que em 2009 e 2000 e, com a função legislativa, o desembolso foi de 2%, tanto em 2009 quanto em 2010.

O município de Maratá (origem), no período de 2000, desembolsou, com educação, 23%; em 2009, o desembolso com educação caiu para 14% e, em 2010, caiu para 10%. Os gastos com saúde também sofreram uma queda durante o período de análise: em 2000, o desembolso foi de 14%, em 2009 aumentou em 6% e, em 2010, houve uma queda de 10%. Os

gastos com legislativo foram mais elevados do que os gastos com cultura, saneamento, habitação e urbanização.

O município de São José do Sul (criado), no período de análise, apresentou um aumento de 9% no desembolso com educação e saúde (cada); também houve aumento no desembolso com saneamento, de 2%, com urbanização, de 1%, e, com a função legislativa, de 1%.

A Tabela 25 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Victor Graeff, Ernestina e Ibirapuitã (ambos de origem), e do município de Tio Hugo (criado).

TABELA 25: Perfil de Gastos – Victor Graeff x Ernestina x Ibirapuitã x Tio Hugo

Despesa	Município de Origem:									Emancipado:	
	Victor Graeff			Ernestina			Ibirapuitã			Tio Hugo	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	36	23	19	32	20	22	27	21	27	26	29
Gastos com Cultura	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1
Gastos com Saúde	21	17	20	15	19	17	16	20	17	18	19
Gastos com Saneamento	0	1	1	0	1	3	0	3	3	5	4
Gastos com Habitação	4	1	0	4	0	1	5	0	1	0	2
Gastos com Urbanização	0	1	0	0	2	2	0	2	7	3	4
Gastos com o Legislativo	3	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 25, o município de Victor Graeff (origem), durante o período de análise, apresentou uma redução no desembolso com educação: em 2000, desembolsou 36%, em 2009, reduziu em 13% o desembolso com educação, e, em 2010, em 4% em relação ao ano anterior. Os gastos com saúde também apresentaram redução ao longo do período de análise: de 2000 para 2009, a redução foi 4%, e, de 2009 para 2010, reduziu em 3%. A função legislativa apresentou um aumento de 2%, de 2000 para 2009, e, de 2009 para 2010, manteve-se o mesmo desembolso. Os gastos com cultura, saneamento, habitação e urbanização somados atingiram 10%.

O município de Ernestina (origem) desembolsou 32% com a educação no período de 2000; em 2009, o desembolso reduziu para 20% e, em 2010, atingiu 22%. Com saúde, o município desembolsou 15% no período de 2000; em 2009, esse percentual aumentou em 4% e, em 2010, reduziu 2%. O desembolso com a função legislativa manteve os 5% ao longo do período de análise.

O município de Ibirapuitã (origem), durante o período de análise, teve seu maior desembolso com a educação e, no período de 2000, gastou 27% do total das despesas; em 2009; reduziu para 21%; e, em 2010; retornou para os 27%. O desembolso com a função

legislativa foi superior ao desembolso apresentado com cultura, saneamento, habitação e urbanização.

O município de Tio Hugo (criado) apresentou; durante o período de 2009; um desembolso de 26% com educação; em 2010, aumentou em 2%. Com saúde, o desembolso foi de 18%, em 2009, sendo que, em 2010, não foi muito diferente do ano anterior, ficando em 19%. O desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com cultura, saneamento, habitação e urbanização.

A Tabela 26 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Santiago, São Miguel das Missões e Tupanciretã (ambos de origem) e do município de Capão do Cipó (criado).

TABELA 26: Perfil de Gastos – Santiago x São Miguel das Missões x Tupanciretã x Capão do Cipó

Despesa	Município de Origem:									Emancipado:	
	Santiago			São Miguel das Missões			Tupanciretã			Capão do Cipó	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	28	28	26	32	32	22	39	35	31	24	21
Gastos com Cultura	0	1	1	0	1	1	0	0	1	0	1
Gastos com Saúde	16	20	20	16	19	19	16	21	19	19	20
Gastos com Saneamento	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	2
Gastos com Habitação	21	0	0	2	0	0	5	2	1	0	2
Gastos com Urbanização	0	3	2	0	5	5	0	5	5	4	3
Gastos com o Legislativo	4	3	3	3	4	4	5	5	4	6	4

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 26, o município de Santiago (origem) desembolsou 28% com educação, no período de 2000; em 2009, esse percentual manteve-se o mesmo e, em 2010, reduziu 2%. O desembolso com saúde foi de 16%, em 2000; em 2009, aumentou 4% e, em 2010, manteve-se nos 20%. O desembolso com habitação, em 2000, chegou a 21%, em 2009 e 2010, não houve desembolso com habitação. O desembolso com a função legislativa foi superior que o desembolso com cultura, saneamento e urbanização.

O município de São Miguel das Missões (origem), no período de 2000, desembolsou, com educação, 32%; em 2009, desembolsou o mesmo percentual que em 2000 e, em 2010, o desembolso reduziu em 10% em relação ao ano anterior. O desembolso com saúde foi de 16%, no período de 2000; em 2009 e 2010, o desembolso com a saúde foi de 19%. O desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com cultura, saneamento, habitação e urbanização.

O município de Tupanciretã (origem) desembolsou, no período de 2000, com educação, 39%; em 2009, esse percentual reduziu 4% e, em 2010, reduziu 4% em relação ao ano anterior. O desembolso com saúde foi de 16%, em 2000; em 2009, foi de 21%, em 2010,

reduziu para 19%. O desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com cultura, saneamento, habitação e urbanização que somados, não chegaram a 20%, durante todo o período de análise.

O município de Capão do Cipó (criado), durante o período de 2009, apresentou desembolso de 24% com educação; em 2010, esse percentual foi de 21%. Com a saúde, o município desembolsou 19%, em 2009, e 20%, em 2010. O desembolso com a função legislativa foi superior aos desembolsos apresentados com cultura, saneamento, habitação e urbanização.

d) Municípios Emancipados de Quatro Municípios de Origem

A Tabela 27 apresenta o perfil de gastos dos municípios de Erechim, Jacutinga, Ponte Preta e Barão de Cotegipe (ambos de origem) e do município de Paulo Bento (criado).

TABELA 27: Perfil de Gastos – Erechim x Jacutinga x Ponte Preta x Barão de Cotegipe x Paulo Bento

Despesa	Município de Origem:												Emancipado:	
	Erechim			Jacutinga			Ponte Preta			Barão de Cotegipe			Paulo Bento	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
Gastos com Educação	22	25	25	30	19	24	15	13	12	26	14	22	13	10
Gastos com Cultura	0	2	2	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0
Gastos com Saúde	13	23	21	12	20	19	19	10	19	17	30	23	23	20
Gastos com Saneamento	0	1	1	0	0	0	0	4	1	0	1	2	5	6
Gastos com Habitação	14	1	3	1	4	0	2	0	0	4	0	0	0	0
Gastos com Urbanização	0	8	8	0	4	7	0	4	4	0	9	8	4	3
Gastos com o Legislativo	4	3	2	4	3	3	3	4	3	2	4	3	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 27, o município de Erechim (origem), no período de 2000, desembolsou, com educação, 22%; em 2009 e 2010, esse percentual foi de 25%. Com a saúde, o município desembolsou 13%, em 2000; em 2009, houve um aumento de 10% em relação a 2000 e, em 2010, o desembolso foi de 21%. O desembolso com habitação, em 2000, foi de 14%, reduzindo-se, significativamente, em 2009, para 1%, e mantendo-se com esse percentual em 2010. Com urbanização, não houve desembolso em 2000; em 2009 e 2010, o percentual ficou de 8%, em cada período. O desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com cultura e saneamento.

No município de Jacutinga (origem), durante o período de análise, o desembolso com educação foi mais alto no período de 2000, chegando a 30%; em 2009, esse percentual reduziu para 19% e, em 2010, ficou em 24%. O desembolso com a saúde foi de 12%, no período de 2000 e, em 2009, aumentou para 20%; em 2010, foi de 19%. O desembolso com a

função legislativa foi superior ao desembolso com cultura, saneamento e habitação. O município de Ponte Preta (origem), durante o período de análise, teve seu maior desembolso com a saúde: em 2009, desembolsou 9% menos que em 2000 e, em 2010, aumentou em 9% o seu desembolso. O desembolso com educação foi se reduzindo: em 2000, apresentou 15%, em 2009, reduziu em 2% e, em 2010, também reduziu 2%. A função legislativa desempenhou valores superiores em relação ao desempenhado com cultura, saneamento e habitação.

O município de Barão de Cotegipe (origem), no período de 2000, desembolsou 26% com educação; em 2009, esse percentual reduziu para 14% e, em 2010, aumentou para 22%. O desembolso com saúde, em 2000, foi de 17%; em 2009, quase dobrou, ficando em 30% e, em 2010, reduziu para 23%. Com urbanização, o município não desembolsou nada em 2000; em 2009, desembolsou 9% e, em 2010, desembolsou 8%. O desembolso com a função legislativa foi superior a soma do desembolso com cultura, saneamento e habitação.

O município de Paulo Bento (criado), no período de 2009, desembolsou, com saúde, 23%; em 2010, reduziu para 20%. Com educação, o desembolso, em 2009, foi de 13% e, em 2010, reduziu para 10%; com saneamento, desembolsou 5%, em 2009, e 6%, em 2010. O gasto com a função legislativa foi superior ao gasto com cultura, saneamento e habitação (individualmente).

A Tabela 28 apresenta o perfil dos gastos dos municípios de Tapejara, Água Santa, Caseiros e Ibiçá (ambos de origem) e do município de Santa Cecília do Sul.

TABELA 28: Perfil de Gastos – Tapejara x Água Santa x Caseiros x Ibiçá x Santa Cecília do Sul

Despesa	Município de Origem:												Emancipado:	
	Tapejara			Água Santa			Caseiros			Ibiçá			Sta Cecília do Sul	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Gastos com Educação	25	26	23	29	26	20	25	27	25	24	19	24	20	20
Gastos com Cultura	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
Gastos com Saúde	12	18	17	14	18	20	17	19	18	16	18	20	23	20
Gastos com Saneamento	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1	4
Gastos com Habitação	13	4	5	14	4	6	5	1	0	2	1	0	0	1
Gastos com Urbanização	0	1	9	0	1	1	0	4	1	0	2	2	0	0
Gastos com o Legislativo	2	2	2	3	3	3	3	3	2	7	3	3	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 28, o município de Tapejara (origem), no período de 2000, desembolsou, com educação, 25%; em 2009, esse percentual ficou em 26% e, em 2010, reduziu para 23%. Com a saúde, o desembolso foi de 12%, no período de 2000, aumentou para 18%, no período de 2009 e, em 2010, reduziu para 17%. O desembolso com habitação no período de 2000 foi de 13%, reduzindo para 4%, em 2009, e aumentando para 5%, em 2010.

Com urbanização, no período de 2000, o município não apresentou desembolso; em 2009, o desembolso foi de 1% e, em 2010, foi de 9%.

O município de Água Santa (origem), no período de 2000, desembolsou, com educação, 29%; em 2009, esse percentual reduziu para 26% e, em 2010, reduziu para 20%. O desembolso com saúde foi de 12%, no período de 2000; em 2009, aumentou para 18% e, em 2010, reduziu para 17%. Com habitação, o desembolso foi de 13%, no período de 2000; em 2009, o desembolso foi de 4% e, em 2010, foi de 5%. O desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com cultura.

O município de Caseiros (origem), no período de 2000, desembolsou, com educação, 25%; em 2009, aumentou para 27% e, em 2010, reduziu para 25%. O desembolso com saúde, no período de 2000, foi de 17%; em 2009, aumentou para 19% e, em 2010, reduziu para 18%. O município desembolsou, com habitação, 5%, no período de 2000; em 2009, esse percentual caiu para 1% e, em 2010, não houve nenhum desembolso com habitação. Os gastos com legislativo foram iguais à soma dos gastos com cultura, saneamento e urbanização.

O município de Ibiãça (origem), no período de 2000, apresentou desembolso de 24% com educação; em 2009, esse percentual reduziu para 19% e, em 2010, aumentou para 24%. O desembolso com saúde, no período de 2000, foi de 16%, aumentou, em 2009, para 18% e aumentou, em 2010, para 20%. O desembolso com a função legislativa foi superior à soma dos desembolsos com cultura, saneamento, habitação e urbanização.

O município de Santa Cecília do Sul (criado), no período de 2009 e 2010, apresentou desembolso de 20%, para cada período; o desembolso com saúde, em 2009, foi de 23% e, em 2010, foi de 20%. Os gastos com a função legislativa foram superiores à soma dos gastos com cultura, saneamento, habitação e urbanização.

4.3 ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os quatro indicadores selecionados – receita própria *versus* receita total; dívida ativa *versus* receita corrente; solvência geral e eficiência orçamentária – foram obtidos a partir da base de dados do Sistema Finanças do Brasil (FINBRA), disponível no *site* do Tesouro Nacional. Nessa base de dados, constam informações dos balanços municipais publicados de acordo com a lei. Diversos outros indicadores poderiam ser obtidos a partir dessa base, porém

esses quatro são suficientes para avaliar o cuidado que a gestão tem com a administração dos recursos financeiros do Município.

Como o objetivo do trabalho é a análise do desempenho dos municípios emancipados e seus respectivos municípios de origem, comparou-se, inicialmente, a receita própria dos municípios emancipados do ano 2009 e, depois, o mesmo foi feito com os dados de 2010.

Após a geração desse índice, para o ano 2009 e 2010, foram selecionados os três municípios emancipados que apresentaram melhores desempenhos, e os três municípios emancipados com piores desempenhos em cada ano, e comparados com os seus respectivos municípios de origem.

A Tabela 29 apresenta os três municípios emancipados, com o índice mais alto de receita própria *versus* receita total, e os três municípios emancipados, com o índice mais baixo, bem como os índices dos seus respectivos municípios de origem.

TABELA 29: Receita Própria *versus* Receita Total – Municípios Amostra – 2000, 2009 e 2010

Município	Tipo	IRP 2000	IRP 2009	IRP 2010
Rolador**	Filho	-	0,054	0,103
São Luiz Gonzaga	Mãe	0,174	0,304	0,256
São Pedro das Missões**	Filho	-	0,022	0,093
Palmeira das Missões	Mãe	0,163	0,136	0,142
Novo Xingu**	Filho	-	-0,003	-0,032
Constantina	Mãe	0,164	0,124	0,104
Itati**	Filho	-	-0,121	-0,018
Terra de Areia	Mãe	0,108	0,144	0,229
Bozano**	Filho	-	-0,129	-0,049
Ijuí	Mãe	0,148	0,544	0,530
Canudos do Vale**	Filho	-	-0,117	-0,113
Lajeado	Mãe	0,293	0,240	0,217
Progresso	Mãe	0,153	0,253	1,009
Coqueiro Baixo**	Filho	-	-0,130	-0,025
Nova Bréscia	Mãe	0,115	-0,022	0,099
Relvado	Mãe	0,080	-0,125	-0,098
Quatro Irmãos**	Filho	-	-0,084	-0,127
Erechim	Mãe	0,334	0,229	0,241
Jacutinga	Mãe	0,053	0,080	0,065
Santa Cecília do Sul**	Filho	-	-0,144	-0,193
Água Santa	Mãe	0,077	0,000	0,039
Caseiros	Mãe	0,080	0,061	0,130
Ibiaça	Mãe	0,135	0,061	0,198
Tapejara	Mãe	0,246	0,130	0,128

Fonte: Elaborado pelo autor.

O indicador Receita Própria *versus* Receita Total verifica o quanto o município se preocupou em criar receita própria e se tornar menos dependente das transferências. Quanto maior for esse índice, menos o município dependerá das receitas de transferências da União

ou do Estado. Com base na Tabela 29, os municípios emancipados, com melhor desempenho desse indicador, no ano 2009, são: Rolador, São Pedro das Missões e Novo Xingu, e os municípios que apresentaram piores desempenhos nesse indicador são: Santa Cecília do Sul, Coqueiro Baixo e Bozano, respectivamente.

Em comparação ao ano 2010, observa-se, na Tabela 29, que dois dos municípios emancipados que apresentaram melhores indicadores de receita própria em 2009 estavam, também, entre os melhores em 2010; são eles, os municípios de Rolador e de São Pedro das Missões, acrescidos de Itati, que obteve uma melhora no seu desempenho em relação a 2009. Quanto aos piores desempenhos de receita própria em 2010, encontram-se Santa Cecília do Sul, Canudos do Vale e Quatro Irmãos. Ainda de acordo com a Tabela 29, os municípios de origem apresentaram melhores índices quando analisados em comparação aos municípios emancipados. Dos nove municípios emancipados analisados, seis apresentaram aumento no índice de receita própria, e, dos 15 municípios de origem, 11 apresentaram aumento no índice de receita própria.

A Tabela completa, com todos os indicadores financeiros e orçamentários dos municípios da amostra, encontra-se no Apêndice D.

A Tabela 30 apresenta os três municípios emancipados, com o índice mais alto de dívida ativa, e os três municípios emancipados, com o índice mais baixo de dívida ativa, bem como os índices dos seus respectivos municípios de origem.

TABELA 30: Dívida Ativa *versus* Receita Corrente – Municípios Amostra – 2009 e 2010

Município	Tipo	IDA 2000	IDA 2009	IDA 2010
Aceguá**	Filho	-	0,057	0,041
Bagé	Mãe	0,720	1,008	0,978
Capão do Cipó**	Filho	-	0,031	0,034
Santiago	Mãe	0,363	0,130	0,112
São Miguel das Missões	Mãe	0,095	0,063	0,035
Tupanciretã	Mãe	0,133	0,177	0,124
Forquetinha**	Filho	-	0,028	0,035
Lajeado	Mãe	0,000	0,181	0,000
Tio Hugo**	Filho	-	0,016	0,189
Ernestina	Mãe	0,119	0,000	0,093
Ibirapuitã	Mãe	0,055	0,055	0,000
Victor Graeff	Mãe	0,009	0,015	0,015
São José do Sul**	Filho	-	0,000	0,005
Maratá	Mãe	0,083	0,000	0,000
Montenegro	Mãe	0,000	0,205	0,188
Salvador do Sul	Mãe	0,000	0,044	0,000
Canudos do Vale**	Filho	-	0,017	0,000
Lajeado	Mãe	0,000	0,181	0,000
Progresso	Mãe	0,016	0,037	0,000
Itati**	Filho	-	0,000	0,000
Terra de Areia	Mãe	0,374	0,183	0,148
Santa Cecília do Sul**	Filho	-	0,000	0,000
Água Santa	Mãe	0,061	0,000	0,018
Caseiros	Mãe	0,025	0,000	0,000
Ibiaça	Mãe	0,049	0,000	0,000
Tapejara	Mãe	0,253	0,165	0,118

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com a Tabela 30, os municípios emancipados, com melhores desempenhos no Índice de dívida ativa, no ano de 2009, foram: Aceguá, Capão do Cipó e Forquetinha. Os municípios que apresentaram piores desempenhos foram: Itati, Santa Cecília do Sul e São José do Sul. Em 2010, os municípios que apresentaram melhores desempenhos no indicador de Dívida Ativa, foram: Tio Hugo, Aceguá e Forquetinha. Os municípios que apresentaram piores desempenhos no IDA, no período de 2010, foram: Canudos do Vale, Itati e Santa Cecília

Ainda de acordo com a Tabela 30, os municípios emancipados, que apresentaram melhores desempenhos no indicador de dívida ativa, quando comparados com os municípios de origem, revelaram um desempenho inferior. Esse indicador, que evidencia o cuidado com as dívidas fiscais pendentes, ou seja, o empenho da administração na cobrança de dívidas fiscais, quanto maior for o índice, maior o empenho da gestão nas ações de cobrança. O município que apresentou um melhor desempenho foi o município de Tio Hugo, que se originou de Ernestina, que apresentou aumento no índice quando comparado ao período de 2000, antes da emancipação de Tio Hugo, e apresentou uma redução no índice de dívida ativa

quando comparado com o período de 2010. No entanto, observa-se que a maioria dos municípios teve desempenho muito próximo a zero, o que significa pouco cuidado dos municípios com as dívidas fiscais pendentes.

A Tabela 31 apresenta os três municípios emancipados com o índice mais alto de eficiência orçamentária, e os três municípios emancipados com o índice mais baixo de eficiência orçamentária, bem como os índices dos respectivos municípios de origem.

TABELA 31: Eficiência Orçamentária – Municípios Amostra – 2009 e 2010

Município	Tipo	IEO 2000	IEO 2009	IEO 2010
Capão Bonito do Sul**	Filho	-	0,002	0,071
Lagoa Vermelha	Mãe	-0,035	0,031	0,058
Boa Vista do Cadeado**	Filho	-	0,007	0,014
Ijuí	Mãe	-0,001	-0,050	0,031
Quatro Irmãos**	Filho	-	0,050	0,000
Roca Sales	Mãe	-0,037	0,064	0,023
Erechim	Mãe	0,017	-0,014	0,020
Jacutinga	Mãe	-0,001	0,064	0,071
São Pedro das Missões**	Filho	-	-0,021	0,002
Palmeira das Missões	Mãe	0,032	0,132	0,088
Rolador**	Filho	-	0,006	-0,003
São Luiz Gonzaga	Mãe	-0,001	0,205	0,130
Lagoa Bonita do Sul**	Filho	-	-0,227	0,034
Sobradinho	Mãe	-0,051	-0,026	0,124
Forquetinha**	Filho	-	0,116	-0,047
Lajeado	Mãe	-0,017	-0,008	-0,045
Santa Cecília do Sul**	Filho	-	0,051	0,173
Água Santa	Mãe	-0,016	0,112	0,082
Caseiros	Mãe	0,022	0,175	0,143
Ibiaçã	Mãe	0,061	0,020	0,168
Tapejara	Mãe	-0,033	0,087	0,078
Itati**	Filho	-	-0,082	0,153
Terra de Areia	Mãe	-0,376	0,072	0,031
Coronel Pilar**	Filho	-	0,126	0,093
Garibaldi	Mãe	0,049	0,084	0,117

Fonte: Elaborada pelo autor.

Considera-se que não é objetivo do ente público obter superávits significativos e, com isto, economizar recursos que poderiam gerar benefícios à população, muito menos obter déficit, que demonstra indisciplina financeira. Em outras palavras, o melhor orçamento é aquele em que receitas e despesas estão equilibradas. Então, para efeito de construção desse indicador, quanto mais distante de zero for o resultado orçamentário, pior foi o desempenho do Município, não importando se foi déficit ou superávit.

De acordo com a Tabela 31, os municípios que apresentaram melhor desempenho no indicador de eficiência orçamentária, no ano 2009, foram: Capão Bonito do Sul, Rolador e

Boa Vista do Cadeado. Dos municípios que apresentaram piores desempenhos, apresentam-se: Lagoa Bonita do Sul, Coronel Pilar e Forquetinha.

Em 2010, a média dos municípios ficou em 0,030; dos 25 municípios, 16 apresentaram superávits, e o município de Quatro Irmãos apresentou o melhor desempenho, e foi o único dos municípios que apresentou valor igual a zero, o que significa que as receitas e despesas estão em equilíbrio, seguido de São Pedro das Missões e Rolador. Os municípios que apresentaram pior desempenho orçamentário, no ano 2010, foram: Santa Cecília do Sul, Itati e Coronel Pilar. Dos 25 municípios, oito apresentaram déficit, o que significa que os municípios gastaram mais do que arrecadaram.

Ainda de acordo com a Tabela 31, os municípios emancipados, em comparação com os seus respectivos municípios de origem, apresentaram melhores desempenhos. O melhor orçamento é aquele em que as receitas e despesas estão equilibradas, ou seja, quanto mais próximo de zero, melhor o resultado. O município emancipado de Capão Bonito do Sul, que apresentou melhor desempenho em relação aos municípios emancipados, também apresentou melhor desempenho em relação ao município de origem, Lagoa Vermelha. Os municípios que apresentaram menores variações foram os municípios emancipados, ou seja, os municípios emancipados apresentam um maior equilíbrio entre receitas e despesas.

A Tabela 32 apresenta os três municípios emancipados com o índice mais alto de solvência geral, e os três municípios emancipados com o índice mais baixo de solvência geral. Bem como os índices de solvência geral dos respectivos municípios de origem.

TABELA 32: Solvência Geral – Municípios Emancipados – 2009 e 2010

Município	Tipo	ISG 2000	ISG 2009	ISG 2010
Capão Bonito do Sul**	Filho	-	0,901	0,760
Lagoa Vermelha	Mãe	0,604	0,504	0,507
Capão do Cipó**	Filho	-	0,750	2,293
Santiago	Mãe	0,689	0,749	0,737
São Miguel das Missões	Mãe	0,645	0,704	0,668
Tupanciretã	Mãe	0,321	0,270	0,631
Quatro Irmãos**	Filho	-	0,846	0,865
Erechim	Mãe	0,618	0,737	1,000
Jacutinga	Mãe	0,474	0,653	1,658
Rolador**	Filho	-	1,019	0,850
São Luiz Gonzaga	Mãe	0,630	0,605	0,628
Paulo Bento**	Filho	-	0,297	0,667
Barão do Cotegipe	Mãe	0,740	0,862	0,928
Erechim	Mãe	0,618	0,737	1,000
Jacutinga	Mãe	0,474	0,653	1,658
Ponte Preta	Mãe	0,704	0,664	0,644
Coronel Pilar**	Filho	-	0,183	0,725
Garibaldi	Mãe	0,886	0,647	0,725
Roca Sales	Mãe	0,650	0,594	0,604
Forquetinha**	Filho	-	0,171	0,651
Lajeado	Mãe	0,676	0,722	0,716
Novo Xingu**	Filho	-	0,575	0,554
Constantina	Mãe	0,519	0,507	0,540
Arroio do Padre**	Filho	-	0,483	0,495
Pelotas	Mãe	0,555	0,422	0,500
Coqueiro Baixo**	Filho	-	0,498	0,419
Relvado	Mãe	0,643	0,617	0,611

Fonte: Elaborada pelo autor.

Esse indicador mostra a capacidade financeira do município de pagar as dívidas de curto prazo. A piora persistente nesse índice levará a prefeitura a atrasos no pagamento de seus credores, inclusive da folha de pagamento.

Segundo a Tabela 32, os municípios emancipados que apresentam melhores desempenhos, no ano 2009, no indicador de Solvência Geral, foram: Rolador, Capão Bonito do Sul e Quatro Irmãos. Os municípios com piores desempenhos foram: Paulo Bento, Coronel Pilar e Forquetinha. No ano 2010, os municípios que apresentaram melhores desempenhos no índice de solvência geral foram: Capão do Cipó, Quatro Irmãos e Rolador. Dos 25 municípios analisados, oito apresentaram valores acima da média em 2010.

Ainda de acordo com a Tabela 32, os municípios emancipados apresentaram melhores desempenhos que os municípios de origem no indicador de Solvência Geral. Esse indicador analisa a capacidade financeira do município de pagar as dívidas de curto prazo, portanto, quanto maior for o índice, maior a capacidade financeira do município. O município emancipado de Rolador apresentou melhor desempenho em relação aos municípios

emancipados analisados; se comparado com seu respectivo município de origem, São Luiz Gonzaga, este apresentou índices inferiores aos do município emancipado, no entanto, apresentou um progresso no índice em relação aos períodos de análise; já o município de Rolador apresentou redução no índice de solvência geral de 2009 para 2010.

4.4 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Os dois indicadores selecionados - o PIB per capita (indicador econômico) e o IDESE (indicador de desenvolvimento humano) – foram coletados no *site* da FEE. O PIB de todos os municípios do Estado do RS é divulgado pela FEE, em conjunto com o IBGE. Em 14 de dezembro de 2011, a FEE divulgou o PIB municipal de 2009; em detrimento disso, o período de análise desse indicador refere-se aos anos de 2000, 2008 e 2009; dessa forma, segue-se a premissa de analisar um ano antes ao período emancipatório, e os dois últimos anos mais atuais, após o período emancipatório.

O IDESE também é um indicador divulgado pela FEE, e o último ano divulgado pela FEE refere-se a 2008; assim sendo, foram coletados os dados dos anos de 2000, 2007 e 2008. Os valores coletados do IDESE, para os 66 municípios da amostra, encontram-se no Anexo B.

Os censos são realizados a cada dez anos, no entanto, a FEE faz uma projeção anual e, por esse motivo, os dados relativos à população anual dos municípios da amostra foram coletado no *site* da FEE. Com relação à população, foram coletados os dados referentes aos anos de 2000, 2007, 2008, 2009 e 2010. Os valores coletados da população para os 66 municípios da amostra encontram-se no Anexo C.

A Tabela 33 apresenta os três municípios emancipados com melhores desempenhos no PIB per capita, e os três municípios emancipados com piores desempenhos no PIB per capita, bem como os índices dos seus respectivos municípios de origem.

TABELA 33: PIB *per capita* – Municípios Amostra – 2000, 2008 e 2009

Municípios	Tipo	PIB 2000 a valores constantes de 2009	PIB 2008 a valores constantes de 2009	PIBpc 2009
Pinhal da Serra**	Filho	-	53.887	63.421
Esmeralda	Mãe	11.491	21.381	17.843
Boa Vista do Cadeado**	Filho	-	42.390	34.793
Augusto Pestana	Mãe	9.635	19.144	17.362
Cruz Alta	Mãe	12.818	22.927	23.659
Ijuí	Mãe	15.268	18.603	18.703
Capão do Cipó**	Filho	-	34.040	30.247
Santiago	Mãe	8.194	9.839	9.712
São Miguel das Missões	Mãe	11.892	23.673	21.976
Tupanciretã	Mãe	14.239	25.895	25.044
Coqueiro Baixo**	Filho	-	10.726	10.208
Nova Brésia	Mãe	9.557	12.971	12.840
Relvado	Mãe	8.380	11.557	11.405
Arroio do Padre**	Filho	-	8.713	9.039
Pelotas	Mãe	10.708	10.932	11.148
Itati**	Filho	-	6.766	6.366
Terra de Areia	Mãe	6.798	8.289	8.175

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 33, os municípios emancipados que apresentaram melhores desempenhos no PIB per capita, no ano 2008, também apresentaram melhores desempenhos em 2009, e foram: Pinhal da Serra, Boa Vista do Cadeado e Capão do Cipó. Os municípios emancipados que apresentaram piores desempenhos nesse indicador foram: Coqueiro Baixo, Arroio do Padre e Itati. Observa-se que, com exceção a Pinhal da Serra, os demais municípios diminuíram o progresso nesse indicador.

Ainda de acordo com a Tabela 33, os municípios emancipados apresentaram melhores desempenhos do PIB per capita, no período de 2008 e 2009, em comparação ao mesmo período analisado nos municípios de origem. O município emancipado de Pinhal da Serra apresentou valores superiores e também um maior progresso no PIB per capita em relação ao seu respectivo município de origem e demais municípios da amostra.

A Tabela 34 apresenta os três municípios emancipados com melhores desempenhos no IDESE, e apresenta os três municípios emancipados com piores desempenhos no IDESE, bem como os índices do IDESE dos seus respectivos municípios de origem.

TABELA 34: IDESE – Municípios Amostra – 2000, 2007 e 2008

Municípios	Tipo	IDESE-2000	IDESE-2007	IDESE-2008
Mato Queimado**	Filho	-	0,734	0,727
Caibaté	Mãe	0,704	0,750	0,749
Novo Xingu**	Filho	-	0,705	0,704
Constantina	Mãe	0,719	0,744	0,744
Rolador**	Filho	-	0,686	0,701
São Luiz Gonzaga	Mãe	0,744	0,779	0,776
São Pedro das Missões**	Filho	-	0,585	0,597
Palmeira das Missões	Mãe	0,706	0,742	0,749
Canudos do Vale**	Filho	-	0,586	0,586
Lajeado	Mãe	0,754	0,783	0,786
Progresso	Mãe	0,600	0,624	0,633
Arroio do Padre**	Filho	-	0,578	0,585
Ijuí	Mãe	0,768	0,806	0,806

Fonte: Dados da Pesquisa.

O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifiquem os municípios em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,4999), médio (0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800).

Com base na Tabela 34, no ano 2007, os municípios emancipados, com melhores desempenhos no IDESE, foram: Mato Queimado, Novo Xingu e Rolador. No entanto, nenhum dos municípios emancipados apresentou um alto nível de desenvolvimento, todos os municípios da amostra encontram-se no nível de desenvolvimento médio. Os municípios emancipados que apresentaram piores desempenhos no IDESE foram: São Pedro, Canudos e Arroio do Padre. No período de 2008, os índices apresentaram uma pequena evolução, mas, assim como no ano anterior, nenhum dos municípios apresentou alto desenvolvimento.

Ainda segundo a Tabela 34, os municípios de origem apresentaram melhores desempenhos que os municípios emancipados analisados nos períodos de 2007 e 2008; apenas o município de Ijuí (origem) apresentou um alto nível de desenvolvimento em comparado com os demais municípios. Nenhum município da amostra apresentou desenvolvimento baixo. Mesmo os municípios com piores desempenhos, apresentaram um nível médio de desenvolvimento.

4.5 ANÁLISE GERAL DOS MUNICÍPIOS CRIADOS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM

A análise de desempenho de arrecadação, realizada nos 66 municípios da amostra, revela uma forte dependência dos recursos transferidos da União e do Estado. Sendo que dos 25 municípios emancipados analisados, apenas três municípios não apresentam receita própria negativa, o que significa dizer que a grande maioria depende totalmente dos recursos transferidos da União e do Estado. Examinando esses dados, surge um questionamento: será que se esses municípios estivessem juntos receberiam menos transferências? Para responder essa questão, foram escolhidos dois municípios — um município de origem e um município emancipado — e feito o cálculo do índice de ICMS, e, após, somaram-se, ao município de origem, os dados envolvidos na elaboração do índice, como: valor adicionado, população e área territorial. Os cálculos encontram-se no Apêndice E.

O município de origem apresentou um índice municipal de ICMS de 0,406129; o município emancipado apresentou um índice municipal de ICMS de 0,230892; e, quando somados os dados do município emancipado ao município de origem, o índice municipal apresentado foi de 0,66655. Portanto, os municípios separados representam, para a União, um maior dispêndio no valor a ser distribuído, pois a soma dos índices municipais de ICMS (separados) resulta num índice de ICMS superior ($IM=0,696732$) ao que se obteria se eles estivessem juntos.

Os municípios emancipados analisados que não apresentaram receita própria negativa foram: Novo Xingu (2009), São Pedro das Missões (2009) e Rolador (2009 e 2010). Os demais municípios da amostra, ou seja, 95% dos municípios, dependem das transferências realizadas pela União e pelo Estado. Embora os municípios citados não tenham apresentado índices negativos, os percentuais de receita própria em relação à receita total apresentaram valores muito baixos, a soma dos percentuais de recursos próprios arrecadados não ultrapassa 20%.

A análise de desempenho de arrecadação feita nos municípios revela que todos os municípios dependem das transferências de recursos da União e do Estado e que, pelo fato de os municípios emancipados serem menores, ou melhor, terem menos habitantes que os municípios de origem, a geração de recurso própria é menor. Todos os municípios que foram instalados em 2001 apresentaram, no período de 2009 e 2010, população inferior a 5.000 habitantes. As informações coletadas referentes à população apresentam-se no Anexo C.

Dos municípios emancipados, no período de 2009 e 2010, aqueles que apresentaram uma maior variação na arrecadação dos recursos próprios foram: São Pedro das Missões, que reduziu a arrecadação de receita própria de 2% para 9% negativo; e o município de Coqueiro Baixo, que aumentou sua arrecadação própria de 13% negativo para 2% negativo. E dos municípios de origem, no período de 2009 e 2010, os municípios que apresentaram maior variação foram: Ponte Preta, que reduziu sua arrecadação de receita própria de 25% para 11% negativo; e o município Nova Bréscia, que aumentou sua arrecadação própria de 2% negativo para 10%.

O município de São Pedro das Missões (emancipado), comparado ao município de Palmeiras das Missões (mãe do município São Pedro das Missões), reduziu, ao longo da análise, o seu percentual de arrecadação própria: em 2000, o município de Palmeiras das Missões arrecadou de receita própria 16%; em 2009, esse percentual reduziu para 14% e, em 2010, reduziu para 13%. O município de São Pedro das Missões, em 2009, arrecadou 2% de receita própria e, em 2010, essa arrecadação foi de 9% negativo. O que revela que o município emancipado, em comparação ao desempenho do município de origem, apresentou piora.

Para a realização da análise de perfil dos gastos dos municípios, foram coletados os valores desembolsados por município da amostra relativos a educação, saúde, saneamento e habitação, desembolsos considerados por este estudo que, de alguma forma, podem refletir na qualidade de vida da população local. Os gastos com a função legislativa foram incluídos na coleta para avaliar e dimensionar, especificamente, o volume e a relevância relativa desses gastos da administração na esfera executiva. Das variáveis relativas à despesa coletada nos municípios, observa-se que, na maioria dos municípios, o maior desembolso foi com a educação, 44%, saúde, 36%, função legislativa, 7%, urbanismos, 6%, habitação, 4, saneamento, 2%, e cultura, 1%. Dos 25 municípios emancipados analisados, 13 apresentaram desempenho inferior aos seus municípios de origem.

No ano 2009, o município emancipado que apresentou menor desempenho nos gastos pesquisados foi São José do Sul (24%); seus municípios de origem, no mesmo período, apresentaram valores superiores: Marata, 42%, Montenegro, 61%, e Salvador do Sul, 54%. Nesse mesmo período, o município emancipado com maior desempenho nos gastos pesquisados foi Mato Queimado (65%); seu município de origem, no mesmo período, apresentou desempenho inferior, Caibaté, 47%. No ano 2010, o município emancipado que apresentou menor desempenho nos gastos pesquisados foi Novo Xingu (39%); seu município de origem apresentou desempenho superior, Constantina, 49%; no mesmo período, o

município emancipado com melhor desempenho foi Mato Queimado (67%) e seu município de origem apresentou menor desempenho, Caibaté, 50%.

Na análise dos índices financeiros e orçamentários, foram analisados quatro indicadores: receita própria *versus* receita total; dívida ativa *versus* receita corrente; solvência geral; e eficiência orçamentária.

A análise do indicador de receita própria *versus* receita total revelou que os municípios de origem possuem melhores desempenho nesse indicador: dos 25 municípios emancipados, 22 apresentaram índice negativo e, quando comparados aos respectivos municípios de origem, todos os 22 municípios apresentaram índices inferiores aos encontrados nos seus municípios de origem. Os municípios de origem que apresentaram desempenhos inferiores aos municípios emancipados foram: Relvado (2009 e 2010), que cedeu território para Coqueiro Baixo (filho); Ernestina (2009 e 2010), que cedeu território para Tio Hugo (filho); Jacutinga (2009 e 2010) e Ponte Preta (2010), que cederam território para Paulo Bento (filho).

A análise do indicador de dívida ativa *versus* receita corrente revelou que os municípios de origem possuem melhores desempenhos nesse indicador: dos 25 municípios emancipados, 22 apresentaram valores inferiores aos seus municípios de origem. Os municípios de origem que apresentaram desempenhos inferiores aos municípios emancipados foram: Lajeado (2010), que cedeu território para Forquetinha; Ernestina (2009 e 2010), Ibirapuitã (2010) e Victor Graeff (2009 e 2010), que cederam território para Tio Hugo (filho); e Erechim (2010), que cedeu território para Paulo Bento (filho).

A análise do indicador de solvência geral revelou que, dos 25 municípios emancipados, 11 possuem desempenhos superiores aos seus respectivos municípios de origem, cinco municípios emancipados possuem desempenhos inferiores em relação ao respectivo município de origem, e nove municípios apresentam melhores desempenhos parcialmente, ou seja, em um ano, é o município de origem que apresenta melhor desempenho e, no outro ano, é o município emancipado que apresenta melhor desempenho.

Segundo a análise do indicador de eficiência orçamentária, dos 25 municípios emancipados, seis apresentaram melhores desempenhos em relação aos municípios de origem; três municípios emancipados apresentaram desempenhos inferiores em relação ao município de origem, e 16 municípios apresentaram melhores desempenhos parcialmente, ou seja, em um ano, foi o município de origem que apresentou índices mais altos, no outro ano, foi o município emancipado que apresentou índices mais altos.

Quanto à análise dos indicadores socioeconômicos, foram analisados dois indicadores – IDESE e PIB *per capita*. Os municípios de origem apresentaram melhor desempenho no IDESE e os municípios criados apresentaram melhor desempenho no PIB *per capita*.

De acordo com a análise do IDESE, nenhum dos 25 municípios emancipados apresentou índice superior ao apresentado pelo município de origem.

A análise do PIB *per capita* revela que, dos 25 municípios emancipados, sete apresentaram melhor desempenho que seu respectivo município de origem; dez apresentaram desempenho inferior aos municípios de origem, e oito municípios apresentaram melhores desempenhos parcialmente, ou seja, em um ano, foi o município de origem que apresentou índices mais altos, no outro ano, foi o município emancipado que apresentou índices mais altos.

A Tabela apresenta a análise geral dos municípios emancipados em relação aos seus respectivos municípios de origem.

TABELA 35: Análise Geral dos Municípios Emancipados versus seus Municípios de Origem

Variáveis	% Desempenho Superior	% Desempenho Inferior	Desempenho Parcial	TOTAL
Arrecadação	0	100	0	100
Gastos	48	52	0	100
IRP	12	88	0	100
IDA	12	88	0	100
IEO	24	12	64	100
ISG	44	20	36	100
PIB per capita	28	40	32	100
IDESE	0	100	0	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 35, os municípios emancipados apresentaram desempenhos superiores aos seus municípios de origem no indicador de eficiência orçamentária (IEO) e no indicador de solvência geral (ISG); no entanto, observa-se que, nesses indicadores, há um percentual elevado de desempenho parcial, o que significa que, em um ano, os municípios de origem apresentaram melhores resultados que os municípios emancipados e que, no outro ano, foram os municípios emancipados que apresentaram melhores resultados. Os municípios de origem apresentaram desempenhos superiores aos municípios emancipados nos indicadores de arrecadação, gastos, PIB *per capita* e IDESE.

As Tabelas completas, contendo as informações coletadas de todos os 66 municípios, encontram-se nos Apêndices B, C, e D; bem como nos Anexos B e C.

4.6 ANÁLISE GLOBAL DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS *VERSUS* MUNICÍPIOS ORIGEM

Após realizar a análise individual dos municípios emancipados e seus respectivos municípios de origem, examinar os municípios emancipados com melhores e piores desempenhos de acordo com as variáveis selecionadas, bem como examinar como se comportaram seus respectivos municípios de origem, é feita a análise por grupos, ou seja, os municípios emancipados *versus* os municípios de origem.

Para tanto, foi gerado a média de cada uma das variáveis, para os dois grupos, emancipados e de origem, posteriormente feita a diferença dessas médias com o teste t, no *software Eviews 5*.

O Teste t serve para avaliar a significância estatística de cada uma das variáveis explicativas; em termos práticos, testa-se a hipótese nula de que a variável em questão é igual a zero, considerando um determinado nível de significância. O Teste t segue uma distribuição t de Student com $n - 2$ graus de liberdade (onde n indica o número de observações na amostra), de forma que, se o valor calculado for maior que o tabelado, rejeita-se a hipótese de que o coeficiente é estatisticamente igual a zero. Uma alternativa ao uso de tabelas estatísticas é a observação do p-valor, que fornece a probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira. Normalmente, considera-se um valor p de 0,05 como o patamar para avaliar a hipótese nula. Se o valor p for inferior a 0,05, podemos rejeitar a hipótese nula. A Tabela 36 apresenta a diferença das médias e o resultado do teste t.

TABELA 36: Médias dos Municípios Emancipados e de Origem – 2009 e 2010

Variáveis/Ano	Média Mães	Média Filhos	TESTE T
RP2009	14,55	-8,16	p=0,9598
RP2010	13,24	-6,32	
RT2009	85,44	108,32	
RT2010	86,75	106,32	
Educação2009	24,44	18,92	
Educação2010	26,53	20,56	
Cultura2009	0,75	0,76	
Cultura2010	0,77	0,80	
Saúde2009	18,22	19,36	
Saúde2010	19,75	20,72	
Saneamento2009	0,66	1,16	
Saneamento2010	0,68	2,12	
Habituação2009	2,04	0,20	
Habituação2010	3,11	0,96	
Urbanização2009	3,11	2,80	
Urbanização2010	4,08	4,04	
Legislativo2009	3,20	4,24	
Legislativo2010	3,30	4,36	
Idese2007	0,734	0,650	
Idese2008	0,737	0,653	
PIBpc2008	18.179,00	19.381,00	
PIBpc2009	17.747,00	18.388,00	
IRP2009	0,152	-0,082	
IRP2010	0,164	-0,058	
IDA 2009	0,140	0,012	
IDA 2010	0,109	0,019	
IEO2009	0,073	0,001	
IEO2010	0,041	0,030	
ISG2009	0,621	0,634	
ISG2010	0,693	0,755	

Fonte: Dados da pesquisa.

As médias foram geradas para cada variável, de acordo com o respectivo período analisado. Utilizou-se o programa *Excel*® para calcular as médias e o Teste t foi realizado no *software Eviews 5*. O teste t apresentou, para os dados da Tabela 36, um valor p de 0,9598. Isso significa que as médias não são diferentes, com praticamente 95% de confiança.

Portanto, pode-se concluir que os municípios emancipados e seus respectivos municípios de origem não possuem diferenças significativas entre suas médias. Outra observação, com relação às médias, é que os municípios emancipados apresentaram médias superiores aos municípios de origem nas receitas de transferências; nos gastos relativos à cultura, saúde, saneamento e função legislativa; no PIB per capita, e nos indicadores de eficiência orçamentária e solvência geral.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÃO

Por meio deste estudo, buscou-se analisar o desempenho econômico de municípios gaúchos emancipados e seus municípios de origem.

Dos 66 municípios que compõem a amostra, 25, são municípios emancipados e, 41, seus respectivos municípios de origem. O desempenho dos municípios de origem foi analisado no período de um ano antes da data de emancipação e os últimos dois anos pós-emancipação, ou seja, na pré-emancipação, o período corresponde a 2000 e, na pós-emancipação, o período corresponde entre 2009-2010.

Ao analisar o desempenho de arrecadação dos municípios da amostra, constatou-se que, em sua maioria, esses se utilizam de um percentual elevado das receitas oriundas de transferências realizadas pelo Estado e pela União. Quando analisados os municípios emancipados em comparação aos municípios de origem, observa-se que os municípios que se emanciparam apresentam uma maior dependência dos recursos transferidos do que os municípios de origem.

A análise do perfil dos gastos dos municípios emancipados e de seus respectivos municípios de origem revela que os municípios emancipados desembolsaram percentuais inferiores aos municípios de origem relativos à soma dos gastos com educação, saúde, cultura, saneamento, habitação, urbanização e com a função legislativa. Nos três períodos de análise, o desembolso com a função legislativa foi superior ao desembolso com habitação, saneamento, urbanização e cultura. Esse fato ocorreu em todos os municípios analisados, independentemente de emancipados ou de origem.

Das variáveis relativas à despesa, coletadas nos municípios, observa-se que, na maioria dos municípios, o maior desembolso foi com a educação, 44%, saúde, 36%, função legislativa, 7%, urbanismos, 6%, habitação, 4, saneamento, 2%, e cultura, 1%. Dos 25 municípios emancipados analisados, 13 apresentaram desempenho inferior aos seus municípios de origem.

Na análise dos índices financeiros e orçamentários, foram considerados quatro indicadores: receita própria *versus* receita total; dívida ativa *versus* receita corrente; solvência geral; e eficiência orçamentária.

A análise da receita própria *versus* a receita total revelou que os municípios emancipados apresentaram pior desempenho quando comparados com seus municípios de origem e, de uma forma geral, todos os 66 municípios da amostra dependem fortemente dos recursos que são transferidos da União e do Estado. Esse indicador fortalece o resultado apresentado no desempenho de arrecadação dos recursos.

A análise da dívida ativa *versus* receita corrente revelou que, dos 25 municípios emancipados, 22 apresentam valores inferiores aos seus municípios de origem, o que revela uma baixa preocupação dos municípios em realizar ações de cobrança de pendências fiscais.

A análise da solvência geral no intuito de verificar a capacidade dos municípios de liquidar as dívidas de curto prazo, revelou que os municípios de origem apresentam melhor desempenho nesse indicador.

A análise da eficiência orçamentária revelou que, dos 25 municípios emancipados, seis apresentaram desempenhos superiores aos seus municípios de origem. Esse indicador revela o equilíbrio das contas de receitas e despesas. Os resultados não são muito satisfatórios, pois muitos dos municípios da amostra apresentaram déficit e/ou superávit, quando, para esse indicador, um resultado ideal seria mais próximo de zero.

Na análise dos indicadores socioeconômicos, foram examinados dois indicadores – IDESE e PIB *per capita*.

Os municípios emancipados apresentaram desempenho inferior aos seus municípios de origem com relação ao IDESE. O município de Mato Queimado lidera o *ranking* dos municípios emancipados da amostra, com o índice de 0,727, no ano de 2008; seu município de origem, Caibaté, atingiu o índice de 0,749, no mesmo período, ou seja, o município de origem apresentou melhor desempenho que o município emancipado. O município que apresentou maior crescimento no IDESE foi Rolador (emancipado), que cresceu 2,1%, de 2007 para 2008. No estado do Rio Grande do Sul, no período de 2008, segundo a FEE, o município que lidera o *ranking* é Caxias do Sul, com o índice de 0,856, acima da média estadual, que é 0,772.

A análise do PIB *per capita* revelou que, dos 25 municípios emancipados, sete apresentaram valores superiores aos seus municípios de origem; no entanto, é importante salientar que nem sempre um grande PIB resulta numa elevada renda *per capita*, pois ela não depende apenas das riquezas produzidas, mas, também, do tamanho da população do município. Essa afirmativa justifica um elevado valor do PIB *per capita* para os municípios emancipados, pois os municípios emancipados possuem população inferior a 5.000

habitantes, no período até 2010, e, nos municípios de origem, a população varia de 1.750 habitantes a 328.000 habitantes, no mesmo período.

Diante do exposto, é possível identificar que os municípios emancipados apresentaram, em sua maioria, desempenhos inferiores em todos os indicadores pesquisados neste estudo, sendo que, em relação ao IDESE, nenhum dos municípios emancipados apresentou desempenho superior ao seu município de origem.

No entanto, o teste de diferença de médias revelou que não há diferenças significativas entre as médias dos municípios emancipados e de origem. Logo, se o desempenho dos municípios se assemelha, a justificativa de emancipação pode estar atrelada a questões e interesses políticos que estão fora do âmbito da análise deste estudo.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Dado que uma pesquisa não se esgota em si mesma, a pesquisa realizada proporcionou suposições adicionais para o desenvolvimento de novos estudos. Sugerem-se:

- a) Comparar os desembolsos realizados com os limites permitidos para cada função, limites esses determinados na LRF. Essa comparação permite aos cidadãos verificar se os municípios planejam o orçamento de forma a utilizar todo o limite necessário para cada função do governo.
- b) Utilizar os dados coletados e aplicar o *Software* Sistema de Conversão de Informações Municipais desenvolvido pelo prof. Carlos Paiva, da FEE-RS. O referido *software* converte os valores de variáveis absolutas municipalizadas de acordo com qualquer distribuição do território do Rio Grande do Sul, após 1983, para a estrutura municipal vigente no Estado entre 1966 e 1982. A utilização do *software* permite reagrupar um município que tenha sido deflacionado, no entanto, essa conversão é sempre para a malha de 1982. A FEE-RS está estudando uma forma de que esta conversão seja para qualquer tempo.
- c) Aplicar o modelo proposto em outros Estados do Brasil, para possíveis comparações de desempenho socioeconômico.
- d) Verificar fatores que podem ter influenciado para que os municípios emancipados apresentassem desempenhos inferiores aos dos seus municípios de origem.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALONSO, M. Custos nos serviços públicos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 50, n.1, p-37-63, jan./mar., 1999.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RS. **Consulta ao número de distritos que possuem processos emancipatórios protocolados**. Set. 2001.

BANDEIRA, P. S. **Articulação de Atores Sociais, Capital Social e Desenvolvimento Regional: o caso dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. In: BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (Org.). **Desigualdades Regionais**, v.67, p.219-250, Salvador, 2004. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_67/pedro_silveira_bandeira.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2011.

BARDO, J.; BARDO, D. A Re-Examination of subjective components of community satisfaction in a British New Town. **Journal of Social Psychology**, v.120, n.1, p.35-43, 1983.

BAROCHO, M. A. P. A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governance e accountability. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v.34, n.1, p.129-161, jan./mar. 2000.

BATISTA, F. F. **Elaboração de indicadores de desempenho institucionais**. São Paulo: Instituto Serzedello Correa, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/constituicao/contitui%C3%A7ao.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

BRASIL. Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. **Supremo Tribunal de Justiça**.

BRASIL. **Decreto Lei nº 77, de 1990**. Brasília, DF, 21 agosto de 1990. Acordo constitutivo do centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD

BRASIL. **Decreto Lei nº 200, de 1967**. Brasília, DF, 25 fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

BRASIL. **Plano Diretor Reforma do Estado**. Brasília, DF, novembro 1995. Define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira.

BRASIL. **Decreto nº 83.936, de 1979.** Brasília, DF, 06 setembro de 1979. Institui o Programa Nacional de Desburocratização

BRASIL. **Substitutivo do Projeto de Lei nº. 1.121/2007.** Brasília, 17 de outubro de 2008. Regulamenta os estudos de viabilidade municipal previstos como requisito para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios pelo §4º do Art. 18 da CF.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil – **Dados contábeis dos municípios.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica>>. Acesso em: 20 maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Plano de contas aplicado ao setor público:** manual técnico de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Superior Tribunal de Justiça.**

BRASIL. Lei Complementar nº. 101, 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Superior Tribunal de Justiça.**

BRASIL. Receita Federal. Receitas tributárias dos Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/Carga_Fiscal/1997/Receitas_Est_Mun.htm> Acesso em: 04 maio 2011.

BREMAEKER, F. E. J. **Os novos municípios brasileiros instalados entre 1980 e 1990.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1991.

_____. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v.40, n.206, p.88-99, jan./mar. 1993.

_____. Limites à criação de novos municípios: a emenda constitucional n. 15. **RAM**, Rio de Janeiro, v.43, n.219, p.118-128, abr./dez. 1996.

_____. **Evolução do quadro municipal brasileiro no período entre 1980 e 2001.** Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C. B. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v.47, n.1, p.12-23, jan./abr. 1996.

_____. B. Estratégia para um novo Estado. **Revista de Economia Política**, v.17, n.3, p.24-38, jul./set. 1997.

_____. A reforma gerencial do estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, v.34, n.4, p.55-72, jul./ago., 2000.

_____. Uma nova gestão para um novo Estado: liberal, social e republicano. **Revista do Serviço Público**, v.52, n.1, p.5-24, jan./mar., 2001.

_____. **Reforma do Estado para cidadania**. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: 34, 2002.

CAPUTO, D. A. General revenue sharing and American federalism: Towards the Year 2000. **Annals AAPSS**, Philadelphia, v.419, p.130-142, Mai. 1975.

CARVALHO, J. A. Criação de municípios e sucessão de direito público. **Revista de Administração Municipal**, IBAM, Rio de Janeiro, v.27, n.155, p.18-30, abr./jun. 1980.

CASTRO, J. N. **Direito municipal positivo**. 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CIGOLINI, A. A. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC, Florianópolis, 1999.

_____. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. In: **RA'EGA: O espaço geográfico em análise**, Curitiba, UFPR, n.5, p.47-66, 2001.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Regulamentação dos estudos de viabilidade municipal**. Portal Municipal. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/>> Acesso em: 05 set. 2008.

_____. **Consulta criação municípios**. Portal Municipal. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

CONSELHOR FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1.168**. Dispõe sobre as eleições diretas para os conselhos regionais de contabilidade e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cresp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1168.htm>. Acesso em: 07 nov. 2011.

COSTA, I. S.; MARTINS, S.; OLIVEIRA, A. R.; BRUNOZI JR, A. C. Análise dos municípios mineiros emancipados pós constituição de 1988: um estudo considerando aspectos sociais, de gestão e de finanças públicas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 20, 2009. **Anais...** Joinville: ENANGRAD, 2009.

DAGNAUD, M. Goursolas on New Towns: a critical comment. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.5, n.4, p.573-579, Dez. 1981.

FAVERO, E. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – Avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. Tese (Doutorado Engenharia de Construção Civil) EPUSP, São Paulo, 2004.

FERRAZ, J. F. **Urbis Nostra**. São Paulo: Pini, 1991.

FILIPPIM, E. S.; ROSSETO, C. R. Visões norteadoras de administração pública para o desenvolvimento num contexto regional. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006.

FRYER, K.; ANTONY, J.; OGDEN, S. Performance management in the public sector. **International Journal of Public Sector Management**, v.22, n.6, p-478-498, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE-RS). **FEEDADOS**. Coleta de Dados. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em: 07 nov. 2011.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Vários anos. Censos. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2007.

_____. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GOMES, G. M; MACDOWELL, M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios**: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. IPEA, Texto para Discussão nº 706, Brasília, fev. 2000.

GOURSOLAS, J. M.; ATLAS, M. New towns in the Paris Metropolitan Area: an analytic survey of the experience, 1965-79. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.4, n.3, p.405-421, 1980.

GRATERON, I R. G. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, n.21, p.01-18, maio/ago. 1999.

GUIMARAES, S. C. **Avaliação de desempenho da gestão pública municipal**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2008.

GUIMARAES, J. R. S.; JANUZZI, P. M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIV, ABEP. Caxambu, MG, 2004.

HELOU FILHO, E. A.; OTANI, N. A utilização de indicadores na administração pública: a Lei 12.120/2002 do Estado de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, v.9, n.17, jan./abr. 2007.

HOOD, C. The new public management in the 1980s: variation on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, v.20, n.2/3, p.93-109, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>> . Acesso em: 07 jul. 2011.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2001.

JANUZZI, F. J. **Avaliação de desempenho organizacional: um estudo de caso de empresas do setor químico.** Dissertação (Mestrado em Engenharia). Universidade de São Paulo. 2005.

JONES, L. R.; THOMPSON, F. Um modelo para a nova gerencia pública. **Revista do Serviço Público**, v.51, n.1, p.41-80, jan./mar. 2000.

KHAIR, A. A. Lei de Responsabilidade Fiscal. Guia de orientação para as prefeituras. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** Brasília, 2000.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública – RAP**, v.40, n.3, p.479-499, maio/jun. 2006.

KLERING, L. R. Experiências recentes em municípios brasileiros - Os novos municípios e as conquistas da autonomia. In: **Governo municipal na América Latina – Inovações e perplexidades.** Organizadores: Roberto Fachin & Alain Chanlat. Editora Sulina. UFRGS, 1998.

KLERING, L. R.; PORSSE, M. C. S.; GUADAGNIN, L. A. Novos caminhos da administração pública brasileira. **Análise (PUCRS)**, v.21, n.1, p.4-17, jan./jun. 2010.

LEAL, J. P. Custo na administração pública e inclusão social. In: **CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, IX**, Gramado, RS, Ago. 2003.

LUBAMBO, C. W. **Desempenho da gestão pública: que variáveis compõe a aprovação popular em pequenos municípios?** Sociologias, Porto Alegre, v.8, n.16, p.86-125, jul./dez. 2006.

MAANEN, J. V. Reclaiming qualitative methods for organization research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v.24, n.4, p.520-526, Dez, 1979.

MACHADO, J. A.; MELLO, G. R. A lei de responsabilidade fiscal e o impacto sobre o endividamento dos municípios paranaenses. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º**, São Paulo/SP, julho, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, 2008.

_____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, M. C. C. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao setor público. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v.11, n.2, p.11-26, abr./jun. 2007.

MATIAS PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas. **Revista Administração Pública** Rio de Janeiro, v.42, n.1, p.61-82, jan./fev. 2008.

_____. Governança corporativa aplicada ao setor público brasileiro. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v.2, n.1, p.110-135, jan./mar. 2010.

MESQUITA, Z. P. **Emancipações no RS**: alguns elementos para reflexão. Indicadores Econômicos da FEE, v.20, n.3, p.171-187, 1992.

MEIRELLES, H. L. **Direito municipal brasileiro**. 12.ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELLO, D. L. A multiplicação dos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v.39, n.203, p.23-28, abr./jun. 1992

_____. O governo municipal brasileiro: uma visão comparativa com outros países. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, p.36-53, 1993.

MELLO, G. R. **Governança Corporativa no Setor Público Federal Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). São Paulo: FEA/USP, 2006.

MESQUITA, Z. Emancipações no RS: alguns elementos para reflexão. **Análise Conjuntural**, v.20, n.3, Porto Alegre, nov. 1992.

MONTARO, F. **A prática da descentralização em São Paulo**. Pronunciamento no Congresso Nacional de Vereadores. Brasília, 19/08/1985.

MOREIRA, R. L.; ANGOTTI, M. BISPO, O. N. A.; GONÇALVES, M. A. Gestão Estratégica de Custos: Um estudo das prioridades de gastos dos municípios de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XV, Curitiba, Paraná, nov. 2008.

MOURA, R. A.; CHEIBUB, T. P.; COSTA NETO, E. S. Gestão de custos no setor público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 8, 2001, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ABC, 2001.

MOURA NETO, J. S.; PALOMBO, P. E. M. Lei de Responsabilidade Fiscal, transferências e arrecadação própria dos municípios brasileiros. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

NATHAN, R. P.; LAGO, J. R. Intergovernmental fiscal roles and relations. **Annals AAPSS**, Philadelphia, v.509, p.36-47, Mai. 1990.

NORONHA, R. **Movimentos de emancipação municipal no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1985**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

_____. Criação de novos municípios: o processo ameaçado. **Revista de Administração Municipal**, v.43, n.219, p.110-117, abr./dez. 1996.

NORONHA, R.; CARDOSO, E. D. Emancipações municipais: como ficam os municípios de origem? **Revista de Administração Municipal**, IBAM, Rio de Janeiro, v.42, n.214, p.67-80, jan./mar. 1995.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Os princípios da OCDE sobre os governos das sociedades**. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/1/42/33931148.pdf>> Acesso em: 07 maio 2011.

PALLOT, J. A wider accountability? The audit office and New Zealand's bureaucratic revolution. **Critical Perspectives on Accounting**, v.14, n.1/2, p.133-155, 2003.

PALONI, N. A. **O estudo de viabilidade municipal e seu impacto no desenvolvimento nacional**. Dissertação (Mestrado em filosofia) PUC_SP, São Paulo, 2008.

PEEL, M. The rise and fall of social mix in an Australian New Town. **Journal of Urban History**, v.22, n.1, p.108-140, 1995.

PETRI, N. **A lei 4.320/64 e os princípios de contabilidades geralmente aceitos**. Dissertação. FEA/USP, São Paulo, 1980.

PINTO, G. J. Município, descentralização e democratização do governo. **Caminhos de Geografia – Revista online**, v.3, n.6, p.1-21, jun. 2002.

POLLANEN, R. M. Performance measurement in municipalities: empirical evidence in Canadian context. **International Journal of Public Sector Management**, v.18, n.1, p.4-24, 2005.

POLLIT, C.; BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n.3, p.5-30, 2002.

POLLIT, C.; BOUCKAERT, G. **Public management reform: a comparative analysis**. Oxford University Press. U.K. 2000.

PRADO, S. **Transferências e financiamento municipal no Brasil. Trabalho elaborado no contexto do projeto: Descentralização fiscal e cooperação financeira intergovernamental**. EBAP/K. Adenauer, sob coordenação do professor Fernando A. Resende. São Paulo, 2001.

RADNOR, Z.; McGUIRE, M. Performance management: fact or fiction? **International Journal of Productivity Management**, v.53, n.5, 0.245-260, 2004.

RANTANEN, H.; KULMALA, H. I.; LÖNNQVIST, A.; KUJANSIVU, P. Performance measurement systems in the finnish public sector. **International Journal of Public Management**, v.20, n.5, p.415-433, 2007.

REIS FILHO, N. G. Urbanização e urbanismo no Brasil. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, **Cadernos de Pesquisa do LAP**, n.19, São Paulo, 1997.

REIS, P. R. C.; FIGUEIRAS, J. F.; OLIVEIRA, A. R. Análise comparativa dos indicadores socioeconômicos dos municípios mineiros emancipados após constituição de 1988 e seus

municípios de origem. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 6, 2010, Vitória. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD. 2010.

RIBEIRO, V. L. S. (Coord.) – **Conjuntura urbana – 2:** criação de novos municípios, Secretaria de Política Urbana, Brasília, março 1998.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 1999.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio de curso de administração:** guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. Colaboração: Grace Vieira Becker, Maria Ivone de Mello. São Paulo: Atlas, 1996.

RODHES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, v.44, n.4, p.652-667, 1996.

RUEDIGER, M. A. Governo eletrônico e democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **Organizações & Sociedade**, v.9, 25, p.29-43, set./dez., 2002.

SANTOS, H. M. Controle social e gestão pública. Ensaio sobre o uso de indicadores de desempenho para a ampliação da democracia participativa. **Assessoria de Comunicação – DMAE** – Porto Alegre, 2004.

SANTOS, L. A.; CADOSO, R. L. S. Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: Problemas e Perspectivas. In: CONCURSO DE ENSAYOS DE CLAD “CONTROL Y EVALUACIÓN DEL DESEMPEÑO GUBERNAMENTAL”, XV, Caracas, 2001.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP**, Rio de Janeiro, v.43, n.2, p.347-369, mar./abr. 2009.

SCHEDLER, K. Networked policing: towards a public marketing approach to urban safety. **German Policy Studies**, v.3, n.1, 2006.

SHIKIDA, C. D. **Emancipações de municípios em Minas Gerais (1995):** uma abordagem novo-institucionalista e de escolha pública. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, São Paulo, 1998.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muzkat. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação.** 4.ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2005.

SIQUEIRA, C. G. **Emancipação municipal pós constituição de 1988:** um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulista. Dissertação (Mestrado Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003.

SKABURSKI, A. Options the developing resource towns: the effects of increasing government involvement in New Town development. **The Journal of Architectural and Planning Research**, v.6, n.4, p.321-344, 1989.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública.** São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Manual de contabilidade pública:** Um enfoque na contabilidade municipal. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STREIT, R. E.; KLERING, L. R. Governança pública sob a perspectiva dos sistemas complexos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXIX, 2005.

TIMMERS, Hans. **Government Governance: corporate governance in the public sector, why and how?** The Netherlands Ministry of Finance. 9th Fee Public Sector Conference. November 2000. Disponível em: <<http://www.minfin.nl>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

TOMIO, F. R. L. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.48, p.61-89, 2002.

_____. Federalismo, municípios e decisões e legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do sul. **Revista de Sociologia e Política**, v.24, n.0, p.123-148, jun. 2005.

VASOO, S. The development of New Towns in Hong Kong and Singapore: some social consequences. **International Social Work**, v.31, n.2, p.115-133, 1988.

VAZ, J. C. **Avaliando a gestão.** São Paulo: Dicas, 1994.

VIANA, E. **A governança corporativa no setor público municipal** – um estudo sobre a eficiência da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

WAAL, A. A.; GERRITSEN-MEDEMA, G. Performance management analysis: a case study at a Dutch municipality. **International Journal of productivity and performance management**, v.55, n.1, p.26-39, 2006.

WRIGTH, D. S. Revenue sharing structural features of American federalism. **Annals AAPSS**, Philadelphia, v.419, p.110-119, Mai. 1975.

WRIGTH, D. S. Intergovernmental relations: an analytical overview. **Annals AAPSS**, v. 416, p.1-16, Nov. 1974.

ZUCATTO, L. M.; SARTOR, U. M.; BEBER, S.; WEBER, R. Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública. **Contexto**, v.9, n.16, jul. 2009.

APÊNDICE A – GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO INTERNACIONAL

Resumo comparativo da governança no setor público internacional

Países	Inicialmente	Processo de desenvolvimento	Situação mais recente
Austrália	Em 1996, com o Primeiro Ministro publicando os padrões e valores éticos no setor público australiano, enfatizando a necessidade de manter o serviço público federal com alto grau de integridade, honestidade e livre de corrupção	Em 1997, o ANAO (<i>Australian National Audit Office</i>) publicou os ANAO's enfatizando as estruturas de governança para entidades com orçamento consolidado, desenvolvendo cinco importantes princípios operacionais: integridade, honestidade, livre de corrupção, liderança e administração de risco.	O documento do ANAO, em 1999, acrescenta mais um princípio, a legislação, enfatizando a necessidade dos relatórios serem submetidos conforme o princípio de responsabilidade em prestar contas, o qual é destacado, também, pelos NSWAO's (<i>New South Wales Audit Office</i>).
Canadá	A província de British Columbia foi a líder das reformas na governança no setor público, implantando em suas organizações um modelo das boas práticas para o setor público e para o privado.	As mudanças no setor público nos anos 80 tiveram ênfase na economia e eficiência. Nos anos 90 a ênfase recaiu no equilíbrio e também na qualidade dos serviços, normas e autorização de linha de frente dos trabalhadores.	A ênfase está na transparência, responsabilidade em prestar contas, responsabilidade fiscal e conduta ética do governo.
Estados Unidos da América	Na década de 80 a burocracia sofreu o maior ataque, no qual o modelo gerencial importado da iniciativa privada foi o fio condutor das reformas, focando principalmente na avaliação de desempenho	De modo geral, ocorreram quatro variedades da reforma do serviço público: 1) Reforma do serviço público por meritocratas; 2) Reforma do serviço público pela eficiência; 3) Reforma do serviço público por empresários e 4) Reforma do serviço por igualadores.	Os princípios são a democracia das instituições políticas das nações e focam na necessidade de eleições livres e justas, a independência do judiciário e o papel das leis, a liberdade de expressão e de imprensa, o combate à corrupção e o investimento nas pessoas.
Nova Zelândia	A reforma teve início em 1986, com forte influência na teoria da escolha pública, na teoria da agência e na análise dos custos de transação. O novo modelo inclui uma clara identificação e separação dos papéis dos ministros e administradores, e relatório real de desempenho.	Em 1994, aprovou a LRF, a qual fixou relatórios e objetivos fiscais aos governos, e estabeleceu cinco princípios de administração fiscal responsável: 1) Prudência e razoabilidade no trato com as dívidas públicas; 2) Equilíbrio entre receitas e despesas; 3) Controle do nível dos valores líquidos oriundos dos ganhos de eventos futuros; 4) Administração prudente dos riscos fiscais e 5) Políticas consistentes para controlar a estabilidade das alíquotas dos impostos.	A contabilidade teve um papel importante na introdução da NPM (<i>New Public Management</i>) na NZ, em consequência das mudanças na administração contábil e financeira. Destaca-se a fase estratégica que caracterizou pela ênfase na estratégia do conjunto de governo, no esforço de planejar em longo prazo.
Reino Unido	Em 1991, foi organizado um comitê formal para dirigir os aspectos financeiros da governança corporativa do setor privado (<i>Cadbury Committee</i>). O relatório desse comitê foi publicado em 1992, no qual foram identificados três princípios fundamentais de governança corporativa: transparência, integridade e a responsabilidade em prestar contas.	Em 1995, usou como base o <i>Cadbury Report</i> para o desenvolvimento da primeira estrutura de governança para o setor público. Manteve os três princípios básicos, porém, ajustou-os para refletir o contexto do setor público. Destaque a ênfase na importância da diversidade da sociedade no setor público e a necessidade pela integralidade, honestidade e altos padrões de propriedade e no gerenciamento das atividades das entidades.	O trabalho do Comitê de Padrões de Conduta na Vida Pública ajudou a estabilidade de uma estrutura de governança. Seu objetivo foi o de examinar o assunto sobre os padrões de conduta dos titulares dos cargos públicos e fazer recomendações assim que os altos padrões de propriedade na vida pública são assegurados. As estruturas de governança foram propostas para o governo central, deixando os governos locais sem receberem tal atenção.

Fonte: Adaptado de Melo (2006).

APÊNDICE B – COLETA DE DADOS

a) Município que se emanciparam de um município de origem:

	Município de Origem: <i>Bagé</i>			Emancipado: <i>Aceguá</i>		Município de Origem: <i>São Luiz Gonzaga</i>			Emancipado: <i>Rolador</i>		Município de Origem: <i>Pelotas</i>			Emancipado: <i>Arroio do Padre</i>		
	2000	2009	2010	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010	2000	2009	%	2010	2009	2010
População	118.767	116.817	116.794	4.343	4.394	39.553	34.815	34.556	2.588	2.546	323.158	327.776		328.275	2.176	2.730
Receita Própria <i>per capita</i>	79	451	508	-173	-315	105	408	311	160	328	146	400	33	458	-256	-87
Receita Transferência <i>per capita</i>	240	830	1.030	2.720	3.673	606	935	1.086	2.786	2.851	234	802	67	863	3.697	3.228
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	235	822	982	2.682	3.207	299	898	1.079	2.680	2.851	234	765	64	841	3.256	3.056
Rec. Tributária <i>per capita</i>	63	276	316	143	167	26	123	140	294	114	47	148	12	174	43	70
Receita Total <i>per capita</i>	319	1.282	1.538	2.547	3.358	712	1.343	1.397	2.947	3.178	380	1.202	100	1.321	3.441	3.141
Despesas Corrente <i>per capita</i>	345	1.132	1.237	2.250	2.511	327	976	1.125	2.133	2.506	297	1.045	91	1.141	2.694	2.497
Gastos com Educação <i>per capita</i>	119	319	335	687	884	118	253	313	522	560	99	210	18	262	925	782
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	7	6	25	24	0	11	9	0	0	0	3	0	17	37	42
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	49	139	149	548	560	60	239	269	547	716	90	219	19	347	734	652
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	3	20	0	0	0	3	10	9	70	0	90	8	171	156	13
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	62	0	0	13	7	2	1	0	12	213	21	2	0	14	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	43	15	197	40	0	28	88	0	0	0	38	3	73	45	21
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	24	36	39	137	153	18	33	41	133	139	11	27	2	28	123	103
Despesa Total <i>per capita</i>	378	1.313	1.349	2.618	3.198	713	1.068	1.216	2.928	3.188	324	1.151	100	1.318	3.525	3.020
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,248	0,352	0,376	-0,068	-0,098	0,174	0,304	0,256	0,054	0,103	0,385	0,333		0,348	-0,074	-0,029
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,720	1,008	0,978	0,057	0,041	0,000	0,322	0,274	0,024	0,023	0,402	0,778		0,805	0,002	0,002
Eficiência Orçamentária	-0,187	-0,024	0,123	-0,028	0,048	-0,001	0,205	0,130	0,006	-0,003	0,149	0,042		0,003	-0,024	0,038
Endividamento	0,843	0,976	1,140	0,973	1,050	0,999	1,258	1,149	1,006	0,997	1,176	1,044		1,003	0,976	1,040
Solvência Geral do município	0,460	0,557	0,573	0,710	0,706	0,630	0,605	0,628	1,019	0,850	0,555	0,422		0,500	0,483	0,495

	Município de Origem: <i>Ijuí</i>			Emancipado: <i>Bozano</i>		Município de Origem: <i>Lagoa Vermelha</i>					Emancipado: <i>Capão Bonito do Sul</i>					Município de Origem: <i>Campinas do Sul</i>				Emancipado: <i>Cruzaltense</i>			
	2000	2009	2010	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010	2000	2009	%	2010	2009	2010	2000	2009	%	2010	2009	2010	
População	78.461	78.663	78.915	2.218	2.200	29.833	27.590	27.525	1.779	1.754	8.258	5.543		5.506	2.188	2.141							
Receita Própria <i>per capita</i>	53	910	1.039	-350	-164	45	261	302	-445	-164	15	594	29	-7	-350	-367							
Receita Transferência <i>per capita</i>	306	762	983	3.065	3.776	282	1.028	1.255	4.165	5.110	498	1.644	80	2.128	3.204	3.611							
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	288	721	943	3.020	3.548	282	1.002	1.198	4.165	4.803	498	1.464	71	2.033	3.181	3.605							
Rec. Tributária <i>per capita</i>	32	153	191	90	77	30	174	1.506	216	250	21	0	0	159	79	73							
Receita Total <i>per capita</i>	359	1.672	2.021	2.715	3.611	326	1.289	1.557	3.721	4.945	584	2.058	100	2.121	2.854	3.244							
Despesas Corrente <i>per capita</i>	305	1.593	1.811	2.164	2.623	311	1.047	1.215	3.564	3.926	510	1.599	83	1.814	2.421	2.956							
Gastos com Educação <i>per capita</i>	109	322	285	425	419	94	321	317	852	995	159	423	22	509	667	714							
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	9	730.526	46	4	0	2	2	0	0	0	26	1	20	5	19							
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	68	304	300	608	689	59	258	287	760	836	184	523	27	584	620	769							
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	0	0	16	11	0	2	6	20	20	0	0	0	0	66	24							
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	19	0	21	34	17	0	11	45	45	33	58	7	0	30	0	0							
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	47	55	117	76	0	47	59	3	31	0	162	8	108	48	52							
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	18	42	39	150	158	18	36	36	243	247	16	52	3	57	103	135							
Despesa Total <i>per capita</i>	359	1.756	1.959	2.764	3.323	338	1.249	1.466	3.715	4.595	588	1.932	100	2.086	2.652	3.287							
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,148	0,544	0,530	-0,129	-0,049	0,137	0,202	0,206	-0,120	-0,036	0,026	0,289		-0,003	-0,123	-0,112							
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,157	0,207	0,140	0,002	0,001	0,000	0,182	0,150	0,004	0,002	0,021	0,052		0,022	0,014	0,017							
Eficiência Orçamentária	-0,001	-0,050	0,031	-0,018	0,080	-0,035	0,031	0,058	0,002	0,071	-0,006	0,061		0,016	0,071	-0,013							
Endividamento	0,999	0,952	1,032	0,982	1,087	0,967	1,032	1,062	1,002	1,076	0,994	1,065		1,017	1,076	0,987							
Solvência Geral do município	0,754	0,644	0,659	0,684	0,696	0,604	0,504	0,507	0,901	0,760	0,469	0,506		0,615	0,837	0,829							

	Município de Origem: <i>Lajeado</i>			Emancipado: <i>Forquethinha</i>		Município de Origem: <i>Terra de Areia</i>					Emancipado: <i>Itati</i>					Município de Origem: <i>Sobradinho</i>				Emancipado: <i>Lagoa Bonita do Sul</i>				
	2000	2009	2010	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010	2000	2009	%	2010	2009	2010	2000	2009	%	2010	2009	2010		
População	64.133	70.304	71.445	2.500	2.479	11.453	9.776	9.878	2.623	2.584	16.328	14.259		14.283	2.653	2.662								
Receita Própria <i>per capita</i>	141	310	322	-139	-244	32	206	420	-254	-53	52	217	15	215	-276	-260								
Receita Transferência <i>per capita</i>	339	984	1.096	2.985	3.438	263	1.228	1.473	2.350	3.445	333	1.192	85	1.456	2.431	2.811								
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	336	969	1.076	2.813	3.258	243	1.228	1.473	2.350	3.445	316	1.145	81	1.321	2.406	2.546								
Rec. Tributária <i>per capita</i>	94	309	340	68	71	21	186	253	56	66	32	123	9	134	22	25								
Receita Total <i>per capita</i>	480	1.294	1.418	2.846	3.194	295	1.434	1.894	2.096	3.392	385	1.409	100	1.671	2.155	2.551								
Despesas Corrente <i>per capita</i>	471	1.149	1.287	2.205	2.622	352	1.199	1.349	1.993	2.257	328	1.134	78	1.226	2.112	2.334								
Gastos com Educação <i>per capita</i>	152	419	413	505	530	115	436	463	430	510	138	418	29	371	480	487								
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	19	19	45	93	0	11	29	1	0	0	11	1	7	31	34								
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	61	233	229	492	547	60	280	322	558	686	56	248	17	263	574	632								
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	4	4	13	19	0	0	1	0	6	0	3	0	5	30	13								
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	41	8	8	0	0	3	0	2	0	0	19	2	0	1	0	0								
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	151	149	1	754	0	1	0	170	330	0	41	3	52	135	20								
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	10	31	31	84	93	25	48	49	166	144	9	34	2	34	118	117								
Despesa Total <i>per capita</i>	488	1.304	1.482	2.515	3.345	406	1.330	1.835	2.269	2.872	405	1.445	100	1.464	2.552	2.464								
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,293	0,240	0,217	-0,049	-0,073	0,108	0,144	0,229	-0,121	-0,018	0,931	0,154		0,147	-0,128	-0,105								
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,000	0,181	0,000	0,028	0,035	0,374	0,183	0,148	0,000	0,000	0,149	0,264		0,223	0,001	0,010								
Eficiência Orçamentária	-0,017	-0,008	-0,045	0,116	-0,047	-0,376	0,072	0,031	-0,082	0,153	-0,051	-0,026		0,124	-0,184	0,034								
Endividamento	0,984	0,992	0,957	1,131	0,955	0,727	1,078	1,032	0,924	1,181	0,951	0,975		1,142	0,844	1,035								
Solvência Geral do município	0,676	0,722	0,716	0,171	0,651	0,309	0,507	0,688	0,618	0,790	0,526	0,460		0,619	0,581	0,587								

	Município de Origem: <i>Palmeira das Missões</i>			Emancipado: <i>São Pedro das Missões</i>	
	2000	2009	2010	2009	2010
População	38.192	34.586	34.328	1.883	1.886
Receita Própria <i>per capita</i>	61	149	172	0	302
Receita Transferência <i>per capita</i>	313	949	1.150	3.214	3.547
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	313	921	1.095	3.188	3.535
Rec. Tributária <i>per capita</i>	21	88	103	58	44
Receita Total <i>per capita</i>	374	1.098	1.322	3.285	3.245
Despesas Corrente <i>per capita</i>	310	868	1.069	2.778	2.905
Gastos com Educação <i>per capita</i>	90	238	271	711	840
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	13	14	0	0
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	60	209	279	672	653
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	1	1	0	0
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	7	0	10	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	50	63	0	0
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	20	44	51	157	162
Despesa Total <i>per capita</i>	362	953	1.206	3.354	3.239
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,163	0,136	0,142	0,000	0,093
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,154	0,079	0,087	0,019	0,020
Eficiência Orçamentária	0,032	0,132	0,088	-0,021	0,002
Endividamento	1,034	1,152	1,096	0,979	1,002
Solvência Geral do município	0,839	0,885	0,875	0,579	0,579

	Município de Origem: <i>Caibaté</i>			Emancipado: <i>Mato Queimado</i>	
	2000	2009	2010	2009	2010
População	7.243	4.988	4.954	1.821	1.799
Receita Própria <i>per capita</i>	123	121	196	-205	-199
Receita Transferência <i>per capita</i>	487	1.611	1.909	3.648	4.217
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	445	1.493	1.721	3.648	4.217
Rec. Tributária <i>per capita</i>	25	97	115	125	136
Receita Total <i>per capita</i>	611	1.732	2.105	3.442	4.018
Despesas Corrente <i>per capita</i>	42	1.529	1.688	2.585	2.960
Gastos com Educação <i>per capita</i>	192	331	292	593	772
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	6	5	76	77
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	83	329	479	638	930
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	10	24	31	44
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	14	60	0	60	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	47	47	776	617
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	13	61	60	183	211
Despesa Total <i>per capita</i>	645	1.722	2.052	3.574	4.055
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,202	0,070	0,096	-0,060	-0,049
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,000	0,031	0,033	0,002	0,005
Eficiência Orçamentária	-0,056	0,006	0,025	-0,038	-0,009
Endividamento	0,947	1,006	1,026	0,963	0,991
Solvência Geral do município	0,807	0,603	0,629	0,747	0,747

	Município de Origem: <i>Esmeralda</i>			Emancipado: <i>Pinhal da Serra</i>		
	2000	2009	%	2010	2009	2010
População	5.521	3.165		3.168	2.164	2.130
Receita Própria <i>per capita</i>	42	-211	-7	-180	-842	-799
Receita Transferência <i>per capita</i>	504	3.085	107	3.390	7.504	8.450
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	503	3.085	107	3.390	7.480	8.319
Rec. Tributária <i>per capita</i>	19	149	5	217	124	323
Receita Total <i>per capita</i>	546	2.874	100	3.210	6.662	7.651
Despesas Corrente <i>per capita</i>	506	2.293	87	2.774	4.122	5.342
Gastos com Educação <i>per capita</i>	167	621	24	684	1.143	1.120
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	10	0	45	0	0
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	98	537	20	724	1.286	1.502
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	40	2	36	0	0
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	64	3	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	249	9	169	0	40
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	14	149	6	156	158	210
Despesa Total <i>per capita</i>	599	2.631	100	3.189	6.255	7.454
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,077	-0,073		-0,056	-0,126	-0,104
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,049	0,058		0,009	0,010	0,015
Eficiência Orçamentária	-0,097	0,085		0,007	0,061	0,026
Endividamento	0,911	1,093		1,007	1,065	1,026
Solvência Geral do município	0,445	0,272		0,283	0,708	0,676

	Município de Origem: <i>Constantina</i>			Emancipado: <i>Novo Xingu</i>	
	2000	2009	2010	2009	2010
População	5.802	9.776	9.752	1.768	1.757
Receita Própria <i>per capita</i>	163	173	208	-10	-161
Receita Transferência <i>per capita</i>	833	1.229	1.967	3.428	5.204
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	769	1.178	1.587	3.387	3.642
Rec. Tributária <i>per capita</i>	36	120	146	84	85
Receita Total <i>per capita</i>	997	1.402	2.175	3.417	5.042
Despesas Corrente <i>per capita</i>	855	1.271	1.551	2.646	2.806
Gastos com Educação <i>per capita</i>	0	330	425	480	587
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	6	4	9	29
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	0	268	357	684	804
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	2	3	44	260
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	0	54	35	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	41	42	0	7
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	0	1	0	133	134
Despesa Total <i>per capita</i>	1.177	1.443	1.993	3.441	5.249
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,164	0,124	0,104	-0,003	-0,032
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,062	0,247	0,304	0,008	0,004
Eficiência Orçamentária	-0,181	-0,030	0,084	-0,007	-0,041
Endividamento	0,847	0,971	1,092	0,993	0,961
Solvência Geral do município	0,519	0,507	0,540	0,575	0,554

b) Municípios que se emanciparam de dois municípios de origem:

	Município de Origem:						Emancipado:	
	Lajeado			Progresso			Canudos do Vale	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	64.133	70.304	71.445	6.497	6.167	6.163	1.825	1.807
Receita Própria <i>per capita</i>	141	310	322	87	358	-28	-365	-450
Receita Transferência <i>per capita</i>	339	984	1.096	480	1.059	3.167	3.502	4.555
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	336	969	1.076	460	1.004	1.901	3.389	3.941
Rec. Tributária <i>per capita</i>	94	309	340	16	21	93	81	87
Receita Total <i>per capita</i>	480	1.294	1.418	567	1.417	3.139	3.136	4.105
Despesas Corrente <i>per capita</i>	471	1.149	1.287	529	744	1.582	2.755	3.212
Gastos com Educação <i>per capita</i>	152	419	413	150	249	312	537	680
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	19	19	0	6	5	51	37
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	61	233	229	65	288	307	624	689
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	4	4	0	27	35	9	0
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	41	8	8	26	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	151	149	0	0	0	61	0
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	10	31	31	26	63	70	162	197
Despesa Total <i>per capita</i>	488	1.304	1.482	620	937	3.168	3.106	3.968
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,293	0,240	0,227	0,153	0,253	1,009	-0,117	-0,113
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,000	0,181	0,000	0,016	0,037	0,000	0,017	0,000
Eficiência Orçamentária	-0,017	-0,008	-0,045	-0,094	0,339	-0,010	0,010	0,033
Endividamento	0,984	0,992	0,957	0,914	1,512	0,991	1,010	1,035
Solvência Geral do município	0,676	0,722	0,716	0,692	0,664	0,710	0,731	0,729

	Município de Origem:						Emancipado:	
	Salto do Jacuí			Espumoso			Jacuizinho	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	52.138	11.855	11.880	16.185	15.224	15.240	2.504	2.507
Receita Própria <i>per capita</i>	43	575	530	70	174	294	-210	-295
Receita Transferência <i>per capita</i>	171	1.665	1.843	411	1.291	1.554	2.710	3.528
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	171	1.606	1.828	411	1.234	1.471	2.679	3.236
Rec. Tributária <i>per capita</i>	6	152	134	35	121	137	67	71
Receita Total <i>per capita</i>	214	2.240	2.373	480	1.465	1.847	2.500	3.233
Despesas Corrente <i>per capita</i>	171	1.548	1.798	428	1.255	1.539	2.200	2.743
Gastos com Educação <i>per capita</i>	66	465	449	186	398	336	709	664
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	10	9	0	43	21	11	8
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	47	410	446	60	253	267	502	601
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	16	22	0	5	5	0	0
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	12	10	0	27	2	1	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	22	36,69	0	62	182	137	154,14
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	8	88	87	12	34	36	115	150
Despesa Total <i>per capita</i>	206	1.793	2.089	487	1.457	1.814	2.512	3.075
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,203	0,257	0,254	0,145	0,119	0,162	-0,084	-0,096
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,032	0,118	0,099	0,056	0,057	0,047	0,004	0,004
Eficiência Orçamentária	0,036	0,199	0,120	-0,013	0,005	0,018	-0,005	0,049
Endividamento	1,038	1,249	1,136	0,987	1,005	1,018	0,995	1,051
Solvência Geral do município	0,722	0,762	0,627	0,725	0,734	0,708	0,681	0,707

	Município de Origem:						Emancipado:	
	Nova Bréscia			Relvado			Coqueiro Baixo	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	4.564	3.189	3.184	2.294	2.159	2.155	1.537	1.528
Receita Própria <i>per capita</i>	106	-69	400	99	-384	-368	-508	-118
Receita Transferência <i>per capita</i>	809	3.260	3.625	1.128	3.455	4.136	4.422	5.064
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	765	2.979	3.388	1.074	3.327	3.656	4.321	4.771
Rec. Tributária <i>per capita</i>	20	114	139	24	89	121	145	114
Receita Total <i>per capita</i>	915	3.191	4.025	1.227	3.070	3.768	3.914	4.946
Despesas Corrente <i>per capita</i>	745	2.681	3.043	950	2.681	3.021	3.157	3.675
Gastos com Educação <i>per capita</i>	272	639	795	316	379	540	914	641
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	6	7	0	25	24	28	45
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	111	561	575	147	736	849	810	833
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	21	70	0	49	105	38	91
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	109	7	5	23	0	85	1	3
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	99	190	0	66	68	120	340
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	36	102	114	24	84	90	121	133
Despesa Total <i>per capita</i>	905	3.153	4.055	1.117	2.896	3.751	4.147	4.679
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,115	-0,022	0,099	0,080	-0,125	-0,098	-0,130	-0,025
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,007	0,005	0,008
Eficiência Orçamentária	0,011	0,012	-0,007	0,090	0,057	0,005	-0,060	0,054
Endividamento	1,011	1,012	0,993	1,099	1,060	1,005	0,944	1,057
Solvência Geral do município	0,916	0,797	0,747	0,643	0,617	0,611	0,498	0,419

	Município de Origem:						Emancipado:	
	Erechim			Jacutinga			Quatro Irmãos	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	90.347	95.181	96.087	4.248	3.651	3.633	1.772	1.775
Receita Própria <i>per capita</i>	125	250	302	32	201	164	-306	-495
Receita Transferência <i>per capita</i>	249	841	977	565	2.315	2.561	3.961	4.143
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	242	836	936	548	2.184	2.328	3.851	4.003
Rec. Tributária <i>per capita</i>	80	242	279	15	108	105	210	112
Receita Total <i>per capita</i>	373	1.091	1.279	596	2.517	2.725	3.655	3.648
Despesas Corrente <i>per capita</i>	306	926	1.065	540	1.969	2.042	3.108	3.157
Gastos com Educação <i>per capita</i>	81	277	308	180	446	602	473	698
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	17	22	0	14	12	30	29
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	48	255	268	74	480	483	869	968
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	11	8	0	10	9	69	57
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	53	6	37	7	84	11	7	202
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	93	102	0	99	189	68	28
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	16	29	30	24	76	74	168	176
Despesa Total <i>per capita</i>	367	1.107	1.254	597	2.356	2.531	3.471	3.648
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,334	0,229	0,241	0,053	0,080	0,065	-0,084	-0,127
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,148	0,030	0,000	0,015	0,035	0,037	0,012	0,008
Eficiência Orçamentária	0,017	-0,014	0,020	-0,001	0,064	0,071	0,050	0,000
Endividamento	1,017	0,986	1,020	0,999	1,068	1,077	1,053	1,000
Solvência Geral do município	0,618	0,737	1,000	0,474	0,653	1,658	0,846	0,865

	Município de Origem:						Emancipado:		Município de Origem:						Emancipado:	
	Garibaldi			Roca Sales			Coronel Pilar		Teutônia			Imigrante			Westfália	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	28.337	30.282	30.689	9.284	10.184	10.284	1.744	1.725	22.891	26.656	27.272	3.850	3.025	3.023	2.783	2.793
Receita Própria <i>per capita</i>	193	450	567	46	47	25	-165	-93	136	237	207	67	-113	-68	-93	-277
Receita Transferência <i>per capita</i>	512	1.295	1.483	466	1.464	1.657	3.997	4.304	450	1.195	1.389	830	3.068	4.070	3.670	4.527
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	505	1.285	1.453	455	1.461	1.617	3.962	4.304	450	1.194	1.328	819	2.942	3.391	3.635	4.149
Rec. Tributária <i>per capita</i>	65	280	301	22	99	108	81	83	60	186	213	25	153	166	152	215
Receita Total <i>per capita</i>	705	1.745	2.050	512	1.511	1.683	3.831	4.210	586	1.433	1.596	897	2.954	4.001	3.577	4.250
Despesas Corrente <i>per capita</i>	575	1.476	1.654	442	1.278	1.460	2.794	3.119	530	1.119	1.214	738	2.641	3.061	2.690	3.108
Gastos com Educação <i>per capita</i>	187	386	436	108	319	347	702	660	173	398	401	268	667	666	851	772
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	22	23	0	13	17	64	62	0	46	47	0	48	47	33	91
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	89	233	285	48	255	288	203	702	108	276	307	111	638	841	630	737
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	0	0	0	1	1	23	659	0	32	32	0	71	49	0	0
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	29	7	1	53	1	22	0	0	20	2	0	10	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	161	173	0	65	83	234	73	0	219	199	0	85	83	11	5
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	12	29	30	10	41	44	102	107	9	20	29	25	79	78	63	71
Despesa Total <i>per capita</i>	670	1.598	1.810	531	1.414	1.644	3.347	3.821	619	1.119	1.579	854	3.061	3.780	3.677	4.152
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,284	0,258	0,313	0,090	0,031	0,015	-0,043	-0,024	0,232	0,166	0,131	0,075	-0,038	-0,018	-0,026	-0,067
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,028	0,154	0,000	0,033	0,039	0,037	0,001	0,002	0,103	0,305	0,284	0,000	0,021	0,129	0,018	0,012
Eficiência Orçamentária	0,049	0,084	0,117	-0,037	0,064	0,023	0,126	0,093	-0,056	0,219	0,011	0,048	-0,036	0,055	-0,028	0,023
Endividamento	1,052	1,092	1,133	0,964	1,068	1,024	1,145	1,102	0,947	1,280	1,011	1,051	0,965	1,059	0,973	1,023
Solvência Geral do município	0,886	0,647	0,725	0,650	0,594	0,604	0,183	0,725	0,777	0,172	0,817	0,758	0,771	0,741	0,777	0,783

c) Municípios que se emanciparam de três municípios de origem:

	Município de Origem:									Emancipado:	
	Cruz Alta			Ijuí			Augusto Pestana			Boa Vista do Cadeado	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	65.367	63.272	62.821	78.461	78.663	78.915	8.173	7.161	7.096	2.456	2.441
Receita Própria <i>per capita</i>	152	157	151	53	910	1.039	75	153	143	-384	-337
Receita Transferência <i>per capita</i>	844	872	1.000	306	762	983	481	1.459	1.836	3.609	4.287
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	300	847	962	288	721	943	432	1.414	1.776	3.529	4.197
Rec. Tributária <i>per capita</i>	34	171	184	32	153	191	33	182	203	127	182
Receita Total <i>per capita</i>	995	1.028	1.151	359	1.672	2.021	556	1.612	1.979	3.226	3.950
Despesas Corrente <i>per capita</i>	328	923	1.051	305	1.593	1.811	480	1.312	1.515	2.636	2.956
Gastos com Educação <i>per capita</i>	92	277	295	109	322	285	105	243	294	844	817
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	8	11	0	9	9	0	36	22	7	18
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	42	208	246	68	304	300	101	375	438	719	880
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	21	0	0	0	0	0	29	39	45	75
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	60	0	9	19	0	21	26	20	10	78	173
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	49	68	0	47	55	0	60	163	27	145
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	38	66	56	18	42	39	11	28	31	131	157
Despesa Total <i>per capita</i>	1.005	1.038	1.158	359	1.756	1.958	553	1.491	2.069	3.204	3.893
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,169	0,152	0,130	0,148	0,544	0,530	0,135	0,095	0,069	-0,119	-0,086
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,308	0,491	0,125	0,157	0,207	0,140	0,137	0,031	0,014	0,000	0,008
Eficiência Orçamentária	-0,010	-0,010	-0,005	-0,001	-0,050	0,031	0,005	0,075	-0,046	0,007	0,014
Endividamento	0,991	0,991	0,995	0,999	0,952	1,032	1,005	1,081	0,956	1,007	1,015
Solvência Geral do município	0,716	0,714	0,725	0,754	0,644	0,659	0,643	0,293	0,654	0,603	0,643

	Município de Origem:									Emancipado:	
	Salvador do Sul			Montenegro			Maratá			São José do Sul	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	6.913	6.655	6.747	54.692	58.887	59.415	2.513	2.518	2.527	2.456	2.082
Receita Própria <i>per capita</i>	127	99	251	192	471	540	132	341	140	-384	-121
Receita Transferência <i>per capita</i>	669	1.938	2.062	317	1.085	1.246	899	3.194	4.383	3.609	4.138
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	669	1.885	2.036	317	1.075	1.232	793	3.023	3.403	3.529	3.964
Rec. Tributária <i>per capita</i>	36	123	139	81	221	241	39	215	227	127	116
Receita Total <i>per capita</i>	796	2.037	2.313	509	1.556	1.786	1.031	3.535	4.523	3.226	4.017
Despesas Corrente <i>per capita</i>	635	1.657	1.720	495	1.246	1.397	789	2.814	2.943	2.636	2.967
Gastos com Educação <i>per capita</i>	163	456	518	143	424	432	224	486	613	844	768
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	72	64	0	25	35	0	91	71	7	11
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	74	396	444	64	300	332	136	673	620	719	751
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	1	3	0	54	17	0	2	3	45	69
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	0	0	0	22	4	6	18	0	0	78	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	55	45	0	66	108	0	41	47	27	91
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	14	60	60	7	27	26	44	129	136	131	109
Despesa Total <i>per capita</i>	795	1.827	2.092	495	1.390	1.548	979	3.399	6.007	3.204	4.056
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,093	0,049	0,120	0,377	0,302	0,349	0,128	0,096	0,023	-0,119	-0,030
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,000	0,044	0,000	0,000	0,205	0,188	0,083	0,000	0,000	0,000	0,005
Eficiência Orçamentária	0,002	0,103	0,096	0,028	0,107	0,133	0,050	0,038	-0,328	0,007	-0,010
Endividamento	1,002	1,115	1,106	1,029	1,120	1,154	1,053	1,040	0,753	1,007	0,991
Solvência Geral do município	0,799	0,673	0,410	0,648	0,337	0,356	0,478	0,355	0,299	0,603	0,787

	Município de Origem:									Emancipado:	
	Victor Graeff			Ernestina			Ibirapuitã			Tio Hugo	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	3.924	3.073	3.036	3.941	3.092	3.088	5.170	4.076	4.061	2.699	2.724
Receita Própria <i>per capita</i>	118	293	500	50	-177	-221	67	487	180	-92	-60
Receita Transferência <i>per capita</i>	807	2.915	3.167	775	2.458	3.069	449	1.779	2.872	3.014	3.302
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	772	2.743	3.037	775	2.448	2.780	449	1.695	2.253	2.779	2.900
Rec. Tributária <i>per capita</i>	18	211	208	33	109	111	14	64	80	229	254
Receita Total <i>per capita</i>	926	3.208	3.667	893	2.281	2.848	516	2.267	3.052	2.922	3.242
Despesas Corrente <i>per capita</i>	870	2.496	2.912	767	2.062	2.368	437	1.882	2.077	2.474	2.560
Gastos com Educação <i>per capita</i>	334	683	664	299	466	626	131	461	774	792	947
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	34	34	0	24	30	0	8	5	27	47
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	192	507	715	140	445	498	78	425	478	556	618
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	16	23	0	30	76	0	62	97	145	131
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	40	27	9	35	0	21	25	0	39	10	58
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	21	0	0	40	54	0	37	187	99	139
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	27	152	161	48	125	143	26	117	112	138	154
Despesa Total <i>per capita</i>	924	2.976	3.566	937	2.355	2.888	490	2.177	2.864	3.024	3.291
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,128	0,091	0,140	0,056	-0,078	-0,077	0,130	0,215	0,063	-0,032	-0,018
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,009	0,015	0,015	0,119	0,000	0,093	0,055	0,055	0,000	0,016	0,189
Eficiência Orçamentária	0,001	0,072	0,028	-0,049	-0,032	-0,014	0,049	0,040	0,062	-0,035	-0,015
Endividamento	1,001	1,078	1,028	0,954	0,969	0,986	1,051	1,041	1,066	0,966	0,985
Solvência Geral do município	0,545	0,703	0,263	0,743	0,852	0,755	0,746	0,453	0,615	0,578	0,611

	Município de Origem:									Emancipado:	
	Santiago			São Miguel das Missões			Tupanciretã			Capão do Cipó	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	51.138	49.196	49.071	7.682	7.425	7.421	20.947	22.179	22.281	3.049	3.104
Receita Própria <i>per capita</i>	79	212	246	148	201	253	59	61	110	-0	-230
Receita Transferência <i>per capita</i>	247	882	1.010	631	1.694	2.103	423	1.327	1.734	3.165	3.879
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	247	834	977	574	1.678	1.965	415	1.271	1.638	3.080	3.452
Rec. Tributária <i>per capita</i>	39	127	144	17	112	125	31	116	135	87	194
Receita Total <i>per capita</i>	326	1.094	1.255	778	1.895	2.356	482	1.387	1.844	2.858	3.648
Despesas Corrente <i>per capita</i>	257	861	1.004	566	1.554	1.843	466	1.258	1.520	2.449	2.628
Gastos com Educação <i>per capita</i>	83	266	303	206	578	459	198	484	517	637	737
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	8	10	0	19	27	0	4	12	10	19
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	49	197	234	104	345	393	81	292	7.067.841	521	711
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	3	4	0	24	12	0	3	3	50	71
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	62	0	0	11	2	0	25	28	20	0	79
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	25	18	0	90	99	0	64	89	96	121
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	11	28	29	20	73	80	25	65	68	159	139
Despesa Total <i>per capita</i>	299	962	1.150	651	851	2.122	509	1.391	1.684	2.684	3.564
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,242	0,194	0,214	0,190	0,106	0,119	0,122	0,044	0,064	-0,107	-0,065
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,363	0,130	0,112	0,095	0,063	0,035	0,133	0,177	0,124	0,031	0,034
Eficiência Orçamentária	0,081	0,120	0,084	0,164	0,551	0,099	-0,057	-0,003	0,087	0,061	0,023
Endividamento	1,089	1,137	1,092	1,196	2,228	1,110	0,946	0,997	1,095	1,065	1,024
Solvência Geral do município	0,689	0,749	0,737	0,645	0,704	0,668	0,321	0,270	0,631	0,750	2,293

d) Municípios que se emanciparam de quatro municípios de origem:

	Município de Origem:											Emancipado:		
	Erchim			Jacutinga			Ponte Preta			Barão de Cotegipe			Paulo Bento	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	90.347	95.181	96.087	4.248	3.651	3.633	2.153	1.762	1.750	6.927	6.547	6.529	2.187	2.196
Receita Própria <i>per capita</i>	125	250	302	32	201	164	63	1.254	-396	47	-98	-90	-312	-282
Receita Transferência <i>per capita</i>	249	841	977	565	2.315	2.561	943	3.705	4.073	432	1.488	1.766	3.178	3.503
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	242	836	936	548	2.184	2.328	943	3.515	3.862	430	1.374	1.609	3.063	3.405
Rec. Tributária <i>per capita</i>	80	242	279	15	108	105	12	74	91	12	79	123	89	94
Receita Total <i>per capita</i>	373	1.091	1.279	596	2.517	2.725	1.006	4.960	3.677	478	1.390	1.676	2.866	3.221
Despesas Corrente <i>per capita</i>	306	926	1.065	540	1.969	2.042	900	2.603	2.861	374	1.152	1.249	2.370	2.485
Gastos com Educação <i>per capita</i>	81	277	308	180	446	602	166	427	444	122	196	352	358	341
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	17	22	0	14	12	0	16	41	0	17	19	23	13
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	48	255	268	74	480	483	222	344	730	78	405	375	649	675
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	11	8	0	10	9	0	134	50	0	17	28	152	196
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	53	6	37	7	84	11	27	0	1	18	0	0	0	0
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	93	102	0	99	189	0	115	161	0	117	122	109	107
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	16	29	30	24	76	74	39	130	133	8	49	56	138	155
Despesa Total <i>per capita</i>	367	1.107	1.254	597	2.356	2.531	1.143	3.281	3.811	473	1.358	1.609	2.787	3.334
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,334	0,229	0,241	0,053	0,080	0,065	0,062	0,253	-0,104	0,097	-0,070	-0,056	-0,109	-0,085
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,148	0,030	0,000	0,015	0,035	0,037	0,031	0,037	0,037	0,086	0,030	0,030	0,018	0,020
Eficiência Orçamentária	0,017	-0,014	0,020	-0,001	0,064	0,071	-0,136	0,339	-0,037	0,011	0,023	0,040	0,028	-0,035
Endividamento	1,017	0,986	1,020	0,999	1,068	1,077	0,880	1,512	0,965	1,011	1,024	1,042	1,028	0,966
Solvência Geral do município	0,618	0,737	1,000	0,474	0,653	1,658	0,704	0,664	0,644	0,740	0,862	0,928	0,297	0,667

	Município de Origem:											Emancipado:		
	Tapejara			Água Santa			Caseiros			Ibiçá			Sta Cecília do Sul	
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2009	2010
População	15.115	18.732	19.250	4.127	3.724	3.722	2.899	3.004	3.007	5.233	4.731	4.710	1.665	1.665
Receita Própria <i>per capita</i>	119	185	194	58	-0	117	62	174	371	90	123	425	-518	-622
Receita Transferência <i>per capita</i>	358	1.233	1.448	687	2.679	3.163	718	2.699	2.967	576	1.912	2.152	4.105	4.527
Rec. Transf. Corrente <i>per capita</i>	358	1.178	1.358	678	2.378	2.724	718	2.435	2.695	552	1.882	2.107	4.046	4.452
Rec. Tributária <i>per capita</i>	51	205	261	12	82	120	12	120	145	33	140	190	118	88
Receita Total <i>per capita</i>	485	1.418	1.642	745	2.679	3.280	780	2.874	3.338	666	2.035	2.577	3.587	3.905
Despesas Corrente <i>per capita</i>	342	1.087	1.272	642	2.005	2.294	656	1.850	2.161	537	1.594	1.922	2.676	2.849
Gastos com Educação <i>per capita</i>	124	341	348	219	630	595	193	645	713	149	388	507	672	643
Gastos com Cultura <i>per capita</i>	0	18	23	0	5	3	0	0	2	0	16	15	13	21
Gastos com Saúde <i>per capita</i>	58	237	264	105	431	604	126	448	518	103	366	423	795	641
Gastos com Saneamento <i>per capita</i>	0	1	2	0	13	13	0	5	62	0	7	0	28	140
Gastos com Habitação <i>per capita</i>	66	47	82	105	93	170	40	18	5	13	30	0	0	33
Gastos com Urbanismo <i>per capita</i>	0	11	134	0	17	24	0	89	19	0	35	53	16	15
Gastos com Legislativo <i>per capita</i>	8	25	27	23	80	78	22	73	71	43	64	64	170	151
Despesa Total <i>per capita</i>	501	1.294	1.513	757	2.378	3.012	763	2.371	2.862	625	1.994	2.143	3.405	3.229
Rec. Própria Vs Rec. Total	0,246	0,130	0,128	0,077	0,000	0,039	0,080	0,061	0,130	0,135	0,061	0,198	-0,144	-0,193
Dívida Ativa Vs Rec. Corrente	0,253	0,165	0,118	0,061	0,000	0,018	0,025	0,000	0,000	0,049	0,000	0,000	0,000	0,000
Eficiência Orçamentária	-0,033	0,087	0,078	-0,016	0,112	0,082	0,022	0,175	0,143	0,061	0,020	0,168	0,051	0,173
Endividamento	0,968	1,096	1,085	0,984	1,126	1,089	1,023	1,212	1,166	1,065	1,021	1,202	1,053	1,209
Solvência Geral do município	0,446	1,501	0,642	0,717	0,557	0,731	0,644	0,614	0,597	0,508	0,529	0,727	0,698	0,721

APÊNDICE C – VALORES DO PIB *PER CAPITA* DEFLACIONADOS

Os valores do PIB *per capita* inflacionados foram calculados com base na seguinte fórmula:

PIB 2000* (ÍNDICE2009/ÍNDICE2000) = PIB 2000 a valores constantes de 2009

PIB 2008* (ÍNDICE2009/ÍNDICE2008) = PIB 2008 a valores constantes de 2009

PIB 2009 não é necessário inflacionar

Onde:

ÍNDICE = DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB

Valores do PIB *per capita* a valores constantes de 2009

Municípios	Tipo	2,E+13		3,E+13		4,E+13
		PIBpc 2000	PIB 2000 a valores constantes de 2009	PIBpc 2008	PIB 20008 a valores constantes de 2009	PIBpc 2009
Bagé	Mãe	4.888	10.122	9.657	10.351	10.073
Aceguá**	Filho	-	-	20.302	21.761	26.455
Pelotas	Mãe	5.171	10.708	10.199	10.932	11.148
Arroio do Padre**	Filho	-	-	8.129	8.713	9.039
Ijuí	Mãe	7.373	15.268	17.356	18.603	18.703
Bozano**	Filho	-	-	15.127	16.214	15.281
Lagoa Vermelha	Mãe	5.353	11.085	14.153	15.170	14.460
Capão Bonito do Sul**	Filho	-	-	31.667	33.943	25.655
Campinas do Sul	Mãe	5.629	11.656	14.966	16.042	15.057
Cruzaltense**	Filho	-	-	13.454	14.421	12.387
Lajeado	Mãe	9.614	19.908	22.391	24.000	25.067
Forquetha**	Filho	-	-	10.660	11.426	10.316
Terra de Areia	Mãe	3.283	6.798	7.733	8.289	8.175
Itati**	Filho	-	-	6.312	6.766	6.366
Sobradinho	Mãe	3.819	7.908	11.055	11.849	11.565
Lagoa Bonita do Sul**	Filho	-	-	14.591	15.640	14.585
Caibaté	Mãe	5.082	10.524	13.380	14.342	12.698
Mato Queimado**	Filho	-	-	13.061	14.000	13.431
Constantina	Mãe	4.476	9.269	11.048	11.842	11.574
Novo Xingu**	Filho	-	-	11.890	12.745	11.101
Esmeralda	Mãe	5.549	11.491	19.947	21.381	17.843
Pinhal da Serra**	Filho	-	-	50.274	53.887	63.421
São Luiz Gonzaga	Mãe	4.436	9.186	12.934	13.864	12.759
Rolador**	Filho	-	-	15.016	16.095	13.760
Palmeira das Missões	Mãe	5.985	12.394	14.963	16.038	17.468
São Pedro das Missões**	Filho	-	-	12.026	12.890	11.094

(continua)

(conclusão)

Municípios	Tipo	2,E+13		3,E+13		4,E+13
		PIBpc 2000	PIB 2000 a valores constantes de 2009	PIBpc 2008	PIB 2008 a valores constantes de 2009	PIBpc 2009
Lajeado	Mãe	9.614	19.908	22.391	24.000	25.067
Progresso	Mãe	4664,000	9.658	11.323	12.137	11.559
Canudos do Vale**	Filho	-	-	10.100	10.826	10.740
Nova Bréscia	Mãe	4615,000	9.557	12.101	12.971	12.840
Relvado	Mãe	4.047	8.380	10.782	11.557	11.405
Coqueiro Baixo**	Filho	-	-	10.007	10.726	10.208
Garibaldi	Mãe	13.475	27.903	26.516	28.422	29.480
Roca Sales	Mãe	10057,000	20.826	21.087	22.602	20.874
Coronel Pilar**	Filho	-	-	12.694	13.606	14.906
Salto do Jacuí	Mãe	5079,000	10.517	13.706	14.691	14.351
Espumoso	Mãe	5.482	11.352	16.464	17.647	18.226
Jacuzinho**	Filho	-	-	16.730	17.932	16.231
Erechim	Mãe	8.491	17.583	19.487	20.887	21.445
Jacutinga	Mãe	5631,000	11.660	17.256	18.496	20.074
Quatro Irmãos**	Filho	-	-	22.166	23.759	18.281
Imigrante	Mãe	6581,000	13.628	23.596	25.292	23.178
Teutônia	Mãe	16.049	33.234	23.494	25.182	22.531
Westfalia**	Filho	-	-	20.951	22.457	23.685
Augusto Pestana	Mãe	4.653	9.635	17.860	19.144	17.362
Cruz Alta	Mãe	6190,000	12.818	21.390	22.927	23.659
Ijuí	Mãe	7.373	15.268	17.356	18.603	18.703
Boa Vista do Cadeado**	Filho	-	-	39.548	42.390	34.793
Santiago	Mãe	3.957	8.194	9.179	9.839	9.712
São Miguel das Missões	Mãe	5743,000	11.892	22.086	23.673	21.976
Tupanciretã	Mãe	6.876	14.239	24.159	25.895	25.044
Capão do Cipó**	Filho	-	-	31.758	34.040	30.247
Maratá	Mãe	6.318	13.083	14.483	15.524	16.140
Montenegro	Mãe	8999,000	18.635	22.226	23.823	24.457
Salvador do Sul	Mãe	8.299	17.185	18.204	19.512	19.511
São José do Sul**	Filho	-	-	11.607	12.441	12.654
Ernestina	Mãe	6.042	12.512	19.618	21.028	19.531
Ibirapuitã	Mãe	3631,000	7.519	12.648	13.557	12.769
Victor Graeff	Mãe	10.125	20.966	26.609	28.521	26.019
Tio Hugo**	Filho	-	-	16.541	17.730	21.265
Barão de Cotegipe	Mãe	4.600	9.525	12.863	13.787	13.540
Erechim	Mãe	8491,000	17.583	19.487	20.887	21.445
Jacutinga	Mãe	5.631	11.660	17.256	18.496	20.074
Ponte Preta	Mãe	4608,000	9.542	13.664	14.646	12.831
Paulo Bento**	Filho	-	-	18.692	20.035	17.628
Água Santa	Mãe	5775,000	11.959	22.840	24.481	22.023
Caseiros	Mãe	5.376	11.132	14.240	15.263	14.073
Ibiaçá	Mãe	6282,000	13.009	18.286	19.600	18.041
Tapejara	Mãe	6.888	14.263	20.754	22.246	24.102
Santa Cecília do Sul**	Filho	-	-	18.738	20.085	16.171

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE/RS.

APÊNDICE D - INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS – MUNICÍPIOS - 2000; 2009 E 2010

Indicadores Financeiros e Orçamentários - Municípios– 2000; 2009 e 2010

Município	Tipo	IRP 2000	IRP 2009	IRP 2010	IDA 2000	IDA 2009	IDA 2010	IEO 2000	IEO 2009	IEO 2010	ISG 2000	ISG 2009	ISG 2010
Bagé	Mãe	0,248	0,352	0,376	0,720	1,008	0,978	-0,187	-0,024	0,123	0,460	0,557	0,573
Aceguá**	Filho	-	-0,068	-0,098	-	0,057	0,041	-	-0,028	0,048	-	0,710	0,706
Pelotas	Mãe	0,385	0,333	0,348	0,402	0,778	0,805	0,149	0,042	0,003	0,555	0,422	0,500
Arroio do Padre**	Filho	-	-0,074	-0,029	-	0,002	0,002	-	-0,024	0,038	-	0,483	0,495
Ijuí	Mãe	0,148	0,544	0,530	0,157	0,207	0,140	-0,001	-0,050	0,031	0,754	0,644	0,659
Bozano**	Filho	-	-0,129	-0,049	-	0,002	0,001	-	-0,018	0,080	-	0,684	0,696
Lagoa Vermelha	Mãe	0,137	0,202	0,206	0,000	0,182	0,150	-0,035	0,031	0,058	0,604	0,504	0,507
Capão Bonito do Sul**	Filho	-	-0,120	-0,036	-	0,004	0,002	-	0,002	0,071	-	0,901	0,760
Campinas do Sul	Mãe	0,026	0,289	-0,003	0,021	0,052	0,022	-0,006	0,061	0,016	0,469	0,506	0,615
Cruzaltense**	Filho	-	-0,123	-0,112	-	0,014	0,017	-	0,071	-0,013	-	0,837	0,829
Lajeado	Mãe	0,293	0,240	0,217	0,000	0,181	0,000	-0,017	-0,008	-0,045	0,676	0,722	0,716
Forquetinha**	Filho	-	-0,049	-0,073	-	0,028	0,035	-	0,116	-0,047	-	0,171	0,651
Terra de Areia	Mãe	0,108	0,144	0,229	0,374	0,183	0,148	-0,376	0,072	0,031	0,309	0,507	0,688
Itati**	Filho	-	-0,121	-0,018	-	0,000	0,000	-	-0,082	0,153	-	0,618	0,790
Sobradinho	Mãe	0,931	0,154	0,147	0,149	0,264	0,223	-0,051	-0,026	0,124	0,526	0,460	0,619
Lagoa Bonita do Sul**	Filho	-	-0,128	-0,105	-	0,001	0,010	-	-0,227	0,034	-	0,581	0,587
Caibaté	Mãe	0,202	0,070	0,096	0,000	0,031	0,033	-0,056	0,006	0,025	0,807	0,603	0,629
Mato Queimado**	Filho	-	-0,060	-0,049	-	0,002	0,005	-	-0,038	-0,009	-	0,747	0,747
Constantina	Mãe	0,164	0,124	0,104	0,062	0,247	0,304	-0,181	-0,030	0,084	0,519	0,507	0,540
Novo Xingu**	Filho	-	-0,003	-0,032	-	0,008	0,004	-	-0,007	-0,041	-	0,575	0,554
Esmeralda	Mãe	0,077	-0,073	-0,056	0,049	0,058	0,009	-0,097	0,085	0,007	0,445	0,272	0,283
Pinhal da Serra**	Filho	-	-0,126	-0,104	-	0,010	0,015	-	0,061	0,026	-	0,708	0,676
São Luiz Gonzaga	Mãe	0,174	0,304	0,256	0,000	0,322	0,274	-0,001	0,205	0,130	0,630	0,605	0,628
Rolador**	Filho	-	0,054	0,103	-	0,024	0,023	-	0,006	-0,003	-	1,019	0,850
Palmeira das Missões	Mãe	0,163	0,136	0,142	0,154	0,079	0,087	0,032	0,132	0,088	0,839	0,885	0,875
São Pedro das Missões**	Filho	-	0,022	0,093	-	0,019	0,020	-	-0,021	0,002	-	0,579	0,579
Lajeado	Mãe	0,293	0,240	0,217	0,000	0,181	0,000	-0,017	-0,008	-0,045	0,676	0,722	0,716
Progresso	Mãe	0,153	0,253	1,009	0,016	0,037	0,000	-0,094	0,339	-0,010	0,692	0,664	0,710
Canudos do Vale**	Filho	-	-0,117	-0,113	-	0,017	0,000	-	0,010	0,033	-	0,731	0,729
Nova Bréscea	Mãe	0,115	-0,022	0,099	0,000	0,000	0,000	0,011	0,012	-0,007	0,916	0,797	0,747
Relvado	Mãe	0,080	-0,125	-0,098	0,000	0,000	0,007	0,090	0,057	0,005	0,643	0,617	0,611
Coqueiro Baixo**	Filho	-	-0,130	-0,025	-	0,005	0,008	-	-0,060	0,054	-	0,498	0,419
Garibaldi	Mãe	0,284	0,258	0,313	0,028	0,154	0,000	0,049	0,084	0,117	0,886	0,647	0,725
Roca Sales	Mãe	0,090	0,031	0,015	0,033	0,039	0,037	-0,037	0,064	0,023	0,65	0,594	0,604
Coronel Pilar**	Filho	-	-0,043	-0,024	-	0,001	0,002	-	0,126	0,093	-	0,183	0,725
Salto do Jacuí	Mãe	0,203	0,257	0,254	0,032	0,118	0,099	0,036	0,199	0,120	0,722	0,762	0,627
Espumoso	Mãe	0,145	0,119	0,162	0,056	0,057	0,047	-0,013	0,005	0,018	0,725	0,734	0,708
Jacuzinho**	Filho	-	-0,084	-0,096	-	0,004	0,004	-	-0,005	0,049	-	0,681	0,707
Erechim	Mãe	0,334	0,229	0,241	0,148	0,030	0,000	0,017	-0,014	0,020	0,618	0,737	1,000

(continua)

Indicadores Financeiros e Orçamentários - Municípios- 2000; 2009 e 2010

(conclusão)

Município	Tipo	IRP 2000	IRP 2009	IRP 2010	IDA 2000	IDA 2009	IDA 2010	IEO 2000	IEO 2009	IEO 2010	ISG 2000	ISG 2009	ISG 2010
Jacutinga	Mãe	0,053	0,080	0,065	0,015	0,035	0,037	-0,001	0,064	0,071	0,474	0,653	1,658
Quatro Irmãos**	Filho	-	-0,084	-0,127	-	0,012	0,008	-	0,050	0,000	-	0,846	0,865
Imigrante	Mãe	0,075	-0,038	-0,018	0,000	0,021	0,129	0,048	-0,036	0,055	0,758	0,771	0,741
Teotônia	Mãe	0,232	0,166	0,131	0,103	0,305	0,284	-0,056	0,219	0,011	0,777	0,172	0,817
Westfália**	Filho	-	-0,026	-0,067	-	0,018	0,012	-	-0,028	0,023	-	0,777	0,783
Augusto Pestana	Mãe	0,135	0,095	0,069	0,137	0,031	0,014	0,005	0,075	-0,046	0,643	0,293	0,654
Cruz Alta	Mãe	0,169	0,152	0,130	0,308	0,491	0,125	-0,012	-0,010	-0,005	0,716	0,714	0,725
Ijuí	Mãe	0,148	0,544	0,530	0,157	0,207	0,140	-0,001	-0,050	0,031	0,754	0,644	0,659
Boa Vista do Cadeado**	Filho	-	-0,119	-0,086	-	0,000	0,008	-	0,007	0,014	-	0,603	0,643
Santiago	Mãe	0,242	0,194	0,214	0,363	0,130	0,112	0,081	0,120	0,084	0,689	0,749	0,737
São Miguel das Missões	Mãe	0,190	0,106	0,119	0,095	0,063	0,035	0,164	0,551	0,099	0,645	0,704	0,668
Tupanciretã	Mãe	0,122	0,044	0,064	0,133	0,177	0,124	-0,057	-0,003	0,087	0,321	0,270	0,631
Capão do Cipó**	Filho	-	-0,107	-0,065	-	0,031	0,034	-	0,061	0,023	-	0,750	2,293
Maratá	Mãe	0,128	0,096	0,023	0,083	0,000	0,000	0,050	0,038	-0,328	0,478	0,355	0,299
Montenegro	Mãe	0,377	0,302	0,349	0,000	0,205	0,188	0,028	0,107	0,133	0,648	0,337	0,356
Salvador do Sul	Mãe	0,093	0,049	0,120	0,000	0,044	0,000	0,002	0,103	0,096	0,799	0,673	0,410
São José do Sul**	Filho	-	-0,119	-0,030	-	0,000	0,005	-	0,007	-0,010	-	0,603	0,787
Ernestina	Mãe	0,056	-0,078	-0,077	0,119	0,000	0,093	-0,049	-0,032	-0,014	0,743	0,852	0,755
Ibirapuitã	Mãe	0,130	0,215	0,063	0,055	0,055	0,000	0,049	0,040	0,062	0,746	0,453	0,615
Victor Graeff	Mãe	0,128	0,091	0,140	0,009	0,015	0,015	0,001	0,072	0,028	0,545	0,703	0,263
Tio Hugo**	Filho	-	-0,032	-0,018	-	0,016	0,189	-	-0,035	-0,015	-	0,578	0,611
Barão do Cotegipe	Mãe	0,097	-0,070	-0,056	0,086	0,030	0,030	0,011	0,023	0,040	0,740	0,862	0,928
Erechim	Mãe	0,334	0,229	0,241	0,148	0,030	0,000	0,017	-0,014	0,020	0,618	0,737	1,000
Jacutinga	Mãe	0,053	0,080	0,065	0,015	0,035	0,037	-0,001	0,064	0,071	0,474	0,653	1,658
Ponte Preta	Mãe	0,062	0,253	-0,104	0,031	0,037	0,037	-0,136	0,339	-0,037	0,704	0,664	0,644
Paulo Bento**	Filho	-	-0,109	-0,085	-	0,018	0,020	-	0,028	-0,035	-	0,297	0,667
Água Santa	Mãe	0,077	0,000	0,039	0,061	0,000	0,018	-0,016	0,112	0,082	0,717	0,557	0,731
Caseiros	Mãe	0,080	0,061	0,130	0,025	0,000	0,000	0,022	0,175	0,143	0,644	0,614	0,597
Ibiaçã	Mãe	0,135	0,061	0,198	0,049	0,000	0,000	0,061	0,020	0,168	0,508	0,529	0,727
Tapejara	Mãe	0,246	0,130	0,128	0,253	0,165	0,118	-0,033	0,087	0,078	0,446	1,501	0,642
Santa Cecília do Sul**	Filho	-	-0,144	-0,193	-	0,000	0,000	-	0,051	0,173	-	0,698	0,721

APÊNDICE E – ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSFERÊNCIA DO ICMS

As principais transferências recebidas pelos municípios da União e do Estado são compostas: ICMS – 25%; IPVA – 50% (nos quais se verificam o licenciamento); FPEX – 25% (Fundo de compensação pela exportação de produtos industrializados).

O calculo no quadro abaixo, demonstra o índice de participação de cada município, emancipado e de origem, na parcela de 25% do total do ICMS.

Cálculo do Índice de Participação do Município na Parcela de 25% do ICMS

Índice Município Aceguá (Emancipado)	Índice Município Bagé (Origem)	Índice Município Bagé com Aceguá
Variável Valor Adicionado IM=V.ADC.M/ V.ADC.E * 75 IM= 555.919 / 180.577.385 * 75 IM= 0,230892	Variável Valor Adicionado IM=V.ADC.M/ V.ADC.E * 75 IM= 598.185/ 180.577.385 * 75 IM= 0,248447	Variável Valor Adicionado IM=V.ADC.M/ V.ADC.E * 75 IM= 1.154.104/ 180.577.385 * 75 IM= 0,479339
Variável População IM= POP.M/POP.E * 5 IM= 4.343 / 10.652.327 * 5 IM= 0,002039	Variável População IM= POP.M/POP.E * 5 IM= 116.817 / 10.652.327 * 5 IM= 0,054832	Variável População IM= POP.M/POP.E * 5 IM= 121.160 / 10.652.327 * 5 IM= 0,05687
Variável Área Territorial IM= A.M / A.E * 5 IM= 1.549 / 281.749 * 5 IM= 0,027489	Variável Área Territorial IM= A.M / A.E * 5 IM= 4.095 / 281.749 * 5 IM= 0,072671	Variável Área Territorial IM= A.M / A.E * 5 IM= 5.644/ 281.749 * 5 IM= 0,10016
Variável Coeficiente Fixo IM= 15 / n° M. IM= 15 / 497 IM= 0,030181	Variável Coeficiente Fixo IM= 15 / n° M. IM= 15 / 497 IM= 0,030181	Variável Coeficiente Fixo IM= 15 / n° M. IM= 15 / 497 IM= 0,030181
IM= 0,230892 + 0,002039 + 0,027489 + 0,030181 IM= 0,290601	IM= 0,248447 + 0,054832 + 0,072671 + 0,030181 IM= 0,406131	IM= 0,479339 + 0,05687 + 0,10016 + 0,030181 IM= 0,66655

Fonte: Elaborado pelo autor.

Onde:

IM= Índice do Município

V.ADC.M / V.ADC.E * 75 = valor adicionado do município dividido pelo valor adicionado do estado, multiplicado por 75% (setenta e cinco por cento)

POP.M / POP.E * 5 = população do município dividido pela população do estado, multiplicado por 5% (cinco por cento)

$A.M / A.E * 5$ = área territorial do município dividido pela área territorial do estado, multiplicado por 5% (cinco por cento)

$15 / n.M = 15\%$ (quinze por cento) dividido pelo número de municípios do estado

Os dados utilizados para o cálculo apresentado no Quadro 13 foram coletados no portal eletrônico do IBGE, e no portal eletrônico da FEE/RS, e referem-se ao período de 2009.

ANEXO A – PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS PROTOCOLADOS NA ALRS

Nº	Distrito/Vila	Município de origem	Processo nº	Entrada	Situação
1	Águas Claras	Viamão	4172.0100/01.9	09/07/01	Credenciado
2	Arco Íris	Ervall Seco	6376.0100/00.2	25/10/00	Credenciado/Plebis.
3	Alto Paraíso	Paraíso do Sul	3555.0100/01.9	31/05/01	Comissão para análise
4	Alto Paredão	Santa Cruz do Sul	3014.0100/01.8	04/05/01	Credenciado
5	Arcoverde	Carlos Barbosa/Barão	7396.0100/00.3	20/12/00	Credenciado
6	Arroio Teixeira/Curumim	Capão da Canoa	4753.0100/99.8	10/06/99	Credenciado
7	Bal. Quintão	Palmares do Sul	2294.0100/99.8	22/05/01	Credenciado
8	Barra Grande	Alpestre	3630.0100/01.0	05/06/01	Credenciado
9	Barreirinho	Sarandi	2622.0100/01.6	17/04/01	Credenciado
10	Barretos	Capão Boni.do Sul/L.Vermelha	3111.0100/01.8	08/05/01	Credenciado
11	Bela Vista	Segredo/Lagoão	2900.0100/01.1	08/05/01	Credenciado/Plebis.
12	Boa Vista / São Martinho	Santa Cruz do Sul	3946.0100/01.2	21/06/01	Credenciado
13	Boa Vista e Outras	São Lourenço do Sul	3848.0100/01.0	13/06/01	Credenciado
14	Boi Preto	Chapada	3865.0100/01.5	19/06/01	Credenciado
15	Bojuru	São José do Norte	3523.0100/01.8	30/05/01	Credenciado
16	Buriti	Santo Ângelo	2154.0100/00.8	21/03/00	Credenciado/Plebis.
17	Caemborá	Nova Palma	3975.0100/01.5	25/06/01	Credenciado não tem cópia no processo.
18	Campo Vicente	Nova Hartz	3719.0100/01.9	08/06/01	Comissão para análise
19	Capão do Valo	Candelária	3780.0100/01.7	12/06/01	Comissão para análise
20	Capão Bonito	Canguçu	4240-01.00/05-9	15/07/05	Comissão para análise
21	Capão Novo	Capão da Canoa	2621-01.00/05-6	18/04/05	Comissão para análise
22	Capo-erê	Erechim	5428.0100/99.9	14/07/99	Credenciado
23	Cassino	Rio Grande	3366.0100/01.7	22/05/01	Credenciado
24	Castelinho	Frederico Westphalen	4035.0100/01.1	27/06/01	Credenciado
25	Cazuza Ferreira	São Francisco de Paula	2786.0100/01.6	24/04/01	Credenciado
26	Cerrito Alegre	Pelotas	4217.0100/07-9	26/09/07	Procuradoria em 02.10.07
27	Clemente Argolo/Sta.Luzia	Lagoa Vermelha	1408.0100/01.5	23/02/01	Credenciado
28	Coimbra	São Miguel das Missões	4457.0100/01.3	20/07/01	Comissão para análise
29	Coloninha e Sítio	Arroio do Tigre/Tunas	3102.01.22/01.9	08/05/01	Credencial para entregar
30	Consolata	Três de Maio	4049.0100/01.4	28/06/01	Credenciado não tem cópia no processo.
31	Coronel Teixeira	Marcelino Ramos	4441.0100/01.1	19/07/01	Comissão para análise
32	Cortado	Novo Cabrais	4169.0100/01.6	04/07/01	Comissão para análise
33	Costa da Serra	Montenegro	3716.0100/01.0	08/06/01	Credenciado
34	Costão	Estrela	4837.0100/01.2	14/08/01	Comissão para análise
35	Costa do Ipiranga	Gravataí	2663.0100/02.4	30/04/02	Credenciado
36	Costa do Rio	Candelária	4072.0100/01.0	29/06/01	Comissão para análise
37	Coxilha Velha	Triunfo	4087.0100/01.6	29/06/01	Comissão para análise
38	Dourado	Aratiba	2097.0100/99.4	02/03/99	
39	Encruzilhada Gaúcha	Alpestre	4114.0100/01.3	02/07/01	Comissão para análise
40	Evangelista	Casca	3393.0100/01.4	22/05/01	Credenciado
41	Fão	Marques de Souza	4473.0100/99.7	08/01/99	Credenciado
42	Faria Lemos	Bento Gonçalves	2961.0100/01.5	08/08/01	Credenciado s/ assinatura
43	Faxinal de Dentro e Outras	Vale do Sol / Candelária	3791.0100/01.1	13/06/01	Comissão para análise
44	Forqueta	Caxias do Sul	3408.0100/01.0	23/05/01	Comissão para análise

(continua)

(continuação)

45	Forqueta	Arroio do Meio / Travesseiro	3616.0100/01.2	03/06/01	Comissão para análise
46	Ipuacuçu	Caiçara	3305.0100/01.9	14/05/01	Credenciado
47	Itapuã	Viamão	2450.0100/99.0	11/03/99	Credenciado
48	Itaúba	Estrela Velha	3693.0100/01.9	09/06/01	Credenciado
49	Jardim Santa Rita	Guaíba	3846.0100/01.4	18/06/01	Comissão para análise
50	Lajeado Grande	S. Francisco de Paula	0954.0100/01.7	06/02/01	Comissão para análise
51	Laranjeiras	Vicente Dutra	3540.0100/01.3	31/05/01	Credenciado s/ assinatura
52	Lomba Grande	Novo Hamburgo	6314.0100/99.5	01/09/99	Credenciado/Plebis.
53	Luiz Englert	Sertão	3997.0100/01.4	26/06/01	Credenciado
54	Migliavacca e Evangelista	Casca	5906.0100/99.0	12/08/99	Credenciado
55	Monte Alverne	Santa Cruz do Sul	3021.0100/01.1	04/05/01	Credenciado
56	N. Senhora da Conceição	São Sebastião do Caf	4011.0100/01.7	26/06/01	Comissão para análise
57	Nova Boêmia	Agudo	3645.0100/01.5	05/06/01	Comissão para análise
58	Oswaldo Cruz	Frederico Westphalen	3087.0100/01.9	14/04/01	Credenciado
59	Parque dos Anjos	Gravataí	5115.0100/01.5	29/08/01	Credenciado
60	Parque Eldorado	Eldorado do Sul	3344.0100/01.8	21/05/01	Comissão para análise
61	Passo do Carro	Monte Alegre dos Campos	4079.0100/01.0	29/06/01	Comissão para análise
62	Picada do Rio	Agudo	3324.0100/01.4	18/05/01	Credenciado
63	Pinhal Santo Antônio	Sinimbu	3812.0100/01.8	13/06/01	Credenciado
64	Pinhal Alto	Nova Petrópolis	3888.0100/01.7	19/06/01	Comissão para análise
65	Pinhalzinho	Liberato Salzano	5769.0100/99.7	05/08/99	Credenciado/Plebis.
66	Pinheiro e Outras	Candelária / Rio Pardo	3790.0100/01.9	13/06/01	Comissão para análise
67	Piquiri	Cachoeira do Sul	3948.0100/01.8	21/06/01	Credenciado
68	Pontão do Butiá	Espumoso/Soledade	4266.0100/01.6	09/07/01	Comissão para análise
69	Povo Novo	Rio Grande	3875.0100/01.7	11/06/01	Comissão para análise
70	Quilombo dos Pomares	Pelotas	3514-0100/07-8	25/07/07	Procuradoria em 11.10.07
71	Quitéria	São Jerônimo	2677.0100/01.9	18/04/01	Comissão para análise
72	Rincão Vermelho	Roque Gonzales	6331.0100/99.0	02/09/99	Credenciado
73	Rincão dos Mirandas	Santo Antônio das Missões	4019-0100/05-1	07/06/05	Comissão para análise
74	Rio Pardinho	Santa Cruz do Sul	3945.0100/01.0	21/06/01	Credenciado
75	Rio Toldo	Getúlio Vargas	5862.0100/99.2	12/08/99	Credenciado
76	Saltinho	Rodeio Bonito/Planalto	3113.0100/01.3	08/05/01	Credenciado/Plebis.
77	Sanchuri	Uruguaiana	3847.0100/98.0	29/05/98	Credenciado
78	Santa Cristina	Parobé / Taquara	3557.0100/01.4	10/05/01	Comissão para análise
79	Santa Gema	São Domingos do Sul	4935.0100/99.6	18/06/99	Credenciado/Plebis.
80	Santa Luzia	Lagoa Vermelha	1745.0100/01.9	09/03/01	Comissão para análise
81	Santa Tecla	Tupanciretã	3740.0100/01.0	11/06/01	Credencial para entregar
82	Santa Terezinha	Bom Princípio	4051.0100/01.4	24/06/01	Credenciado/Plebis.
83	Santa Terezinha	Palmeiras das Missões	4201.0100/99.2	17/05/99	
84	Santo Amaro	General Câmara	3516.0100/01.4	30/05/01	Credenciado s/ assinatura
85	Santos Reis	Montenegro/Maratá	2299.0100/01.5	04/04/01	Credenciado
86	São João Batista	Vitória das Missões/Entre-Ijuís	3101.0100/01.6	08/05/01	Credenciado
87	São João Bosco	Ciríaco	1994.0100/01.1	21/03/01	Credenciado
88	São João da Reserva	São Lourenço do Sul	3940.0100/01.6	21/06/01	Credenciado
89	São João do Guarita	Redentora	3665.0100/01.9	06/06/01	Credenciado
90	São José do Centro	Não-Me-Toque	5613.0100/98.1	18/08/98	Credenciado
91	São Lourenço das Missões	S.Luiz Gonzaga	2060.0100/01.9	23/03/01	Credenciado
92	São Luiz Rei	Cacique Doble	3690.0100/01.0	07/06/01	Procuradoria
93	São Miguel	Restinga Seca	3368.0100/01.2	22/05/01	Credenciado
94	São Sebastião de Castro	Carlos Barbosa	1544.0100/01.0	02/03/01	Credenciado
95	Silva Jardim	Cândido Godói	0579.0100/02.0	28/01/02	Credenciado
96	Silveira	São José dos Ausentes	7444.0100/01.5	19/12/01	Credenciado
97	Souza Ramos	Getúlio Vargas	4064.0100/01.4	28/06/01	Comissão para análise

(conclusão)

98	Tamanduá	Segredo	2059.0100/01.1	23/03/01	Credenciado/Plebis.
99	Torrinhas	Pinheiro Machado	4940.01.00/03.3		Comissão para análise
100	Trentin	Jaboticaba	4538.0100/99.1	31/05/99	Credenciado
101	Três Vendas	Cachoeira do Sul	3695.0100/01.4	07/06/01	Credenciado
102	Tronqueiras	Miraguá	3420.0100/01.1	24/05/01	Comissão para análise
103	Vale do Ipiranga	Gravataí	2493.0100/02.3	24/04/02	Arquivado
104	Vale dos Vinhedos	Bento Gonçalves	2392.0100/01	05/04/01	Credenciado
105	Vale Vêneto	São João do Polesine	6399.0100/99.3	08/09/99	Credenciado
106	Vendinha	Triunfo/Montenegro	3529.0100/01.4	30/05/01	Comissão para análise
107	Vila Assis	Fontoura Xavier	5784.0100/99.3	05/08/99	Credenciado
108	Vila Botucaraí	Candelária	4066.0100/01.0	28/06/01	Comissão para análise
109	Vila Cristina	Caxias do Sul	4075.0100/01.9	29/06/01	Comissão para análise
110	Vila Deodoro	Venâncio Aires	3924.0100/01.3	20/06/01	Comissão para análise
111	Vila Dona Otília	Roque Gonzales	5059.0100/99.4	25/06/99	Credenciado/Plebis.
112	Vila Maciel	Pelotas	4141.0100/01.0	03/07/01	Comissão para análise
113	Vila Palanque	Venâncio Aires	3418.0100/01.1	24/05/01	Credenciado
114	Vila do Passo Novo	Alegrete	4093.0100/03-3		Comissão para análise
115	Vila Pinheiro Machado	São Paulo das Missões	6975.0100/99.8	06/10/99	Credenciado/Plebis.
116	Vila Pratos	Novo Machado	3843.0100/01.6	18/06/01	Credenciado
117	Vila Progresso	Três Palmeiras/Lib.Salzano	2835.0100/01.2	25/04/01	Credenciado
118	Vila Santa Catarina	Salvador das Missões	4101.0100/01.3	02/07/01	Credenciado
119	Vila São Carlos e Outras	Camaquã	3835.0100/01.0	15/06/01	Credenciado
120	Vila São João	Torres	4086.0100/01.3	29/06/01	Credenciado
121	Vila Segredo	Ipê	8040.0100/99.0	18/11/99	Credenciado
122	Vila Sete de Setembro	Santa Rosa	1686.0100/99.7	27/08/99	Credenciado
123	Vila Sítio	Santo Cristo	3754.0100/01.2	11/06/01	Credenciado
124	Vila Teresa	Campina das Missões	7504.0100/01.6	21/12/01	Credencial para entregar
125	Vila União	Candelária	3092.0100/01.7	08/05/01	Comissão para análise
126	Xarqueada	Putinga	4078.0100/02.5	04/07/02	Comissão para análise

ÁREAS DE ANEXAÇÃO

Nº	Distrito/Vila	Município de origem	Processo nº	Entrada	Situação
1	Barra do Chuí	Santa Vitória / Chuí	5429.0100/99.1	14/07/99	Comissão para análise
2	Campinho	Roca Sales/Santa Tereza	4001-01001/02.3	02/07/02	Comissão para análise
3	Colônia São João	Cruz Alta/Fortaleza dos Valos	3033.0100/99.0	31/03/99	Credenciado
4	Linha Nova	Cruzeiro do Sul/Mato Leitão	6928.0100/99.7	05/10/99	Comissão para análise
5	Linha Brasil e Outras	Candelária / Cerro Branco	4010.0100/01.4	26/06/01	Comissão para análise
6	Linha João Abbot	Roca Sales/Santa Tereza	4077.0100/01.4	29/06/01	Credencial p/ entregar
7	Fazenda S.José/Posses	Paverama/Teutônia	4083.0100/01.5	29/06/01	Comissão para análise
8	Áreas de Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	3438.0100/97.0	15/05/97	Comissão para análise
9	Nossa Senhora de Fátima	Ibiraiaras/São Jorge	3806.0100/01.7	13/06/01	Credenciado
10	Passo do Vieira	Serrito/ Morro Redondo	7929.0100/03.2	19/11/03	Comissão para análise
11	Rincão dos Pinto	São L. Gonzaga/São Miguel	2437.0100/01.5	09/04/01	Comissão para análise
12	Zona dos Pachecos	Barão Triunfo/Cerro Grande	2441.0100/01.0	09/04/01	Credenciado

ANEXO B - IDESE – MUNICÍPIOS – 2000; 2007 E 2008

IDESE – Municípios – 2000; 2007 e 2008

Municípios	Tipo	IDESE-2000	IDESE-2007	IDESE-2008
Bagé	Mãe	0,749	0,779	0,782
Aceguá**	Filho	-	0,660	0,659
Pelotas	Mãe	0,753	0,764	0,769
Arroio do Padre**	Filho	-	0,578	0,585
Ijuí	Mãe	0,768	0,806	0,806
Bozano**	Filho	-	0,642	0,645
Lagoa Vermelha	Mãe	0,742	0,801	0,805
Capão Bonito do Sul**	Filho	-	0,680	0,684
Campinas do Sul	Mãe	0,708	0,768	0,771
Cruzaltense**	Filho	-	0,650	0,659
Lajeado	Mãe	0,754	0,783	0,786
Forquetinha**	Filho	-	0,655	0,658
Terra de Areia	Mãe	0,622	0,655	0,657
Itati**	Filho	-	0,610	0,619
Sobradinho	Mãe	0,666	0,720	0,726
Lagoa Bonita do Sul**	Filho	-	0,610	0,619
Caibaté	Mãe	0,704	0,750	0,749
Mato Queimado**	Filho	-	0,734	0,727
Constantina	Mãe	0,719	0,744	0,744
Novo Xingu**	Filho	-	0,705	0,704
Esmeralda	Mãe	0,624	0,734	0,729
Pinhal da Serra**	Filho	-	0,662	0,657
São Luiz Gonzaga	Mãe	0,744	0,779	0,776
Rolador**	Filho	-	0,686	0,701
Palmeira das Missões	Mãe	0,706	0,742	0,749
São Pedro das Missões**	Filho	-	0,585	0,597
Lajeado	Mãe	0,754	0,783	0,786
Progresso	Mãe	0,600	0,624	0,633
Canudos do Vale**	Filho	-	0,586	0,586
Nova Bréscia	Mãe	0,631	0,679	0,681
Relvado	Mãe	0,638	0,674	0,675
Coqueiro Baixo**	Filho	-	0,628	0,631
Garibaldi	Mãe	0,780	0,798	0,799
Roca Sales	Mãe	0,712	0,737	0,733
Coronel Pilar**	Filho	-	0,655	0,658
Salto do Jacuí	Mãe	0,668	0,706	0,715
Espumoso	Mãe	0,687	0,726	0,729
Jacuzinho**	Filho	-	0,639	0,650

(continua)

IDESE – Municípios – 2000; 2007 e 2008.

(conclusão)

Municípios	Tipo	IDESE-2000	IDESE-2007	IDESE-2008
Erechim	Mãe	0,789	0,809	0,812
Jacutinga	Mãe	0,680	0,727	0,732
Quatro Irmãos**	Filho	-	0,673	0,675
Imigrante	Mãe	0,681	0,728	0,736
Teotônia	Mãe	0,759	0,775	0,767
Westfalia**	Filho	-	0,647	0,652
Augusto Pestana	Mãe	0,642	0,705	0,711
Cruz Alta	Mãe	0,748	0,813	0,811
Ijuí	Mãe	0,768	0,806	0,806
Boa Vista do Cadeado**	Filho	-	0,673	0,681
Santiago	Mãe	0,750	0,779	0,783
São Miguel das Missões	Mãe	0,678	0,717	0,721
Tupanciretã	Mãe	0,734	0,769	0,783
Capão do Cipó**	Filho	-	0,679	0,683
Maratá	Mãe	0,585	0,617	0,616
Montenegro	Mãe	0,764	0,799	0,794
Salvador do Sul	Mãe	0,733	0,751	0,747
São José do Sul**	Filho	-	0,670	0,659
Ernestina	Mãe	0,607	0,652	0,649
Ibirapuitã	Mãe	0,562	0,605	0,606
Victor Graeff	Mãe	0,703	0,732	0,728
Tio Hugo**	Filho	-	0,661	0,655
Barão de Cotegipe	Mãe	0,652	0,693	0,702
Erechim	Mãe	0,789	0,809	0,812
Jacutinga	Mãe	0,680	0,727	0,732
Ponte Preta	Mãe	0,572	0,638	0,645
Paulo Bento**	Filho	-	0,654	0,658
Água Santa	Mãe	0,627	0,688	0,696
Caseiros	Mãe	0,638	0,680	0,682
Ibiaçá	Mãe	0,692	0,732	0,734
Tapejara	Mãe	0,718	0,740	0,745
Santa Cecília do Sul**	Filho	-	0,619	0,631

Fonte: FEE/RS.

ANEXO C – POPULAÇÃO – MUNICÍPIOS – 2000; 2007- 2010

População – Municípios – 2000; 2007-2010

Municípios	Tipo	População 2000	População 2007	População 2008	População 2009	População 2010
Bagé	Mãe	118.767	116.679	116.754	116.817	116.794
Aceguá**	Filho	-	4.271	4.312	4.343	4.394
Pelotas	Mãe	323.158	326.846	327.220	327.776	328.275
Arroio do Padre**	Filho	-	2.690	2.702	2.716	2.730
Ijuí	Mãe	78.461	78.149	78.373	78.663	78.915
Bozano**	Filho	-	2.256	2.239	2.218	2.200
Lagoa Vermelha	Mãe	29.833	27.754	27.683	27.590	27.525
Capão Bonito do Sul**	Filho	-	1.821	1.802	1.779	1.754
Campinas do Sul	Mãe	8.258	5.605	5.573	5.543	5.506
Cruzaltense**	Filho	-	2.269	2.228	2.188	2.141
Lajeado	Mãe	64.133	67.987	69.184	70.304	71.445
Forquetinha**	Filho	-	2.534	2.519	2.500	2.479
Terra de Areia	Mãe	11.453	9.564	9.671	9.776	9.878
Itati**	Filho	-	2.693	2.659	2.623	2.584
Sobradinho	Mãe	16.328	14.224	14.245	14.259	14.283
Lagoa Bonita do Sul**	Filho	-	2.621	2.641	2.653	2.662
Caibaté	Mãe	7.243	5.067	5.023	4.988	4.954
Mato Queimado**	Filho	-	1.873	1.842	1.821	1.799
Constantina	Mãe	11.667	9.807	9.778	9.776	9.752
Novo Xingu**	Filho	-	1.789	1.774	1.768	1.757
Esmeralda	Mãe	5.521	3.168	3.170	3.165	3.168
Pinhal da Serra**	Filho	-	2.232	2.196	2.164	2.130
São Luiz Gonzaga	Mãe	39.553	35.368	35.077	34.815	34.556
Rolador**	Filho	-	2.666	2.626	2.588	2.546
Palmeira das Missões	Mãe	38.192	35.096	34.837	34.586	34.328
São Pedro das Missões**	Filho	-	1.871	1.879	1.883	1.886
Lajeado	Mãe	64.133	67.987	69.184	70.304	71.445
Progresso	Mãe	6497	6.204	6.193	6.167	6.163
Canudos do Vale**	Filho	-	1.866	1.844	1.825	1.807
Nova Bréscia	Mãe	4564	3.194	3.192	3.189	3.184
Relvado	Mãe	2.294	2.171	2.171	2.159	2.155
Coqueiro Baixo**	Filho	-	1.556	1.549	1.537	1.528
Garibaldi	Mãe	28.337	29.525	29.896	30.282	30.689
Roca Sales	Mãe	9284	9.987	10.083	10.184	10.284
Coronel Pilar**	Filho	-	1.780	1.759	1.744	1.725
Salto do Jacuí	Mãe	12948	11.836	11.843	11.855	11.880
Espumoso	Mãe	16.185	15.287	15.259	15.224	15.240
Jacuzinho**	Filho	-	2.484	2.494	2.504	2.507

(continua)

População – Municípios – 2000; 2007-2010

(conclusão)

Municípios	Tipo	População 2000	População 2007	População 2008	População 2009	População 2010
Erechim	Mãe	90.347	93.609	94.409	95.181	96.087
Jacutinga	Mãe	4248	3.686	3.666	3.651	3.633
Quatro Irmãos**	Filho	-	1.761	1.774	1.772	1.775
Imigrante	Mãe	3850	3.037	3.030	3.025	3.023
Teotônia	Mãe	22.891	25.452	26.074	26.656	27.272
Westfalia**	Filho	-	2.754	2.765	2.783	2.793
Augusto Pestana	Mãe	8.173	7.319	7.243	7.161	7.096
Cruz Alta	Mãe	71254	64.298	63.771	63.272	62.821
Ijuí	Mãe	78.461	78.149	78.373	78.663	78.915
Boa Vista do Cadeado**	Filho	-	2.468	2.463	2.456	2.441
Santiago	Mãe	52.138	49.488	49.347	49.196	49.071
São Miguel das Missões	Mãe	7682	7.423	7.417	7.425	7.421
Tupanciretã	Mãe	20.947	21.973	22.057	22.179	22.281
Capão do Cipó**	Filho	-	2.944	2.990	3.049	3.104
Maratá	Mãe	2.513	2.506	2.518	2.518	2.527
Montenegro	Mãe	54692	57.960	58.439	58.887	59.415
Salvador do Sul	Mãe	6.913	6.484	6.565	6.655	6.747
São José do Sul**	Filho	-	1.980	2.012	2.047	2.082
Ernestina	Mãe	3.941	3.097	3.093	3.092	3.088
Ibirapuitã	Mãe	5170	4.130	4.101	4.076	4.061
Victor Graeff	Mãe	3.924	3.116	3.092	3.073	3.036
Tio Hugo**	Filho	-	2.643	2.667	2.699	2.724
Barão de Cotegipe	Mãe	6.927	6.586	6.572	6.547	6.529
Erechim	Mãe	90347	93.609	94.409	95.181	96.087
Jacutinga	Mãe	4.248	3.686	3.666	3.651	3.633
Ponte Preta	Mãe	2153	1.833	1.796	1.762	1.750
Paulo Bento**	Filho	-	2.179	2.181	2.187	2.196
Água Santa	Mãe	4127	3.745	3.732	3.724	3.722
Caseiros	Mãe	2.899	2.969	2.987	3.004	3.007
Ibiaçá	Mãe	5233	4.778	4.751	4.731	4.710
Tapejara	Mãe	15.115	17.777	18.243	18.732	19.250
Santa Cecília do Sul**	Filho	-	1.689	1.679	1.665	1.655

Fonte: IBGE.